

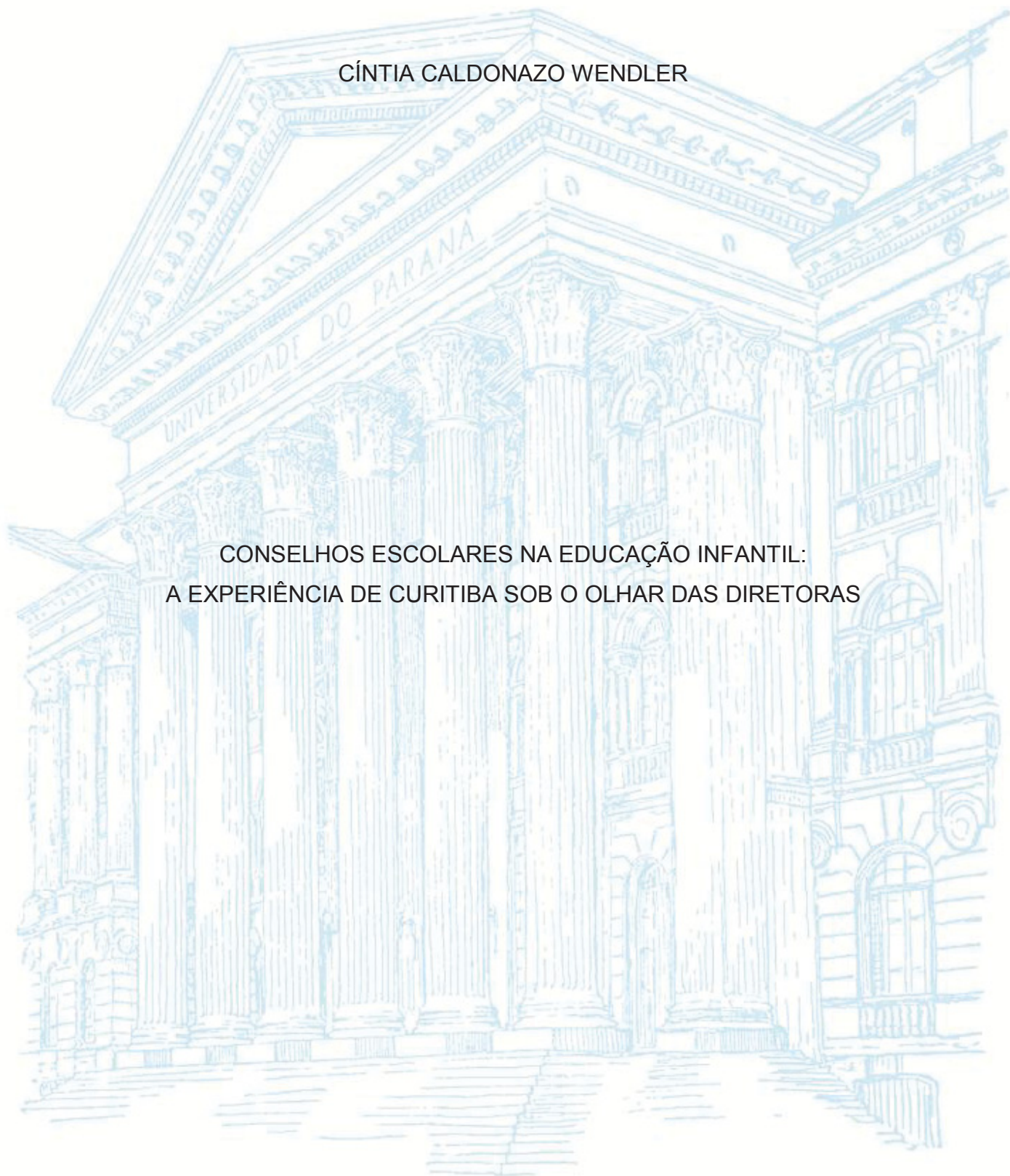
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CÍNTIA CALDONAZO WENDLER

CONSELHOS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
A EXPERIÊNCIA DE CURITIBA SOB O OLHAR DAS DIRETORAS

CURITIBA

2012



CÍNTIA CALDONAZO WENDLER

CONSELHOS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
A EXPERIÊNCIA DE CURITIBA SOB O OLHAR DAS DIRETORAS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Linha de Pesquisa em Políticas e Gestão da Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza.

CURITIBA

2012

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Wendler, Cíntia Caldonazo.

Conselhos escolares na educação infantil : a experiência de
Curitiba sob o olhar das diretoras. / Cíntia Caldonazo Wendler. –
Curitiba, 2012.
178 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

1. Escolas municipais – Curitiba (PR). 2. Políticas
educacionais. 3. Escolas – Organização e administração –
Legislação. 4. Educação infantil. I. Título. II. Universidade Federal
do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **CÍNTIA CALDONAZO WENDLER** para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DR. ÂNGELO RICARDO DE SOUZA, DR^a BIANCA CRISTINA CORREA e DR^a IDA REGINA MORO MILLÉO DE MENDONÇA, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **"CONSELHOS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A EXPERIÊNCIA DE CURITIBA SOB O OLHAR DAS DIRETORAS"**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIAÇÃO
DR. ÂNGELO RICARDO DE SOUZA		aprovada
DR ^a BIANCA CRISTINA CORREA		aprovada
DR ^a IDA REGINA MORO MILLÉO DE MENDONÇA		aprovada

Curitiba, 21 de setembro de 2012.

Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
Assinatura: 12/09/2012

AGRADECIMENTOS

Chegar a esta etapa do trabalho me faz refletir a respeito das pessoas que me ajudaram a trilhar este caminho, seja direta ou indiretamente. Assim, agradeço:

Ao meu orientador, Ângelo Ricardo de Souza, que apostou em mim e adentrou no espaço da Educação Infantil, aceitando este desafio. Com certeza suas orientações, ensinamentos e questionamentos contribuíram significativamente para a efetivação deste trabalho, além, do constante apoio que sempre demonstrou, estabelecendo uma relação de amizade;

Às professoras Andréa Barbosa Gouveia, profissional que assim como meu orientador acompanha minha trajetória acadêmica desde a graduação, Bianca Cristina Correa, profissional que conheci no Simpósio da ANPAE, e Ida Regina Moro Milléo de Mendonça, diretora do Departamento de Educação Infantil, por terem prontamente aceitado o convite para compor a banca de qualificação e defesa, e terem se debruçado sobre meu texto trazendo-me considerações de grande importância para a continuidade de minha produção;

À escola pública que é responsável por minha formação desde que adentrei no espaço escolar, ou seja, no pré-escolar. E na qual dedico maior parte de minha carreira como profissional do magistério. Posso, então, afirmar, sou fruto do ensino público;

À Prefeitura Municipal de Curitiba, por intermédio da Secretaria Municipal da Educação, pela liberação da Licença para Cursos no período de dois anos. E especialmente, ao Departamento de Educação Infantil, que sempre apoiou, disponibilizando materiais e abrindo as portas para a realização da pesquisa empírica;

À Maria Eunice, colega de trabalho e amiga, que me ajudou na coleta de informações e materiais, além das inúmeras conversas e apoio prestado;

Às diretoras e ao diretor dos Centros Municipais de Educação Infantil do município de Curitiba, que disponibilizaram parte de seu tempo para responderem ao questionário, contribuindo assim, para o desenvolvimento da pesquisa;

À diretora e à pedagoga do Centro de Educação Infantil Conveniado que contribuíram para a realização do pré-teste;

A toda a minha família que por vezes ouviu minhas angústias, principalmente, nos momentos de escrita. Que me cobrou, me apoiou e me incentivou a seguir adiante durante todo o processo. Em especial, aos meus pais, que com seu jeito simples, sempre me demonstraram o orgulho pelas conquistas por mim alcançadas e me ensinaram a valorizar os estudos;

Ao meu marido José, que por vezes me apoiou para a efetivação e conclusão desta etapa e, que me possibilitou ver a vida sob diferentes olhares e experiências, ressignificando-a com a chegada da nossa menina, Celina;

Aos amigos, em especial à Jaqueline, que por vezes dividiram comigo preocupações, anseios, angústias, sugestões, apoio e até mesmo, lágrimas;

A todas as pessoas, que de uma forma ou de outra, estiveram presentes, me apoiando e me incentivando a continuar esta trajetória;

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o processo de implantação e implementação de Conselhos Escolares nos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, ocorrido no período compreendido dentre os anos de 2004 e 2011, com o objetivo de analisar em que medida esta política municipal apresenta-se como uma proposta efetiva no processo de democratização da gestão escolar, sob o olhar das dirigentes das unidades de Educação Infantil. Para tal, busca-se subsídios teóricos na produção acadêmica do campo de Políticas Educacionais, ressaltando-se os estudos de alguns autores como Camargo, Mendonça, Paro e Souza, bem como, nos resumos de teses e dissertações do banco da CAPES. Por outro lado, a pesquisa empírica envolveu a análise documental das produções elaboradas pela Secretaria Municipal da Educação do município em questão e do banco de dados produzidos pela pesquisadora a partir da coleta de dados por meio de questionários. O cotejamento da base teórica, com os dados obtidos em pesquisa empírica, possibilita discutir alguns elementos importantes para a verificação da efetividade deste processo tendo em vista a formação de esferas públicas mais democráticas, e permite concluir que: a) esta política municipal é implantada em corroboração ao princípio de Gestão Democrática exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas não pode ser considerada o único meio para tal; b) as relações de poder existentes no interior das instituições somadas à forma de provimento do cargo de diretor que se dá por indicação dificultam a democratização da gestão; c) a burocratização das atribuições do Conselho contribui para práticas cartorárias deste colegiado; d) e, apesar das dificuldades outras, as diretoras percebem a importância de instituir nas unidades de Educação Infantil práticas cada vez mais democráticas, assim, vêm investindo em alternativas para a sua efetivação.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Conselhos Escolares. Educação Infantil. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This thesis studies the development process and implementation of School Councils in municipal daycare centers in Curitiba, occurred between 2004 and 2011, in order to examine if this municipal policy presents an effective proposal of democratization of school administration, according the perspective of school principals of Early Childhood Education. To this end, we seek theoretical support in producing academic field of Educational Policies, emphasizing studies of some authors as Camargo, Mendonça, Paro and Souza, as well as summaries of theses and dissertations database of MEC/CAPEs. Moreover, empirical research involved the analysis of documentary productions prepared by Municipal Department of Education concerned and the database produced by the researcher from data collection through questionnaires probing. The theoretical basis of mutual comparison with the data obtained in empirical research, discuss some important elements allows for verification of the effectiveness of this process in order to formation of more democratic public spheres, and shows that: a) this policy is implemented in municipal corroboration to the principle of Democratic Administration demanded by Brazilian Educational law, but cannot be considered the only way to do so; b) existing power relations within institutions coupled with the form of filling the principal position who is indicated hinder the democratic administration; c) bureaucratization of the duties of the School Council contributes to formal (and less democratic) collegiate practices; d) the principals realize the importance of practices for increasingly democratic actions, and, despite the other problems, they strive to develop alternatives for its realization.

Keywords: Democratic Administration. School Council. Infantile Education. Educational Policies.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PESQUISA CAPES - GESTÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	28
QUADRO 2 - PESQUISA CAPES – CONSELHOS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	29
QUADRO 3 - CRIANÇAS MATRICULADAS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBA - OUTUBRO/2011.....	50
QUADRO 4 - CRIANÇAS MATRICULADAS NAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - ABRIL/2011.....	52
QUADRO 5 - CRIANÇAS MATRICULADAS NAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - FEVEREIRO/2012.....	52
QUADRO 6 - CRIANÇAS MATRICULADAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONVENIADOS DE CURITIBA - FEVEREIRO/2012.....	53
QUADRO 7 - ORGANIZAÇÃO DE CMEI DE 150 CRIANÇAS.....	55
QUADRO 8 - CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE CMEI NA PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO - 2004.....	61
QUADRO 9 - CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE CONSELHO NOS CMEI.....	63
QUADRO 10 - CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE CMEI NO REGIMENTO - 2005.....	71

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA.....	176
MAPA 2 - DIVISÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA POR REGIONAIS.....	177

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CENTROS MUNICIPAIS
DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE CURITIBA,

1977-2012..... 178

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- ANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO	93
TABELAS 2	- GRAU DE IMPORTÂNCIA DE ALGUNS INSTRUMENTOS QUE PODEM SER CONSIDERADOS NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EM UNIDADES EDUCACIONAIS	95
TABELA 2A	- IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS	95
TABELA 2B	- ELEIÇÃO DE DIRETORES	97
TABELA 2C	- PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS	97
TABELA 2D	- MUTIRÕES	98
TABELA 2E	- DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	98
TABELAS 3	- GRAU DE IMPLANTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS CONSIDERADOS NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	99
TABELA 3A	- IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS	99
TABELA 3B	- ELEIÇÃO DE DIRETORES.....	100
TABELA 3C	- PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS.....	100
TABELA 3D	- MUTIRÕES.....	101
TABELA 3E	- DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA.....	103
TABELAS 4	- GRAU DE PARTICIPAÇÃO DE CADA SEGMENTO DO CONSELHO DO CMEI	104
TABELA 4A	- PARTICIPAÇÃO DA DIRETORA NO CONSELHO ESCOLAR	104
TABELA 4B	- PARTICIPAÇÃO DO EDUCADOR NO CONSELHO ESCOLAR	104
TABELA 4C	- PARTICIPAÇÃO DO PEDAGOGO NO CONSELHO ESCOLAR	105

TABELA 4D	- PARTICIPAÇÃO DO PROFESSOR NO CONSELHO ESCOLAR	105
TABELA 4E	- PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CONSELHO ESCOLAR	105
TABELA 4F	- PARTICIPAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E FUNCIONÁRIOS NO CONSELHO ESCOLAR	106
TABELA 4G	- PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE NO CONSELHO ESCOLAR	106
TABELA 4H	- PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS NO CONSELHO ESCOLAR	107
TABELAS 5	- AVALIAÇÃO EM ORDEM DE PRIORIDADE (MAIOR E MENOR FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA) DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DO CMEI	109
TABELA 5A	- PARTICIPAR DA ELABORAÇÃO, REELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA E DO REGIMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	109
TABELA 5B	- PARTICIPAR DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO, ACOMPANHANDO E AVALIANDO SUA EXECUÇÃO	110
TABELA 5C	- PARTICIPAR DA ANÁLISE DE SOLICITAÇÕES DE MATRÍCULAS, EM CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	110
TABELA 5D	- ACOMPANHAR A ORGANIZAÇÃO DO CMEI, PARA QUE SEJAM MANTIDOS A QUALIDADE DE ATENDIMENTO, A PREVENÇÃO DE ACIDENTES E O BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS	111
TABELA 5E	- PARTICIPAR DA ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO E ACOMPANHAR O SEU DESENVOLVIMENTO	111
TABELA 5F	- PROMOVER E INCENTIVAR O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE CMEI, FAMÍLIA E COMUNIDADE	112

TABELA 5G	- DEFINIR E ACOMPANHAR, EM CONJUNTO COM A APF, O PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, PRIORIZANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E BRINQUEDOS	112
TABELA 5H	- APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS E EMITIR PARECER, REGISTRANDO-O EM LIVRO ATA PRÓPRIO	113
TABELA 5I	- DESENVOLVER AÇÕES QUE ORIENTEM OS PAIS NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS, NA PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA ELAS E NA GARANTIA DE SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS	113
TABELA 5J	- ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM CURSOS E/OU OUTROS EVENTOS QUE VISAM À ATUALIZAÇÃO E AO APERFEIÇOAMENTO, ATENDENDO DIRETRIZES DA SME	114
TABELAS 6	- PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES	115
TABELA 6A	- AS CRIANÇAS PARTICIPAM EM ASSEMBLEIAS, REUNIÕES OU CONSELHOS MIRINS	115
TABELA 6B	- AS CRIANÇAS NÃO PARTICIPAM DESTE ESPAÇO, POIS NA FAIXA ETÁRIA EM QUESTÃO POSSUEM UMA CAPACIDADE ARGUMENTATIVA NÃO CONDIZENTE ÀS DISCUSSÕES REALIZADAS	115
TABELA 6C	- AS CRIANÇAS ESTÃO PRESENTES POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES	116
TABELA 6D	- AS CRIANÇAS ESTÃO PRESENTES NO DISCURSO DOS PROFISSIONAIS QUE DESENVOLVEM O TRABALHO PEDAGÓGICO DIRETAMENTE COM ELAS	116
TABELA 7	- PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CE X AS CRIANÇAS SÃO REPRESENTADAS POR SUAS FAMÍLIAS	117
TABELA 8	- FREQUÊNCIA COM QUE OCORREM AS REUNIÕES DO CONSELHO	118

TABELAS 9	- CONDIÇÕES OFERECIDAS PELA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL AOS SEGMENTOS PARA EFETIVAR O PRINCÍPIO DA REPRESENTATIVIDADE	119
TABELA 9A	- AVISO DE REUNIÃO DO CONSELHO COM 48 HORAS DE ANTECEDÊNCIA	119
TABELA 9B	- DISPONIBILIZAÇÃO DA PAUTA ANTECIPADAMENTE	119
TABELA 9C	- DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA QUE CADA REPRESENTANTE POSSA REUNIR SEUS PARES	119
TABELA 9D	- IMPLANTAÇÃO DE CAIXA DE SUGESTÕES PARA QUE AS FAMÍLIAS POSSAM OPINAR A RESPEITO DE DIVERSOS ASSUNTOS	120
TABELA 9E	- O REPRESENTANTE ABORDA AS FAMÍLIAS NO PORTÃO DA UNIDADE PARA OUVIR AS OPINIÕES	120
TABELA 10	- DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO X PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CE	121
TABELA 11	- DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO X PARTICIPAÇÃO DA US NO CE	122
TABELAS 12	- AVALIAÇÃO DA MAIORIA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS ATUALMENTE PELO CONSELHO	124
TABELA 12A	- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E PRESTAÇÃO DE CONTAS	124
TABELA 12B	- PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE MATRÍCULA DAS CRIANÇAS	124
TABELA 12C	- ORGANIZAÇÃO DE FESTAS, EVENTOS E ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM A UNIDADE	124
TABELA 12D	- REALIZAÇÃO DE ESTUDO E DEBATE SOBRE DIVERSOS TEMAS REFERENTES À EDUCAÇÃO	126
TABELA 13	- INTEGRAÇÃO COM AS FAMÍLIAS (ATRIBUIÇÃO) X ORGANIZAÇÃO DE FESTAS, EVENTOS E ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO (AÇÃO)	126

TABELA 14	- ORIENTAÇÃO DOS PAIS SOBRE A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS (ATRIBUIÇÃO) X REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E DEBATES (AÇÃO)	127
TABELA 15	- PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (ATRIBUIÇÃO) X DEFINIÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (AÇÃO)	128
TABELA 16	- SOLICITAÇÃO DE MATRÍCULAS (ATRIBUIÇÃO) X PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE MATRÍCULAS (AÇÃO)	129
TABELAS 17	- AVALIAÇÃO A RESPEITO DAS TENSÕES E CONFLITOS RESULTANTES DA INTERAÇÃO ENTRE O CMEI E A COMUNIDADE EDUCATIVA	130
TABELA 17A	- OS CONFLITOS SÃO NECESSÁRIOS PARA QUE OCORRA UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA, POIS DIVERSOS OLHARES AMPLIAM O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES	130
TABELA 17B	- NORMALMENTE NÃO OCORREM CONFLITOS, POIS TODOS OS PARTICIPANTES CONSEGUEM ENTRAR EM CONSENSO COM FACILIDADE, DEFININDO O QUE É MELHOR PARA A MAIORIA	130
TABELA 17C	- MESMO APÓS AMPLO DEBATE, GERALMENTE AS SUGESTÕES TRAZIDAS PELA DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO SÃO AS ESCOLHIDAS, POR DEMONSTRAR MAIOR CONHECIMENTO DA REALIDADE	131
TABELA 17D	- NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÕES É REALIZADA A VOTAÇÃO POR ACLAMAÇÃO (LEVANTANDO A MÃO SE CONCORDA OU NÃO)	131
TABELAS 18	- FORMA COM QUE OCORRE O PROCESSO DE ELEIÇÃO DE NOVOS REPRESENTANTES DO CONSELHO, BEM COMO, O PREENCHIMENTO DOS CARGOS EM VACÂNCIA	133

TABELA 18A	- ASSEMBLEIAS PARA VOTAÇÃO DOS REPRESENTANTES	133
TABELA 18B	- SONDAGEM PRÉVIA, SEGUIDA DE REUNIÃO PARA VOTAÇÃO	133
TABELA 18C	- REUNIÕES DE CADA SEGMENTO, LEVANTAMENTO DE INTERESSE SEGUIDA DE VOTAÇÃO POR ACLAMAÇÃO	133
TABELA 18D	- FORMAÇÃO DE CHAPAS, SEGUIDA DE ELEIÇÃO POR VOTO SECRETO	133

LISTA DE SIGLAS

APF	- Associação de Pais e Funcionários
APM	- Associação de Pais e Mestres
APPF	- Associação de Pais, Professores e Funcionários
BN	- Bairro Novo
BQ	- Boqueirão
BV	- Boa Vista
CAPES	- Fundação Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior
CE	- Conselhos Escolares
CEE	- Conselho Estadual de Educação
CEI	- Centro de Educação Infantil
CJ	- Cajuru
CIC	- Cidade Industrial de Curitiba
CMEI	- Centro Municipal de Educação Infantil
CEMIC	- Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade
CNE/CEB	- Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
CSU	- Centro Social Urbano
DCNEI	- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
EEF	- Departamento de Ensino Fundamental
EEI	- Departamento de Educação Infantil
EL	- Departamento de Logística
EI	- Educação Infantil
FAS	- Fundação de Ação Social
FUNABEM	- Fundação Nacional do Bem Estar Social
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GD	- Gestão Democrática
GED	- Gerenciamento Eletrônico de Documentos

ICI	- Instituto Curitiba de Informática
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
MEI	- Movimento de Educação Infantil de Curitiba
MZ	- Matriz
NR	- Núcleo Regional
NRE	- Núcleo Regional de Educação
PDDE/FNDE	- Programa Dinheiro Direto na Escola/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PFL	- Partido da Frente Liberal
PMC	- Prefeitura Municipal de Curitiba
PN	- Pinheirinho
PR	- Portão
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PUC-Pr	- Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RME	- Rede Municipal de Ensino
SAS	- Secretaria de Assistência Social
SF	- Santa Felicidade
SISMEN	- Sistema Municipal de Ensino
SMCr	- Secretaria Municipal da Criança
SME	- Secretaria Municipal da Educação
US	- Unidade de Saúde

LISTA DE ABREVIATURAS

B1	- Berçário Um
B2	- Berçário Dois
BU	- Berçário Único
Dr.	- Doutor
Dr. ^a	- Doutora
ed.	- edição
M1	- Maternal Um
M2	- Maternal Dois
M3	- Maternal Três
MU	- Maternal Único
N.º	- número
NOT	- Noturno
p.	- página
Prof.	- Professor
Prof. ^a	- Professora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21	
<i>Primeiras aproximações com o tema de pesquisa</i>	21	
<i>Revisão Bibliográfica – Traçando o problema de pesquisa</i>	23	
<i>Metodologia – O caminho percorrido</i>	41	
 CAPÍTULO 1		
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA	44	
<i>Breve Histórico</i>	44	
<i>A Organização da Educação Infantil</i>	50	
 CAPÍTULO 2		
GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO INFANTIL	58	
<i>O que dizem os documentos</i>	58	
<i>Panorama da criação dos Conselhos de CMEI</i>	84	
 CAPÍTULO 3		
A IMPLANTAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS DE CMEI EM CURITIBA SOB O OLHAR DOS DIRIGENTES ESCOLARES	90	
 CONSIDERAÇÕES FINAIS		136
 REFERÊNCIAS		143
 APÊNDICES		149
 ANEXOS		175

INTRODUÇÃO

Primeiras aproximações com o tema de pesquisa

O interesse pelo tema em questão e a sua inserção em uma pesquisa é resultado da aproximação com a temática em virtude do trabalho desenvolvido pela pesquisadora no Departamento de Educação Infantil (EEI¹), da Secretaria Municipal da Educação (SME) do município de Curitiba, onde atuou de fevereiro de 2005 a janeiro de 2013.

O ingresso no referido Departamento se deu por meio de convite, devido à atuação como pedagoga em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no ano de 2003. Este ano foi marcado pela transição das unidades de Educação Infantil da extinta Secretaria Municipal da Criança (SMCr) para a SME, em virtude do atendimento ao que apregoa a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996, que institui a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica.

Uma das primeiras mudanças ocorridas neste período foi a inserção de pedagogos nesses espaços, sendo que anteriormente o acompanhamento pedagógico ficava sob a responsabilidade do dirigente do CMEI, a partir de orientações de um técnico da SMCr, que por sua vez realizava a supervisão em várias unidades de acordo com a área de abrangência de cada região da cidade.

No ano de 2004, quando por solicitação da Superintendência de Gestão Educacional, o Departamento de Ensino Fundamental (EEF), por intermédio da Gerência de Gestão Escolar, promoveu encontros para subsidiar o processo de implantação dos Conselhos Escolares (CE) nos CMEI, tendo como justificativa o cumprimento da legislação vigente para a educação básica e em consonância com a política municipal desenvolvida nas escolas municipais desde o ano de 1992, quando, segundo Menezes (2005), foram elaborados os Estatutos dos Conselhos de Escola, ainda que de forma padronizada, sendo que no ano de 1993, há o registro de posse do primeiro CE.

¹ A sigla do Departamento de Educação Infantil é EEI por convenção da própria Secretaria Municipal da Educação. Assim, todos os Departamentos desta Secretaria recebem como letra inicial de sua sigla a letra E.

No ano seguinte (2005), com modificações na equipe de governo, a profissional responsável pela Gerência de Gestão Escolar do EEF, passa a fazer parte da equipe do Departamento de Educação Infantil, ficando responsável em dar continuidade ao seu trabalho com os Conselhos dos Centros Municipais de Educação Infantil.

Assim, meu envolvimento como membro da equipe da Secretaria Municipal da Educação, mais precisamente do Departamento de Educação Infantil (EEI), a princípio, pautava-se na oferta de capacitações em serviço tendo como temáticas as práticas pedagógicas na Educação Infantil, acompanhamento de compras de materiais pedagógicos para unidades novas, entre outras. A partir do ano de 2008 passei a participar de forma mais direta das discussões a respeito da Gestão Democrática, como é tratada pelo setor, tendo inclusive me envolvido em cursos destinados a diretores e representantes dos segmentos que compõem os Conselhos Escolares das unidades de Educação Infantil, que objetivavam a formação de parte dos conselheiros eleitos pela comunidade educativa.

Diante desta aproximação, por várias vezes, a inquietação diante das discussões fez-se presente. Principalmente, a respeito da democratização da gestão nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) no município de Curitiba.

Estas inquietações podem ser sintetizadas *a priori* em algumas indagações:

1-) Alguns dos posicionamentos realizados em momentos de formação estariam ou não resumindo o conceito de Gestão Democrática à participação da comunidade escolar, aqui entendida como formada por profissionais da instituição de educação, famílias, profissionais das Unidades de Saúde próximas e instituições comunitárias (associações de moradores), mas neste caso, principalmente à participação das famílias em colegiados escolares?

2-) Ao expor sua opinião no grupo, a maioria dos dirigentes utilizava-se de discursos democratizantes, mas como explicar as práticas autoritárias, relatadas por representantes de outros segmentos?

3-) E, até que ponto a participação em órgãos colegiados visava atender ao princípio da representatividade?

No entanto, o objetivo desta pesquisa não está, exclusivamente, em responder a essas questões, porém, elas ajudam na construção e no entendimento do problema de pesquisa, como demonstrado adiante.

Revisão Bibliográfica – Traçando o problema de pesquisa

Cabe salientar que muitas são as produções teóricas a respeito dos Conselhos Escolares em uma perspectiva democrática, dentre as quais cabe destacar Pinto (1994), Camargo (1997) e Souza (2007).

Em seu estudo, Pinto (1994) utiliza-se da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas para realizar a análise do Conselho Escolar de uma escola da rede estadual paulista, como um mecanismo de tomada de decisão que tem como premissa a participação de todos os envolvidos no processo educativo.

Neste estudo, o autor apresenta uma ampla análise do funcionamento do Conselho Escolar (CE), descrevendo a forma com que é composto, suas competências e atribuições, além de promover uma avaliação dentre os conselheiros a respeito do funcionamento deste órgão deliberativo, elencando aspectos importantes como a autonomia, os assuntos mais debatidos e o papel exercido pelo diretor e pelas entidades representativas (instituições comunitárias), cuja participação é bem escassa.

Como o próprio autor destaca, este colegiado por vezes desenvolve ações exigidas pela burocratização, entendendo-a de acordo com Weber, como um conjunto de normas e regras a serem cumpridas, que o tornam incapaz de se estabelecer tal como uma “instância autônoma de poder” (PINTO, 1994, p.154).

Isto nos faz refletir a respeito dos colegiados escolares nas unidades de Educação Infantil, principalmente quando, em questionário² aplicado a todos os diretores e diretoras³ de CMEI, ao serem questionados em questão aberta a respeito

² Ver mais sobre o questionário no Capítulo 3 – A Implantação e a Implementação dos Conselhos de CMEI em Curitiba sob o Olhar dos Dirigentes.

³ A partir daqui usar-se-á o termo diretoras, sendo que dentre todos os Centros Municipais de Educação Infantil abordados, somente um deles, no momento desta produção, tem um representante do sexo masculino ocupando a função de dirigente.

de como a autonomia atribuída ao Conselho poderia ser considerada, alguns, por um lado, atribuem e consideram a importância da autonomia para a gestão democrática, mas questionam com relação às demandas em que o CE não pode exercer autonomia, alegando certa utopia diante do fato de que alguns conceitos e padrões são estipulados por instâncias externas à unidade ou até mesmo embargados por normas. E, outros complementam a ideia de autonomia apenas relacionando-a a uma ou duas palavras, como por exemplo: democrática; indispensável; fundamental; democrática e plena; responsável e compromissada; consciente e participativa. Essas percepções nos levam a indagar se os respondentes têm compreensão precisa sobre o que significa autonomia escolar.

Autonomia é aqui entendida a partir de reflexões baseadas nos estudos de Barroso (1996), como um conceito político de relação de poder que pressupõe conflitos, pode-se dizer que é resultado de um “equilíbrio de forças”, onde se faz necessário tencionar os limites a favor dos interesses coletivos, pois no âmbito institucional (escolar) a autonomia é uma empreitada coletiva, ou seja, não parece possível defendê-la em favor de um ou de outro sujeito, senão que em favor de toda a escola.

No entanto, cabe ressaltar que a autonomia do Conselho de CMEI é também pautada na legislação em vigor, como definido, por exemplo, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n.º 9394/96, artigo 15⁴ e, ainda, no documento produzido pela SME “Proposta de Implantação de Conselhos Escolares nos Centros Municipais de Educação Infantil” (CURITIBA, 2004).

Um exemplo prático diz respeito ao Calendário Escolar, pois, normalmente questiona-se o fato de ser encaminhado um modelo pela SME com definições de datas de início e término do período de atividades com as crianças e recessos. Neste sentido, a autonomia do CMEI é limitada, visto que, está inserido em uma Rede de Ensino, não podendo tomar decisões a revelia, ou seja, há a necessidade de estabelecer um padrão mínimo para que famílias que possuem filhos ou profissionais que atuem em unidades escolares distintas possuam alguma

⁴ “Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”.

regularidade no calendário, principalmente, quando envolve organização de férias. Assim, o Sistema de Ensino precisa se organizar para gerir as unidades, que no caso de Curitiba, ao que se refere à Educação Infantil, envolvem CMEI, Centros de Educação Infantil conveniados (CEI) e Escolas Municipais, conforme será apresentado no Capítulo 1.

Por sua vez, Camargo (1997) toma como foco de estudo a gestão em um aspecto mais amplo, mais especificamente analisa, na Secretaria Municipal da Educação de São Paulo, entre os anos de 1989 a 1992, a democratização da gestão e a construção de uma nova qualidade de ensino.

Tomando por base estes dois princípios da educação brasileira, que como destaca, encontram-se expostos na Constituição Federal como gestão democrática e garantia de padrão de qualidade, o autor analisa as concepções e condicionantes da ação educativa, com o intuito de demonstrar de que forma esses princípios podem promover “práticas educativas e democráticas nas escolas”, bem como, “nortear políticas educacionais mais amplas” (CAMARGO, 1997, p. 01).

Dessa forma, seus estudos contribuem no sentido de subsidiarem a discussão a respeito da construção do conceito de Gestão Democrática, além de subsidiar as reflexões sobre as possibilidades de efetivação de práticas mais democráticas no espaço educacional.

Souza (2007) também discute o Conselho Escolar (CE), mas dentro de uma leitura sobre o perfil do diretor e dos processos de gestão escolar no Brasil enfatizando a face política deste processo. Para tal discute conceitos importantes como o da própria gestão escolar, a gestão democrática, as relações de poder estabelecidas no interior da escola e o conselho de escola como um dos elementos de democratização.

Dentre suas conclusões, no que diz respeito aos CE, o autor afirma que em escolas em que os diretores foram eleitos, estes colegiados são mais atuantes, bem como, percebe-se a construção de projetos pedagógicos mais independentes e constituídos com maior participação do coletivo; desta forma, sugere-se que nestes espaços a democracia parece ser pedagógica, derivando no que se pode chamar de uma educação política mais ampliada.

Esta afirmativa do autor traz à tona uma questão importante em relação à atuação de órgãos colegiados nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), pois diferentemente das Escolas Municipais de ensino fundamental, em Curitiba, a comunidade educativa dos CMEI não elege a dirigente, ou seja, a função de diretora é ocupada por profissionais indicadas. As pessoas indicadas passam por entrevista com a diretora do Departamento de Educação Infantil e posteriormente, com a Secretária Municipal da Educação.

Esta forma de provimento da função de diretora de CMEI é evidentemente política, pois ainda que se tome critérios técnicos, dificilmente profissionais com trajetória ou perfil político contrários à gestão do sistema serão indicadas. Assim, em locais onde o controle político é evidente, a partir da indicação dos dirigentes, é complexo se avaliar a atuação dos CE em uma perspectiva de autonomia e democracia. Essa é uma das faces do problema que mais adiante iremos tratar.

De tal maneira, como se pode verificar, os referidos autores subsidiarão as reflexões a respeito da democratização da gestão, tendo como um de seus mecanismos a implantação e implementação de órgãos colegiados que contemplem a participação de toda a comunidade educativa no processo de tomada de decisões no interior da “escola”.⁵

Os termos implantação e implementação serão aqui empregados de forma a se complementarem, ou seja, como duas etapas no processo de constituição dos Conselhos Escolares.

Assim, ao remeter à experiência de Curitiba, entender-se-á por implantação as primeiras ações desenvolvidas, ainda no âmbito da Secretaria Municipal da Educação (SME), para deflagrar a proposta de instituir-se CE nas unidades de Educação Infantil, isto é, corresponde ao início do processo, ao período de formulação do primeiro documento de referência e a sua apresentação aos dirigentes de CMEI, como será apresentado no Capítulo 2.

O termo implementação é utilizado no sentido de dar continuidade, isto é, após ser apresentada a “Proposta de Implantação de Conselho nos Centros Municipais de Educação Infantil” (2004), cada unidade se organizou com o intuito de

⁵ Por se tratar de um trabalho que tem como referência a Educação Infantil e, a utilização da expressão nos remeter à ideia de escola de Ensino Fundamental, optou-se pela utilização do termo entre aspas.

envolver toda a comunidade educativa no processo de constituição de seu Conselho, bem como, para mantê-lo como um órgão colegiado atuante, como será evidenciado, sob o ponto de vista dos dirigentes, no Capítulo 3.

A fim de contemplar a especificidade desta pesquisa ao tratar desta temática em instituições de Educação Infantil, buscou-se no banco de dissertações e teses da Fundação Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), algumas produções que tomem os conselhos escolares como objeto de estudo, obtendo-se alguns resultados tendo como foco a participação familiar (FREITAS, 2000; CORREA, 2001; AQUINO, 2003; MARTINEZ, 2005; MARTIM, 2007); implementação de Conselhos Escolares (FREITAS, 2000; CARMINATI, 2002; OLIVEIRA, 2008); participação infantil (ISAIA, 2007; OLIVEIRA, 2008); a gestão na educação infantil (TRONNOLONE, 2003; CARNEIRO, 2006; MENDES, 2007; REIS, 2007; FRANCO, 2009) e a democratização da gestão (MUTIM, 2000; MELLO, 2001; GONÇALVES, 2003; HASCKEL, 2005; CORREA, 2006; SOUSA, 2007), como é possível visualizar a seguir no Quadro 1 – Pesquisa CAPES – Gestão na Educação Infantil e no Quadro 2 – Pesquisa CAPES – Conselhos Escolares na Educação Infantil.

PESQUISA CAPES - GESTÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL			
TÍTULO	AUTOR	NÍVEL	DATA
A participação dos pais na implementação dos Conselhos de Escola: um mecanismo da gestão democrática.	Alexandre Luiz Martins de Freitas	Mestrado	01/11/2000
Possibilidades de Participação Familiar e Qualidade na Educação Infantil.	Bianca Cristina Correa	Mestrado	01/04/2001
A participação infantil nos processos de gestão na escola da primeira infância.	Clarice Veríssimo Isaia	Mestrado	01/09/2007
Gestão de Creches para além da Assistência Social - Transição e percurso na Prefeitura de São Paulo de 2001 a 2004.	Dalva de Souza Franco	Mestrado	01/04/2009
Educação Infantil: a relação do Centro de Educação Infantil com a comunidade na construção do projeto pedagógico.	Débora Fernandes Ferreira Pelegrini Martim	Mestrado	01/12/2007
A Gestão em unidades de educação infantil: um estudo de caso.	Eva Cristina de Carvalho Souza Mendes	Mestrado	01/04/2007
Participação: relação instituição educativa e família na educação infantil.	Ilma Lopes de Aquino	Mestrado	01/12/2003
Práticas de gestão em educação infantil: Análise de uma experiência.	Leila Maria Michelin Gonçalves	Mestrado	01/12/2003
Democratizando a Gestão: Os conselhos de escola e as eleições de diretores na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.	Márcia Bressan Carminati	Mestrado	01/03/2002
Gestão Democrática nas Escolas Municipais de Educação Infantil de Piracicaba Possibilidades e Limites.	Marilice Pereira Ruiz do Amaral Mello	Mestrado	01/12/2001
A Gestão de Creche no Município de São Paulo: Diretores em Contexto.	Miriam Tronnolone	Mestrado	01/05/2003
Educação Infantil: Reflexões sobre a participação dos pais.	Sandra Lembo Fernandes Martinez	Mestrado	01/12/2005
Gestão Democrática na Educação Infantil: A eleição para diretor de creche.	Selita Hasckel	Mestrado	01/07/2005
Gestão democrática: a rede municipal de creches de Cuiabá frente ao desafio da participação efetiva.	Suely Nobre de Sousa	Mestrado	01/12/2007
Gestão Escolar Participativa: Sonho e Realidade.	Avelar Luiz Bastos Mutim	Doutorado	01/03/2000
Democratização da gestão escolar na educação infantil: um caso e seus múltiplos significados.	Bianca Cristina Correa	Doutorado	01/06/2006
A gestão das creches municipais de São Carlos na visão das diretoras: da assistência à educação (1999-2004).	Maria das Graças Fernandes Amorim dos Reis	Doutorado	01/03/2007
Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil	Relma Urel Carbone Carneiro	Doutorado	01/12/2006

QUADRO 1 – PESQUISA CAPES – GESTÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

FONTE: A autora (2011)

NOTA: Informações coletadas em <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/> em 23/05/2011 às 21h.

PESQUISA CAPES - CONSELHOS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL			
TÍTULO	AUTOR	NÍVEL	DATA
A participação dos pais na implementação dos Conselhos de Escola: um mecanismo da gestão democrática.	Alexandre Luiz Martins de Freitas	Mestrado	01/11/2000
Democratizando a Gestão: Os conselhos de escola e as eleições de diretores na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.	Márcia Bressan Carminati	Mestrado	01/03/2002
Formação para a participação: perspectivas freireanas para a educação infantil no município de Diadema, São Paulo.	Solange Aparecida de Lima Oliveira	Mestrado	01/12/2008

QUADRO 2 – PESQUISA CAPES – CONSELHOS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

FONTE: A autora (2011)

NOTA: Informações coletadas em <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/> em 23/05/2011 às 21h.

A participação familiar é enfatizada por diferentes olhares, sendo que Freitas (2000) avalia o processo de implementação dos Conselhos, nas escolas de educação infantil do município de Matão, estado de São Paulo, entre os anos de 1997 a 2000, a partir da participação dos pais. Destaca que este estímulo à participação foi subsidiado por um projeto de descentralização/democratização dos serviços públicos que teve seu início nos anos 80, e conclui que os mecanismos de participação da comunidade no interior da escola são fundamentais para a gestão democrática (FREITAS, 2000).

Correa (2001) também focaliza seu trabalho na participação familiar como um dos instrumentos constitutivos da Gestão Democrática, tendo como campo empírico as instituições de Educação Infantil, mais especificamente, a pré-escola (crianças de 4 a 6 anos), do município de São Paulo. Seu estudo situa-se no âmbito das discussões acerca da Gestão Democrática da escola pública (CORREA, 2001).

Aquino (2003) investiga as formas de participação da família em uma instituição de Educação Infantil de um município da Grande São Paulo, sendo que o município em que esta instituição encontra-se pauta sua educação no princípio da gestão democrática e da participação. Conclui que apesar de serem favoráveis à participação das famílias, utilizando-se de alguns meios para que ocorra, ainda há muito que se conquistar no que se refere à gestão democrática propriamente dita (AQUINO, 2003).

Ainda neste âmbito, Martinez (2005) busca nas escolas de Educação Infantil do município de Sorocaba/São Paulo elementos que possibilitem identificar as formas de interação e as ações pedagógicas oferecidas que favoreçam a participação da família na escola. Porém, a autora constatou que estes momentos ainda se resumem às reuniões de pais e professores para acompanhamento do desenvolvimento das crianças ou por meio da participação via Associação de Pais e Mestres (APM). Diante disso, conclui que a participação dos pais, por meio de um diálogo mais frequente, em um ambiente que prime pela participação democrática, ainda é um objetivo a ser alcançado (MARTINEZ, 2005).

Diante do exposto, esses trabalhos apontam questões fundamentais para se pensar a forma com que se efetiva a participação das famílias nos espaços de Educação Infantil, mesmo que ainda haja situações em que se resume ao acompanhamento do desempenho escolar ou para o atendimento de questões mais burocráticas, como é o caso da participação relacionada às necessidades advindas do processo de descentralização de recursos nos espaços escolares. Esses elementos subsidiarão a reflexão e a análise a respeito do enfoque dado ao processo de participação dos pais nos Conselhos de CMEI, sob a ótica das dirigentes.

Já por sua vez, Martim (2007) analisa a elaboração e a implementação de um Projeto Pedagógico em um Centro de Educação Infantil (CEI) da rede municipal de São Paulo, durante o período de 2004 a 2006, tendo como ponto de partida a transição da gestão dos CEI da Secretaria de Assistência Social (SAS) para a Secretaria Municipal da Educação (SME) e destacando a participação da Comunidade Educativa neste processo (MARTIM, 2007).

Esta proposta de estudo destacando a participação da comunidade educativa no processo de transição da gestão de uma Secretaria para outra, nos permite refletir acerca do processo instaurado no município de Curitiba, que teve seu período de transição, da Educação Infantil da Secretaria Municipal da Criança (SMCr) para a SME, registrado no ano de 2003. No entanto, o desenvolvimento de ações relacionadas à organização de mecanismos de democratização da gestão ocorreu a partir do ano de 2004, como será detalhado no Capítulo 2.

Quanto à implementação de Conselhos Escolares (CE), além das contribuições de Freitas (2000) avaliando tal processo a partir da participação dos pais, como citado anteriormente, cabe ressaltar as de Carminati (2002) ao utilizar-se de algumas categorias teóricas como a participação, a cidadania, a democracia, a esfera pública, a cultura política e o clientelismo, para subsidiar sua análise a respeito do processo de institucionalização e implantação dos Conselhos de Escola na rede municipal de ensino do município de Florianópolis, no período de governo da Frente Popular (1993/1996). Sendo que este processo sofreu interferências da eleição para diretores ocorrida em 1994, envolvendo 52 escolas desdobradas, creches e núcleos de Educação Infantil, que até então eram marcadas pela escolha de diretores por livre indicação (CARMINATI, 2002).

Envolvendo este aspecto, porém com destaque ao processo formativo de cada segmento que compõe o CE, Oliveira (2008) tem como objeto de estudo a formação para a participação no espaço da escola pública, bem como a influência do pensamento de Paulo Freire na política curricular de Educação Infantil, no município de Diadema, São Paulo. A autora investiga como a formação para a participação foi concretizada, sendo que esta se encontra implicitamente anunciada na Proposta Curricular da Educação Infantil. Um aspecto a destacar diz respeito à participação das crianças em Conselhos Mirins, uma das práticas empregadas no processo de aprendizagem para a participação elencada no estudo da autora (OLIVEIRA, 2008).

Estes dois trabalhos que, se propõem a analisar a implantação do Conselho Escolar na Educação Infantil como espaço de participação, nos subsidiam no sentido de pensá-lo tal como, uma das principais formas de participação em instituições educacionais, porém, cabe destacar, que não se resume à única ou à principal forma de participação, pois como abordaremos no Capítulo 2, os CE são considerados como um dos mecanismos para a democratização da gestão e a participação da comunidade educativa não pode se resumir apenas a este espaço.

A participação infantil, principalmente no que se diz respeito à Educação Infantil (EI), pode ser considerada um aspecto pouco explorado no campo de pesquisa em questão, sendo abordado por Oliveira (2008), como citado anteriormente, e por Isaia (2007) ao investigar a participação infantil nos processos

de gestão em uma escola pública municipal que atende crianças abaixo de sete anos, no município de Porto Alegre. Como objetivo de pesquisa, a autora propõe analisar situações de participação das crianças das turmas de Berçários, Maternais e Jardins, na gestão escolar e possibilidades de efetivar novos caminhos de gestão com elas. Sendo que, a partir desta participação das crianças vislumbra-se uma possível descentralização de poder dos adultos que trabalham na escola de educação infantil (ISAIA, 2007).

Este trabalho nos permite refletir acerca de um elemento importante em relação a práticas mais democráticas, a descentralização do poder. No entanto, esta preocupação está não apenas em relação à participação das crianças, como também, de toda a comunidade educativa. Nesse sentido, há que se destacar uma questão primordial, já ressaltada anteriormente, mas que interfere significativamente neste processo, ou seja, o provimento de diretores para as unidades de Educação Infantil por indicação.

A gestão na educação infantil é abordada como objeto de estudo por Tronnolone (2003) ao traçar a partir de sua pesquisa empírica o perfil dos diretores das creches municipais de São Paulo, localizadas na região de Itaquera/Guaianazes e investigar as concepções que estes sujeitos têm sobre gestão, papel da direção, possibilidades de seu trabalho e necessidades da formação. A autora conclui que existem concepções diferenciadas dentre os diretores. Destaca, também, que um dos problemas a serem solucionados refere-se à precariedade de condições de trabalho e à falta de clareza sobre o papel da direção, questões que poderiam ser amenizadas com investimentos na formação dos gestores da Educação Infantil (TRONNOLONE, 2003).

Ao contrário de Tronnolone (2003), a proposta não será a de traçar o perfil dos diretores, mas fazer uso de suas concepções, ou melhor, a partir de seu ponto de vista acerca do trabalho desenvolvido com o CE, elencar os principais elementos que possibilitem vislumbrar o processo de implementação dos órgãos colegiados, bem como, a efetividade desta política.

Seguindo a mesma linha de raciocínio em relação à necessidade de formação, Carneiro (2006) parte do pressuposto de que há que se investir na qualificação da equipe escolar como um todo, tendo em vista as demandas atuais, e,

principalmente, na do diretor, que requer novos conhecimentos, atitudes e habilidades para atuar diante das condições contemporâneas e das tendências emergentes na educação geral e especial. Assim, seu estudo tem o objetivo de desenvolver, implementar e avaliar um programa de formação destinado aos diretores de educação infantil com foco na inclusão educacional (CARNEIRO, 2006).

Sabemos que a formação continuada é fator preponderante para a prática, cabe-nos, portanto, questionar até que ponto os saberes apreendidos são elaborados e colocados em prática. Ou seja, até que ponto consegue-se realizar a transposição da teoria à prática e vice-versa.

Ainda no que tange à gestão, porém considerando aspectos mais relacionados à prática, Mendes (2007) a partir do estudo de caso realizado em uma instituição de Educação Infantil, no Município de Santos, Estado de São Paulo (1997/2005), busca analisar a dinâmica da gestão, com vistas à reflexão sobre as relações do diretor com professores e pais, bem como, a forma com que se configura esse processo, tomando por base referenciais teóricos a respeito da gestão democrática. A autora destaca em seus estudos algumas características que considera essenciais ao diretor de unidade de educação, como: liderança, organização, autonomia, ética, conhecimento, estimular o trabalho cooperativo e ser comunicativo (MENDES, 2007).

Com o objetivo de “problematizar os elementos que a gestão traz para a discussão do trabalho na Creche”, Reis (2007), a partir da realização de um estudo diagnóstico da gestão da educação infantil das creches do município de São Carlos/São Paulo, busca contribuir para as discussões acerca da gestão nestas unidades, que segundo a autora ainda é pouco explorada. A pesquisa tem seu ponto de partida no processo de transição da gestão das creches da Assistência Social para o âmbito da Educação, indicada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9394/96, porém implementada no período de 2001 a 2004 (REIS, 2007).

Abordando um aspecto diferenciado da gestão, que vai além da unidade de Educação Infantil, ou melhor, anterior a ela, pois diz respeito à gestão do sistema, Franco (2009) toma como objeto de estudo a transição da gestão das creches do município de São Paulo, da Secretaria de Assistência Social (SAS), para a

Secretaria Municipal de Educação (SME), durante a gestão Marta Suplicy, de 2001 a 2004, com o intuito de compreender o processo político-administrativo adotado no período, bem como, contribuir para o debate sobre creches, a partir do levantamento de alguns indicadores do processo e da maneira com que o município incorporou o preceito constitucional das creches na área da Educação (FRANCO, 2009).

Como é possível verificar, muitos são os olhares voltados para a gestão, principalmente com o intuito de se estudar a dinâmica da gestão, o perfil dos dirigentes e o processo de transição para a educação que os estabelecimentos municipais de Educação Infantil se submeteram, mas também, estas evidências nos indicam um caminho que ainda precisa ser percorrido, que diz respeito às relações de poder envolvidas na gestão e as maneiras com que estas instituições vêm desenvolvendo um trabalho que possibilite o envolvimento de toda a comunidade educativa no processo de tomada de decisões.

Diante disso, percebe-se que a democratização da gestão é um dos aspectos abordados recentemente, porém por diferentes vertentes, como é o caso dos estudos de Mutim (2000) que analisou a relação entre o processo de gestão e o desempenho escolar dos alunos de duas escolas públicas municipais de Salvador/Bahia, que atendem desde a Educação Infantil até a 4ª série do Ensino Fundamental. A pesquisa evidenciou uma relação direta e positiva entre estes dois elementos, o que possibilita a conclusão de que “a democratização da gestão escolar é um ponto de partida para a busca de transformações” que interfiram na qualidade do ensino, porém não é por si só suficiente para alcançar-se altos índices de desempenho (MUTIM, 2000).

Por sua vez, Mello (2001) destaca que apesar dos movimentos pela redemocratização do país ao final dos anos 70 e durante a década de 80, no espaço educacional, principalmente nas instituições escolares, as mudanças ocorrem muito lentamente, inclusive pelo fato de que vivemos em uma sociedade desigual e autoritária. Com base nisto, seu estudo tem como principal objetivo analisar como a escola incorpora concepções de democratização da gestão em suas práticas cotidianas. Para tal realiza um estudo de caso sobre tais exercícios de gestão em uma Escola Municipal de Educação Infantil do município de Piracicaba, que se

encontra em um processo de busca por novos caminhos para a implantação de práticas mais participativas (MELLO, 2001).

Por mais lentas que estas mudanças ocorram, devemos considerar que representam avanços nas possibilidades de participação nos espaços escolares, o que traz benefícios à comunidade educativa. Exemplo disso está evidenciado nos estudos de Gonçalves (2003) que parte do pressuposto de que a democratização da gestão da educação e da escola pode fazer com que o espaço escolar seja um espaço para o aprendizado de práticas cidadãs, para tanto há a necessidade de se construir canais de participação. Diante disso, a autora toma como objeto de estudo o processo de construção de um modelo de gestão democrática desenvolvido por uma diretora de Escola Municipal de Educação Infantil, do município de Piracicaba, e constata algumas evidências de que a unidade em questão “pauta-se por uma concepção crítica e transformadora de educação” (GONÇALVES, 2003).

Outro enfoque dado à democratização da gestão é vislumbrado no trabalho de Hasckel (2005) ao considerá-la a partir da instauração do processo de eleições diretas para diretor de creche no município de Florianópolis/Santa Catarina. Seu objetivo é de compreender esta dinâmica enquanto um dos mecanismos de democratização da gestão desta Rede Municipal. Revela os obstáculos a serem superados em decorrência das relações clientelistas e da troca de favores reproduzidas nas relações políticas e sociais, destacando a necessidade de uma ressignificação deste processo (HASCKEL, 2005).

Assim como no estudo de Mutim (2000), apresentado anteriormente, ao promover reflexões acerca da influência produzida por práticas de gestão democrática para com a qualidade do ensino, Correa (2006) toma por base a análise das medidas adotadas para a democratização da gestão desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Carlos/São Paulo, no âmbito da Educação Infantil, para investigar de que maneira estas medidas influenciaram na qualidade da gestão e no processo educativo da escola. Pode-se constatar que, uma gestão escolar, entendida como “mediação”, ou seja, baseada em princípios democráticos, em que se destaca a importância do envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar, “possui uma centralidade inquestionável com vistas à melhoria da qualidade na educação infantil” (CORREA, 2006).

E por fim, Sousa (2007) realiza “um panorama histórico da experiência cidadã no ensino público de Cuiabá, em busca de consolidar a gestão democrática na Educação Infantil”, suscitada a partir da transição das creches da Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2004, e com a discussão de implantação da Lei de Gestão Democrática no município. Esta Lei marca o início do processo de eleições para diretores na Educação Infantil no município de Cuiabá. A autora destaca também, que neste primeiro momento percebeu-se uma tentativa do aparelho ideológico no sentido de neutralizar a participação dos pais (SOUSA, 2007).

Tendo em vista a abrangência das discussões a respeito da Gestão Democrática, diante do conjunto de produções listadas nos parágrafos anteriores, percebe-se ainda a necessidade em desenvolver estudos aplicados a espaços de Educação Infantil, que permitam avaliar a efetividade das políticas educacionais com vistas à democratização da gestão nas unidades de educação infantil, visto que, no campo em questão, não se tem produções a este respeito, ou seja, que se proponham a realizar uma análise da política e, principalmente, de sua efetividade.

Nesta pesquisa, como já explicitado, propõe-se tomar por base o olhar das dirigentes de CMEI para discutir como os CE vêm se constituindo como um dos instrumentos para a efetivação da democratização da gestão.

Desta forma, a relevância do tema em questão, se dá por seu caráter inédito ao se tratar de pesquisa a respeito da democratização da gestão em instituições de Educação Infantil, e, principalmente, por razão da importância em se analisar os processos de implantação e de implementação destes órgãos colegiados nos CMEI de Curitiba.

Outro aspecto importante a ser considerado, diz respeito ao registro da prática, sendo que em consulta junto ao Arquivo Público Municipal da Educação, em maio de 2012, nenhum documento do período compreendido entre os anos de 2000 a 2004 foi encontrado, ou melhor, no arquivo existem apenas os documentos referentes a boletins de frequência dos servidores e capacitações ofertadas pela SME, mediante a justificativa de que durante o período acima especificado, o Arquivo Municipal ocupava outro prédio, sendo que não comportava a quantidade de documentos encaminhada para arquivamento. Sendo assim, foi suspenso o

recebimento de materiais até que o problema de espaço fosse resolvido, e, posteriormente, não houve resgate do que foi produzido no período, cada setor, departamento da Prefeitura ficou responsável pela guarda de seus arquivos.

Diante do exposto, há a necessidade de constituir um registro deste processo, principalmente ao que se refere à implementação dos CE nos CMEI, que se deu a partir do segundo semestre do ano de 2004, pois, quanto à implantação realizada pela SME em 2004 é descrita por Menezes (2005), em monografia apresentada em curso de especialização.

Além dos aspectos abordados nos parágrafos anteriores, cabe ressaltar ainda, que os espaços de EI têm suas peculiaridades, visto que, esta etapa da Educação Básica, deixa de ser considerada exclusivamente a partir de seu caráter assistencialista, tendo por finalidade o atendimento às crianças da classe trabalhadora, conforme descrito por Kulhmann Júnior (2000); e, passa a ser entendida, principalmente, a partir da Lei N.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como a “primeira etapa da educação básica”,⁶ e reafirmada como direito da criança. Sendo assim, é considerada a base da formação do indivíduo, tendo por finalidade o “desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”⁷ (BRASIL, 1996).

Cabe destacar ainda que, a partir da aprovação da Lei n.º 11.114/2005, de 16 de maio de 2005, que faz alterações nos artigos 6º, 30º, 32º e 82º da LDB e torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, a Educação Infantil passa a abranger a faixa etária do zero aos cinco anos.

Em consonância com a LDB, a Resolução nº 5, de 17 de setembro de 2009, da Câmara da Educação Básica, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), e que originou o documento produzido pelo Ministério da Educação, no ano de 2010, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, afirma que as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil (EI), têm o compromisso de cumprimento da “função sociopolítica e pedagógica da

⁶ Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Título V, Capítulo II, Seção II, Art. 29.

⁷ Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Título V, Capítulo II, Seção II, Art. 29.

educação”, para tal, dentre alguns dos elementos destacados como necessários para a consolidação, ressalta-se o de assumir “a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias” (BRASIL, 2010, p. 17).

Este caráter de complementaridade às ações da família e da comunidade exposto tanto na LDB como nas DCNEI, é abordado de forma mais incisiva neste segundo documento, ao definir que para a efetivação dos objetivos elencados nas propostas pedagógicas há a necessidade que as instituições assegurem:

- III - A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;
- IV - O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade. (BRASIL, 2010, p.19).

Diante do exposto, vislumbra-se uma educação em que as relações estabelecidas entre unidades e famílias/comunidade são relações de proximidade, onde são consideradas e valorizadas as experiências das crianças, seus hábitos e sua cultura. Momentos de interação das famílias, bem como, da comunidade educativa como um todo, são primordiais neste processo, sendo que, são possibilidades de compartilhar e vivenciar experiências, debater a respeito de diferentes temáticas, ter contato com as produções infantis; enfim, perceber as potencialidades do trabalho desenvolvido com as crianças na EI.

No entanto, há que se considerar que, o trabalho desenvolvido diz respeito à educação de crianças de uma faixa etária (no caso de Curitiba, o atendimento das crianças em CMEI, compreende a faixa etária de 03 meses a 05 anos) em que as famílias participam com mais intensidade desse processo, seja direta (com a participação efetiva em colegiados ou em outras propostas de envolvimento e participação da comunidade, conforme exposto no parágrafo anterior) ou indiretamente (no acompanhamento das crianças até a instituição de Educação Infantil, nos momentos de entrada e saída).

Em outras palavras, diferente do Ensino Fundamental, onde as famílias gradativamente vão se afastando da escola devido ao fato das crianças atingirem uma idade na qual passam a ficar mais independentes, na Educação Infantil, as famílias participam mais, mesmo que seja apenas no trajeto casa-CMEI/CMEI-casa.

Não que esta se configure na melhor ou ainda única forma de participação, mas, no entanto, pode-se considerar uma das formas de participação.

Enfim, partindo do pressuposto de que toda a comunidade institucional deve interagir na busca efetiva de uma proposta pedagógica com objetivos comuns, foram constituídos, no ano de 2004, os Conselhos Escolares nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) de Curitiba, a partir de uma proposta da Secretaria Municipal da Educação (SME), com vistas a uma contribuição para a efetivação da gestão democrática em todas as unidades, as quais, por sua vez, receberam orientações por parte da mantenedora sobre os procedimentos a serem realizados.

Conforme exposto anteriormente, as primeiras ações, no âmbito da SME, para a implantação desses órgãos colegiados em CMEI, deram-se por intermédio do Departamento de Ensino Fundamental (EEF). Em conversa, com a então Gerente de Gestão Escolar do referido Departamento, e, na ocasião da pesquisa, uma das responsáveis no EEI pelo trabalho com a gestão dos CMEI, constatou-se que os encaminhamentos para a efetivação desse processo no ano de 2004, deu-se por solicitação da Superintendência de Gestão Educacional, em decorrência da transição da gestão da Educação Infantil, da SMCr para SME, e, concomitantemente, em consonância com a legislação em vigor.

De acordo com Menezes (2005), o início do processo deu-se a partir da realização de encontros, em um total de doze, com representantes da SME e dos CMEI com o propósito de elaborar “um documento de orientação quanto à estrutura e ao funcionamento do Conselho e também para definição das atribuições deste órgão gestor” (MENEZES, 2005, p. 42).

No entanto, o referido documento, intitulado “Proposta de Implantação de Conselho nos Centros Municipais de Educação Infantil” (CURITIBA, 2004), não descreve esse processo de elaboração, mas, apresenta um cronograma para a sua implantação, sendo que prevê dois encontros (nos dias 17 e 18 de março de 2004) para apresentação, discussão da proposta, ajustes e aprovação, envolvendo a Gerência de Gestão Escolar, o Departamento de Educação Infantil (EEI), dois (02) representantes das diretoras de CMEI e um (01) representante das chefias dos Núcleos Regionais de Educação (NRE); e, um momento, no dia vinte (20) de abril de 2004, com todas as diretoras de CMEI, para apresentação e discussão sobre a

implantação do Conselho. A partir daí, as diretoras tiveram o prazo até o dia trinta e um (31) de maio de 2004 para “apresentação da implantação do Conselho para a comunidade institucional e a comunidade local e definição do processo de indicação dos conselheiros” (CURITIBA, 2004, p. 09).

De posse dessas informações é possível afirmar que, em um universo de 140 CMEI que compunham a Rede Municipal de Ensino (RME) de Curitiba no ano de 2004, a representação no primeiro encontro de apresentação e validação da proposta correspondeu a 1,42% das unidades. Não sendo possível confrontar com o percentual de participantes da SME por não estar definido no documento o número de pessoas envolvidas, mas, é sabido que a Equipe de Gestão Escolar era composta por três integrantes, mais a EEI e a representação dos NRE. Se, supostamente, trabalharmos com a ideia de dois para cinco, fica evidente que não houve paridade neste processo, ou seja, não se estabeleceu uma relação de igualdade entre os representantes dos CMEI e representantes da SME, em um processo que, entende-se, visa estabelecer ações mais democráticas nos espaços educacionais.

Outra questão que chama a atenção, diz respeito ao texto do documento fazer menção à indicação de conselheiros, em seu cronograma, sendo que, anteriormente, no corpo do texto, há um item específico para eleições, contendo a orientação de que deverão ocorrer a cada dois anos, com reuniões de cada segmento destinadas a este fim. Assim, há duas hipóteses a serem consideradas, ou houve um equívoco de redação, ou entende-se que seja possível indicar os conselheiros antes do processo de eleição, o que não é evidente no texto como um todo.

A partir destas observações, centra-se o objeto de estudo no processo de implantação e implementação dos Conselhos dos CMEI do município de Curitiba, entendendo-os como fruto de uma política a fim de corroborar com o princípio de Gestão Democrática proposto pela LDB, tendo como foco de análise o olhar das diretoras.

Para tal, objetiva-se o presente estudo em uma questão central: em que medida, a política municipal de implantação de Conselhos Escolares nos Centros Municipais de Educação Infantil do município de Curitiba, desenvolvida no período

que compreende os anos de 2004 a 2011, apresenta-se como uma proposta efetiva no processo de democratização da gestão escolar?

A opção por desenvolver a pesquisa no período que compreende os anos de 2004 até 2011 se dá pelo fato de que, como exposto anteriormente, o ano de 2004 é o marco inicial do processo de implantação dos Conselhos nos CMEI, por parte da SME. Entre os anos de 2004 a 2011, algumas ações a fim de implementar os CE, como por exemplo, cursos de formação destinados aos conselheiros, foram desenvolvidas pela mantenedora, além do próprio trabalho realizado em cada uma das unidades de Educação Infantil do município. Assim, levando em consideração os sete anos desde a implantação, é importante e possível analisar todo o período.

O objetivo deste estudo é analisar o processo de implantação e implementação dos Conselhos de CMEI na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, verificando a efetividade deste processo para a formação de esferas públicas mais democráticas.

Metodologia – O caminho percorrido

Com o intuito de subsidiar a pesquisa são utilizadas as reflexões promovidas por Bobbio (1986) para a estruturação do conceito de democracia, bem como, as de Camargo (1997) e Souza (2007) com o intuito de estabelecer o conceito de gestão democrática a ser trabalhado.

Ao promover esta discussão acerca do princípio democrático, não há como não nos remeter à questão da participação. Para tanto, fez-se uso dos trabalhos de Bobbio (1996) e Gohn (2007). Sendo que, para relacioná-la aos espaços escolares, a leitura de alguns autores como Camargo (1997), Lima (2003), Souza (2007), Paro (2007) e Pinto (1994), se fizeram imprescindíveis por permitirem um olhar das diferentes formas de participação nos Conselhos Escolares em uma perspectiva democrática.

No que tange à parte empírica da pesquisa, analisa-se os documentos de referência produzidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME), durante o período estudado: Proposta de Implantação de Conselho nos Centros Municipais de Educação Infantil (2004); documento utilizado como modelo para Elaboração do

Regimento dos Centros Municipais de Educação Infantil (2005); Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, volume 2 – Educação Infantil (2006); Parâmetros e Indicadores de Qualidade para os Centros Municipais de Educação Infantil (2009); e Manual do Conselho – primeira versão (2011), com o objetivo de se averiguar quais foram os mecanismos utilizados pela mantenedora (SME) para promover a implantação dos Conselhos Escolares e de que forma estes documentos subsidiaram o processo.

Para respaldar esta reflexão, se tornou fundamental além da análise dos referidos documentos, a pesquisa por meio de questionários, a fim de analisar o processo pelo qual foram instituídos os Conselhos de CMEI, bem como, a maneira que estes foram estruturados durante os sete primeiros anos de funcionamento (2004-2011).

Assim, o primeiro momento da pesquisa empírica foi a aplicação de um questionário de sondagem (APÊNDICE A, p. 150), elaborado pela pesquisadora, e, composto por nove (09) questões abertas, com o objetivo de coleta de dados a respeito do processo de implantação e implementação dos Conselhos Escolares nos CMEI, bem como, do acompanhamento realizado pela SME. Este instrumento de pesquisa foi respondido (APÊNDICE B, p. 152) pela pessoa responsável pelo acompanhamento da Gestão Democrática na Secretaria Municipal da Educação (SME), mais precisamente, no Departamento de Educação Infantil (EEI), que, como exposto anteriormente, realizou todo o trabalho de implantação dos CE no ano de 2004 quando ainda fazia parte da equipe de Gestão Escolar do EEF, e permanece até a data da pesquisa, acompanhando as ações realizadas junto aos CMEI.

Em um segundo momento foi aplicado a todas as diretoras dos Centros Municipais de Educação Infantil um amplo questionário (APÊNDICE C, p. 156), em formulário impresso, composto por quatorze (14) questões, distribuídas em dez (10) questões fechadas de múltipla escolha, quatro (04) questões abertas sendo três (03) com temáticas definidas e uma (01) livre (para o respondente expor o que fosse de seu interesse), com o intuito de coletar dados a respeito do processo de implantação e implementação dos Conselhos Escolares no interior de cada unidade, bem como, analisar a maneira com que este órgão colegiado é percebido, sob o ponto de vista das diretoras.

De posse dos questionários todos os dados foram tabulados e submetidos à análise, considerando-se a frequência de cada uma das respostas, bem como, realizando os possíveis cruzamentos de dados, como é possível vislumbrar no Capítulo 3. Esta análise aprofundada dos documentos e questionários de sondagem é confrontada com os referenciais teóricos sobre Gestão Democrática, com o intuito de perceber a efetividade da política municipal de implantação de CE nos CMEI, bem como, de sua implementação, com a perspectiva de constituírem-se espaços de participação cada vez mais democráticos.

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Breve Histórico

De acordo com dados apresentados no documento Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba – Educação Infantil, em Curitiba os primeiros registros da Educação Infantil ofertada pelo município são do ano de 1976, a partir de ações provenientes do Departamento de Bem-Estar Social, com as primeiras iniciativas do poder público para a construção e a manutenção de creches, estas ações faziam parte do “plano de desfavelamento⁸ e relocação das famílias para conjuntos habitacionais” (CURITIBA, 2006, p.04) localizados na periferia da cidade.

Como é possível visualizar no mapa Evolução da Ocupação Urbana do Município de Curitiba (MAPA 1, p. 176), a expansão urbana deu-se em um movimento circular, da região central para a periférica, sendo que, dentre os anos de 1967 a 1985, pode-se afirmar, que houve uma ocupação pouco significativa em termos territoriais, que abrangeu os bairros Bigorrião, Mercês, Bacacheri, Santo Inácio e Cascatinha (correspondente às áreas 11, 12, 35, 46 e 47 do mapa). As regiões mais afastadas do Centro foram ocupadas a partir do ano de 1986, e representam uma ampliação significativa da ocupação territorial do município.

Porém, desde 1968, no Plano Educacional elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), já se mencionava a necessidade de atendimento infantil, sendo que apenas uma pequena parcela da população da região mais central é que recebia o atendimento pré-escolar, à época com a concepção de ser preparatório para o Ensino Fundamental (CURITIBA, 2006, pg. 04). Assim, é possível vislumbrar que, já havia a percepção da administração municipal da necessidade de atendimento às crianças em creches, no entanto, levam-se aproximadamente oito anos para que as primeiras ações sejam efetivadas.

⁸ Desfavelamento - termo empregado em documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Curitiba, como é o caso das Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba – Educação Infantil, redigido pela Secretaria Municipal da Educação. Ver CURITIBA, 2006, p. 04.

O Boletim Casa Romário Martins (2007), também faz menção ao “Plano de Desfavelamento”, realizado pelo IPPUC e pelo Departamento do Bem Estar Social, alegando que no diagnóstico realizado com as pessoas a serem remanejadas para conjuntos habitacionais, percebeu-se nível de extrema carência, além de um número expressivo de crianças. Com base nestes resultados, foram implantados centros sociais em todos os conjuntos habitacionais, sendo que as creches faziam parte destes centros. Assim, no ano de 1977, foram inauguradas as primeiras creches, Vila Camargo, Jardim Paranaense, Vila Hauer e Xaxim, e, no ano de 1979, Gramados, Hortências, Meia Lua e Pinheirinho. Neste mesmo ano (1979), duas creches foram implantadas com recursos da Fundação Nacional do Bem Estar Social (FUNABEM), com recursos do governo federal, a Atuba e a Tapajós (Boletim Casa Romário Martins, 2007, p. 44).

Como exposto no parágrafo anterior, até o ano de 1979, há o registro de 10 creches municipais para o atendimento de crianças na faixa etária de zero aos seis anos, com o principal objetivo de oferecer o atendimento às crianças no período em que as mães estavam no trabalho. Também neste ano, das 59 Escolas Municipais, 34 ofereciam turmas de pré-escola (de cinco a seis anos), de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba – Educação Infantil.

No ano de 1980, também a partir de recursos provindos da FUNABEM, com o programa dos Centros de Estudos do Menor e Integração à Comunidade (CEMIC), foram construídas dez (10) creches em áreas de menor poder aquisitivo, denominadas como “áreas faveladas” no Boletim Casa Romário Martins, que ficaram conhecidas como CEMIC, são elas: Autódromo, Cajuru, Estrela, Jardim Urano, Vila Formosa, Barigüi, São Carlos, Sibisa, Santa Quitéria e Vila Pinto.

Conforme relatado no documento acima citado, a partir dessa ampliação do número de unidades para atendimento infantil, o governo municipal, com base em estudos do IPPUC e do Departamento de Desenvolvimento Social, discute a necessidade de criação de uma rede oficial de creches, com a ideia de Módulos de Atendimento Infantil, visando o atendimento da criança desde a infância até o início da adolescência. As creches Palmeiras, Santa Amélia, Fazendinha, Uberaba e São Braz foram então construídas.

Neste período, houve outra proposta que contribuiu para a ampliação do atendimento em creches com os Centros Sociais Urbanos (CSU), de âmbito nacional, que abrangiam vários programas, sendo um deles direcionado ao atendimento materno-infantil com as então denominadas “creches de vizinhança”, responsáveis ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos, realizado por mães, em suas residências (Boletim Casa Romário Martins, 2007, p.50).

Na capital paranaense, conforme dados das Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, este atendimento se deu como sugerido na proposta inicial, ou seja, era realizado em espaços domiciliares, com um grupo de aproximadamente dez crianças. Mais tarde, as “creches de vizinhança” passaram a ser gerenciadas pelas Associações de Moradores, ocupando outros espaços físicos (prédios), com apoio técnico e financeiro da Prefeitura Municipal, e começaram a partir do ano de 1984, a ser integradas à rede oficial (CURITIBA, 2006, p. 05).

De acordo com este documento,

a concepção de creche como um direito da mulher trabalhadora e principalmente da criança começou a ser mencionada na década de 80, momento em que se fez referência à qualidade do atendimento à criança e a uma política de atendimento infantil (CURITIBA, 2006, p. 05).

Esta preocupação em relação à qualidade do atendimento pode também ser evidenciada a partir do trabalho desenvolvido com o Projeto Araucária – Centro de Apoio à Educação Pré-Escolar, que se trata de um convênio firmado, em 1985, entre Estado, Município e Universidade Federal do Paraná (UFPR), com apoio da Fundação Bernard Van Leer, da Holanda, com o objetivo de implantar uma proposta pedagógica que subsidiasse o trabalho desenvolvido com crianças de 04 a 06 anos. O projeto foi ampliado a partir de 1989, transformando-se em um Centro de Apoio à Educação Pré-Escolar, tendo à frente duas principais ações: oferecer cursos de aperfeiçoamento aos profissionais que atuavam na Educação Infantil e, elaborar e implantar a “Proposta Pedagógica de 0 a 6 anos” para o município, sendo que esta ação resultou na publicação do documento que leva este mesmo nome (CURITIBA, 1994).

Como resultado do processo formativo realizado a partir do convênio estabelecido, no ano de 1990, com a então Secretaria Municipal da Criança, foi lançada a “Proposta de Atendimento à Criança de 0 a 6 anos nas creches”, tendo

uma visão da criança enquanto “cidadã de direitos” conforme afirmado pela Constituição Federal de 88. Esta proposta passa a orientar o trabalho de cunho educacional nas unidades oficiais, afirmando a instituição de EI como um “espaço de educação e desenvolvimento das crianças” (CURITIBA, 2006, pg. 06).

Com relação à ampliação da rede física, ou seja, da construção de novos CMEI, ao observar o Gráfico – Evolução do Número de Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, 1977 – 2012 (GRÁFICO, p. 177), é possível afirmar que houve uma desaceleração entre os anos de 1989 e 1995, sendo que, neste intervalo de seis anos foram inauguradas 18 unidades. Assim como, não houve progressão na quantidade de CMEI entre os anos de 1996 e 2002, neste período de sete anos houve algumas oscilações no número de unidades, ora em número de cento e vinte e sete (127), ora cento e vinte e cinco (125). Em suma, se somarmos os dados da década de 1990 e início da década de 2000, teremos dezoito instituições de Educação Infantil inauguradas em um período correspondente a treze anos.

Em contrapartida, no documento Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, há registros que nos demonstram investimentos relacionados à rede conveniada, isto é, ao estabelecimento de convênios técnicos-financeiros com instituições não-governamentais de caráter filantrópico para ampliação do atendimento nas chamadas “creches comunitárias”, pioneiras no atendimento à criança em Curitiba a partir do trabalho realizado das já destacadas “creches de vizinhança”. No período em questão, isto equivale à criação de quarenta e três creches.

Isto possibilita um olhar acerca da política adotada no município, durante o período, o que nos remete à ideia de terceirização da EI, ou em outras palavras, de privatização do público. Pois, deixa-se de investir na construção de bens públicos, de instituições municipais de Educação Infantil, para subsidiar a construção destas unidades, por meio do Vale-Creche, “parceria entre pessoas físicas, empresas e poder público na construção de creches em terrenos da PMC que, prontas, eram repassadas mediante comodato para serem mantidas e administradas por entidades filantrópicas” (CURITIBA, 2006, p. 07).

Além do incentivo ao conveniamento, Soczek (2006) pontua que, no ano de 2001, há um movimento por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba, durante a segunda gestão do prefeito Cássio Taniguchi (2001-2004) pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, no sentido de “transferir a administração e a gestão de 26 das 125 das creches administradas pelo município para a iniciativa privada”, a partir da realização de uma licitação divulgada pelo Edital n.º 012/2001, de 10 de maio de 2001, da Comissão Permanente de Licitação, que prevê a realização da Concorrência Pública n.º 05/2001 (SOCZEK, 2006, p. 62).

A autora destaca que esta ação, a princípio, ocorreu sem o conhecimento da SMCr, responsável pela EI no município. Diante de tal fato, a sociedade civil (composta por famílias, funcionários públicos municipais, sindicatos, fóruns em defesa da criança e do adolescente e Partido dos Trabalhadores) organiza-se e constitui o Movimento de Educação Infantil de Curitiba (MEI), que por sua vez, mobiliza a população de tal forma que consegue uma liminar confirmando ilegitimidade e inconstitucionalidade de tal processo licitatório.

O ano de 2002 encerra-se com um total de cento e vinte e cinco unidades oficiais, passando-se a cento e quarenta em 2003, conforme evidenciado no gráfico citado anteriormente (GRÁFICO, p. 178).

Apenas no ano de 2003 - isto é, após o prazo legal, visto que, a LDB em seu Artigo 89 define que as instituições de Educação Infantil, já existentes ou a serem constituídas, possuem um prazo de três anos, ou seja, até o final do ano de 1999, para serem integradas ao sistema de ensino - é que são desenvolvidas ações efetivas para viabilizar que os, até então, 140 Centros Municipais de Educação Infantil passassem a compor a Secretaria Municipal da Educação. Tais ações, segundo o documento: Diretrizes Curriculares – O Currículo em Construção (CURITIBA, 2001-2004), envolvem a continuidade do trabalho desenvolvido por educadores e professores nas unidades oficiais de Educação Infantil, a inserção do pedagogo nestas unidades, a continuidade das discussões a respeito da proposta pedagógica e o estabelecimento de diretrizes para o trabalho com esta etapa da educação básica.

Diante do exposto, percebe-se um distanciamento, não apenas em relação ao que estabelece a LDB, mas também entre a promulgação da Constituição Federal

de 1988 e a efetividade da ação em 2003, ou seja, somam-se quinze (15) anos entre a Lei e o reconhecimento do direito por meio de ações que garantam um novo olhar para este nível da educação básica. Como salienta Vieira (2001): “Com relação à política educacional, a Constituição Federal de 1988 concede amplos direitos, confirmando e ampliando o interesse social pela educação” (VIEIRA, 2001, p.14).

Outro agravante se dá devido à falta de políticas públicas que envolvam este nível, sendo que como enfatiza Duarte (2007), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) instituído por meio da Emenda Constitucional n.º 14/96 privilegiou as ações e financiamento na área educacional para o atendimento do ensino fundamental, sendo que os outros níveis de ensino não foram contemplados. Apenas em 2006, com a Emenda Constitucional n.º 53/06, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), é que a educação infantil e o ensino médio foram incluídos, esta medida “representou um avanço em termos da implementação progressiva do direito à educação” (DUARTE, 2007, p. 708).

O direito aqui evidenciado é fruto da política, é uma construção social, sendo o direito à educação reconhecido a partir do momento em que a sociedade percebe a necessidade pela busca do conhecimento, mas, ações devem ser desenvolvidas para a sua consolidação. E não basta apenas o direito ao acesso, mas concomitantemente à permanência, à qualidade e à conclusão. Cury pontua que “Todo o avanço da educação escolar além do ensino primário foi fruto de lutas conduzidas por uma concepção democrática da sociedade em que se postula ou a igualdade de oportunidades ou mesmo de condições sociais” (CURY, 2002, p. 247).

Com relação à educação infantil, apresentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9.394/96) como um direito da criança, ainda há muito a que ser feito para a sua garantia, principalmente com relação ao acesso. Em Curitiba, investimentos para o atendimento desta etapa de ensino são percebidos, sendo que dos 135 CMEI em 2004, passou-se a 180 CMEI até outubro de 2011. Porém, este número ainda não é suficiente, visto que na atualidade existe uma grande defasagem na relação existente entre demanda (tomando por base o número de crianças na faixa etária de zero a cinco anos e onze meses) e número de vagas, não ocorrendo ainda o que Cury nomeia de “universalização” do direito. Para ele o

“momento da universalização indica que aquela exigência, já posta como direito, se torna generalizada para todos os cidadãos ou amplia os níveis de atendimento” (CURY, 2002, p. 260).

Diante da concepção acerca do direito à educação postulada por Cury e entendendo como um direito que perpassa o acesso, destaca-se aqui a proposta de compartilhar com a comunidade, ou seja, funcionários, famílias e comunidade do entorno, a ação de cuidar e educar as crianças de 0 a 5 anos, considerando o direito do menor a um trabalho pedagógico no qual essas ações estejam aliadas, de forma que todos os seus responsáveis possam interagir efetivamente na construção de um projeto com objetivos comuns.

A Organização da Educação Infantil

De acordo com o exposto anteriormente, a Educação Infantil, no município de Curitiba, ao final do ano de 2011, contava com 180 CMEI, como é possível visualizar no Gráfico (p. 178), o que significa o atendimento a aproximadamente 26.077 crianças de zero a cinco anos e onze meses, demonstrados a seguir no Quadro 3 – Crianças matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantil de Curitiba – Outubro/2011. Cabe destacar que, as unidades, na sua maioria, atendem à faixa etária de creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos).

CRIANÇAS MATRICULADAS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBA – OUTUBRO/2011														
	TURMAS	TOTAL GERAL	TOTAL DE CRIANÇAS INTEGRAL	BU	B1	B2	MU	M1	M2	M3	PRÉ U	PRÉ I	NOT	TOTAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS
Gerenciamen to Eletrônico de Documentos (GED)	1081	26077	25193	1017	1834	1955	38	4023	5377	6048	22	5703	60	26077
Frequência Média	0	0	0	82%	87%	90%	90%	89%	87%	88%	91%	85%	82%	87%

CRIANÇAS MATRICULADAS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBA – OUTUBRO/2011			
FAIXA ETÁRIA	Nº DE CRIANÇAS	Nº DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS:	167
3 meses a 11 meses	1260	ESPECIFICAR NOME, IDADE, TURMA E TIPO DE NECESSIDADE DA CRIANÇA	
1 ano a 1 ano e 11 m	3538		
2 anos a 2 anos e 11 m	4593		
3 anos a 3 anos e 11 m	5611		
4 anos a 4 anos e 11 m	6123		
5 anos a 5 anos e 11 m	4952		
TOTAL	26077		

QUADRO 3 – CRIANÇAS MATRICULADAS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBA – OUTUBRO/2011

FONTE: Arquivo da Secretaria Municipal da Educação/Departamento de Educação Infantil

Além dos CMEI, a cidade também conta com o atendimento ofertado em turmas de Pré I (crianças que completam 04 anos) e Pré II (crianças que completam 05 anos) nas escolas municipais e em instituições que possuem conveniamento com a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC)/SME.

Em relação às turmas de Educação Infantil em escolas da RME, das 181 escolas, conforme dados do planilhão⁹ de abril de 2011 e fevereiro de 2012, 110 oferecem turmas de Educação Infantil, sendo que o atendimento ao Pré I é realizado em apenas uma turma/escola e ao Pré II em toda a rede tem contabilizado em 2011, 234 turmas e em 2012, 233 turmas. Isto significa o atendimento de 5.335 crianças no ano de 2011 e 5.109 no ano de 2012, como é visualizado nos Quadros 4 e 5 respectivamente, na sua maioria em meio período.

⁹ Ver mais informações em:

http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/templates/informacoeseducacionais/planilhao/Geral_da_Rede.xls

CRIANÇAS MATRICULADAS NAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – ABRIL /2011				
MODALIDADES DE ENSINO		TURMAS	CRIANÇAS	VAGAS
Educação Infantil	PRÉ I	1	17	8
	PRÉ II	234	5.318	547
	Total	235	5.335	555

QUADRO 4 – CRIANÇAS MATRICULADAS NAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – ABRIL /2011

FONTE: A autora (2012)

NOTA: Informações coletadas em

<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/templates/informacoeseducacionais/planilhao/Resumo.xls>

CRIANÇAS MATRICULADAS NAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – FEVEREIRO /2012				
MODALIDADES DE ENSINO	TOTAL			MÉDIA ALUNO / TURMA
	TURMAS	CRIANÇAS	VAGAS	
PRE I	1	25	0	25
PRE II	233	5109	714	22

QUADRO 5 – CRIANÇAS MATRICULADAS NAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – FEVEREIRO /2012

FONTE: A autora (2012)

NOTA: Informações coletadas em

http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/templates/informacoeseducacionais/planilhao/Geral_da_Rede.xls

Quanto à rede conveniada, no início do ano de 2012 totalizava-se 77 Centros de Educação Infantil (CEI) Conveniados, o que corresponde à matrícula de 9443 crianças, conforme é possível visualizar no Quadro 6 – Crianças Matriculadas nos Centros de Educação Infantil Conveniados de Curitiba – Fevereiro/2012.

CRIANÇAS MATRICULADAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONVENIADOS DE CURITIBA – FEVEREIRO/2012			
Educação Infantil	NRE	N.º de CEI	N.º de Crianças
	BN	03	529
	BQ	11	1.294
	BV	11	1.471
	CIC	09	1.016
	CJ	12	1.399
	MZ	12	1.586
	PN	06	685
	PR	12	1.363
	SF	01	100
	TOTAL	77	9.443

QUADRO 6 – CRIANÇAS MATRICULADAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONVENIADOS DE CURITIBA – FEVEREIRO/2012

FONTE: A autora (2012)

NOTA: Informações coletadas a partir de dados obtidos no Arquivo da Secretaria Municipal da Educação/Departamento de Educação Infantil.

A administração geral da cidade de Curitiba está organizada em nove (09) Núcleos Regionais (NR): Bairro Novo (BN), Boa Vista (BV), Boqueirão (BQ), Cajuru (CJ), Cidade Industrial de Curitiba (CIC), Matriz (MZ), Pinheirinho (PN), Portão (PR) e Santa Felicidade (SF), sendo que em cada NR, são disponibilizados os serviços da Secretaria Municipal da Educação, por meio dos Núcleos Regionais da Educação (NRE). Cada NRE fica responsável por gerenciar um número determinado de unidades escolares (Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil e Centros Municipais de Atendimentos Especializados) de acordo com a região de abrangência, conforme mapa anexo (MAPA 2, p. 177).

No que diz respeito ao horário de atendimento às crianças, na rede oficial (CMEI), 96,61% se dá em período integral, conforme leitura dos dados constantes no QUADRO 3, anteriormente apresentado.

A maioria das unidades atendem as crianças no horário das sete às dezoito horas, sendo que entre as sete e oito horas corresponde ao momento de entrada e

das dezessete às dezoito ao de saída. Algumas têm o seu horário estendido até às dezenove horas devido à demanda da comunidade, mediante solicitação encaminhada para análise e aprovação da SME. O documento “A Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Curitiba” (2004) demonstra que esse atendimento até dezenove horas acontece desde o ano de 2002, com a implantação em trinta e duas unidades, porém, foi regredindo gradativamente, sendo que em 2003 foram em número de doze e, em 2004 totalizaram nove unidades.

Em toda a RME, há quatro CMEI que possuem o período noturno, que em sua concepção, visava o atendimento das crianças cujos pais eram coletores de materiais recicláveis. Os registros do documento acima descrito (CURITIBA, 2004, p. 27) demonstram que este programa teve início no ano de 2001 em uma unidade conveniada localizada na Vila Torres e, no ano seguinte foi implantado no CMEI Vila Torres. Atualmente estas unidades funcionam com dois horários de atendimento, para as crianças do diurno, das sete às dezoito horas (como as demais); e, para as do noturno, das quatorze às vinte e três horas, sendo que as famílias começam a buscar as crianças a partir das vinte e duas horas. Com relação ao número e distribuição de turmas nas unidades de EI, há uma grande diversidade de configurações, visto que, existem unidades para atendimento de cinquenta e cinco crianças, ou seja, duas turmas; e, unidades para o atendimento de 392, considerando que esta atende em regime de meio período, o número de crianças é duplicado.

Com a finalidade de apresentar uma amostra de como as instituições de Educação Infantil são organizadas, foi elaborado o QUADRO 7 (p. 55) a partir da configuração mais comum, que comporta cento e cinquenta crianças, distribuídas em seis turmas organizadas de acordo com a faixa etária.

São cinquenta e oito unidades organizadas neste formato, o que representa 32,2% das instituições. As demais são organizadas de acordo com a estrutura física, bem como, a demanda local, visto que, ano a ano podem sofrer modificações com relação ao número de cada etapa ofertada, principalmente no que diz respeito às turmas de Maternal II, Maternal III e Pré.

Já as unidades com estrutura física menor, isto é, com menos de seis turmas, são organizadas de acordo com suas especificidades, como por exemplo, as que

possuem cinco salas são compostas por Berçário Único, Maternal I, Maternal II, Maternal III e Pré, com a distribuição da faixa etária também diferenciada.

ORGANIZAÇÃO DE CMEI DE 150 CRIANÇAS						
Turmas	Berçário I	Berçário II	Maternal I	Maternal II	Maternal III	Pré
Faixa Etária	03 meses a 11 meses	01 ano a 01 ano e 11 meses	02 anos a 02 anos e 11 meses	03 anos a 03 anos e 11 meses	04 anos a 04 anos e 11 meses	05 anos a 05 anos e 11 meses
Número de Crianças por turma	18	18	22	30	30	32
Número de Profissionais por turma	03 educadores	03 educadores	03 educadores	03 educadores	02 educadores e 01 professor (manhã)	01 educador e 01 professor em cada período (manhã e tarde)

QUADRO 7 – ORGANIZAÇÃO DE CMEI DE 150 CRIANÇAS

FONTE: A autora (2012)

NOTA: De acordo com dados da Secretaria Municipal da Educação/Departamento de Educação Infantil.

Como é possível perceber no quadro acima (QUADRO 7), as crianças são atendidas em sala por educadores e professores a depender da turma (de acordo com a faixa etária) em que estão distribuídas, estes profissionais que compõem o quadro do CMEI são de duas carreiras distintas, ou seja, o Educador, regido pela Lei municipal n.º 12.083 de 19 de dezembro de 2006, que estabelece no Capítulo I, Artigo 1º, Parágrafo 1º que

O cargo de Educador a que alude o inciso I deste artigo terá atuação em Educação Escolar e terá como titulares os servidores que integravam as áreas de Educação Infantil, Serviços de Creche e Sócio-Preventiva, sendo que nesta última área, somente os que realizarem a opção por permanecer na Administração Direta, conforme art. 31 desta lei. (CURITIBA, 2006),

sendo que, conforme definido no Artigo 2º, este profissional

terá como requisito para ingresso a escolaridade de Nível Médio, modalidade Magistério, conforme disposto no art. 62 da Lei Federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 e no art. 13 da Deliberação 02 do Conselho Estadual de Educação do Paraná de 06 de junho de 2005, ou equivalente. (CURITIBA, 2006).

Os profissionais que no momento da promulgação da Lei, não possuíam a formação mínima exigida, foram enquadrados em um nível da carreira nomeado como Parte Especial.

Quanto ao professor, regido pela Lei municipal n.º 10.190 de 28 de junho de 2001, que institui o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, define-se em seu Capítulo I, Artigo 3º, Inciso III, que, “Docência I, o conjunto de atividades pedagógicas e didáticas de atendimento direto aos alunos da educação básica, ciclos I e II, compreendendo desde o Pré à 4ª Série do ensino fundamental”, sendo exigida para este nível a “formação superior em curso Normal Superior, licenciatura plena ou em curso de graduação correspondente à área de conhecimento específico, complementada com formação pedagógica”, de acordo com o Capítulo II, Artigo 7º, Inciso I (CURITIBA, 2001).

No que tange, ao acesso da criança em instituições oficiais, este se dá a partir de preenchimento de cadastro realizado logo ao nascer. Até o ano de 2005 era realizado o preenchimento manual de fichas, o que não possibilitava uma visualização exata da demanda manifesta (aquelas famílias que procuravam por vaga), devido ao fato de que a procura por vaga em diferentes unidades era comum, o que gerava o preenchimento de mais de uma ficha por criança.

De acordo com o “Relatório das Ações Desenvolvidas no Período de 2005 – 2008” (CURITIBA, 2008) - documento que apresenta todas as ações desenvolvidas pelo Departamento de Educação Infantil (EEI), no primeiro mandato do prefeito Carlos Alberto Richa (Beto Richa) - no final de 2005 e com projeto piloto no primeiro semestre do ano de 2006, foi implantado o Sistema de Cadastro pelo Instituto Curitiba de Informática (ICI), com o propósito de “desenvolvimento de um sistema informatizado para a gestão dos dados sobre as solicitações de vagas nos CMEIs” (CURITIBA, 2008, p. 162).

Neste sistema constam as informações pessoais da criança e de seus pais, endereço residencial com o código identificador da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), renda domiciliar, número de pessoas que residem no domicílio, informações a respeito de pagamento de aluguel, campo de observações, alternativas para assinalar a situação da criança, que abrangem alguns itens como: criança abrigada; criança cuidada por menores, por pessoa doente ou por pessoa

idosa; criança em situação de risco; criança que fica sozinha; entre outras. Após o preenchimento destes itens, faz-se a opção por CMEI em ordem de preferência.

Cada instituição, de posse da listagem de crianças que pleiteiam por uma vaga, realiza visitas domiciliares com o objetivo de verificar e coletar maiores informações a respeito da condição econômica e social da família, realizando em seguida, o registro da data da visita.

Depois de finalizado o processo de visitas, é realizada, em reunião do Conselho do CMEI, a priorização de vagas, tendo por base os critérios estabelecidos pela mantenedora e constantes no Regimento Interno da unidade:

Na efetivação das matrículas, deverão ser atendidas, após análise e referendo do Conselho do CMEI, prioritariamente:

- I – crianças que se encontrem em situação de risco social e pessoal;
- II – crianças cujos pais possuam deficiências físicas, mentais, dependência de drogas e que não apresentem condições de cuidar de seus filhos;
- III – crianças cujos pais estejam trabalhando e apresentem a menor renda familiar entre os cadastrados, considerando-se como parâmetro a renda de até três salários mínimos (CURITIBA, 2005, p. 18).

Este processo vem justamente em direção contrária ao que foi anteriormente exposto com base nos estudos de Cury (2002) com relação à “universalização do acesso”, mas em contrapartida, percebe-se uma necessidade da mantenedora quanto ao estabelecimento de critérios, diante ao fato de não haver vagas em número suficiente para atendimento de toda a demanda. Na verdade, estes critérios acabam por postular e reafirmar a natureza da Educação Infantil como uma necessidade da mulher trabalhadora e da família com menor renda.

Há que se salientar ainda, como já observado anteriormente, que o município permaneceu por quase uma década (1995-2002) sem a ampliação da oferta de vagas a partir da construção de novos prédios, e que, desde o ano de 2003, ou seja, o último da gestão do então Prefeito Cássio Taniguchi, é que a rede volta a receber investimentos neste sentido.

CAPÍTULO 2

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO INFANTIL

O que dizem os documentos

Com o objetivo de averiguar os mecanismos empregados pela Secretaria Municipal da Educação (SME) quanto à implantação dos Conselhos Escolares (CE) nas instituições de Educação Infantil (EI) do município de Curitiba, e perceber de que forma estes mecanismos subsidiaram o processo, buscou-se alguns documentos de referência produzidos pela mantenedora.

O documento “Proposta de Implantação de Conselho nos Centros Municipais de Educação Infantil” (2004), elaborado pela Secretaria Municipal da Educação (SME) do município de Curitiba, de acordo com Menezes (2005), obteve, para a sua elaboração, a participação de uma comissão formada por representantes da SME e dos CMEI, contando para tal com doze encontros. O propósito de tal comissão era o de elaborar “um documento de orientação quanto à estrutura e ao funcionamento do Conselho e também para definição das atribuições deste órgão gestor” (MENEZES, 2005, p. 42). No entanto, esse processo não é relatado no documento.

Na proposta, os CE são entendidos como órgãos colegiados compostos por diferentes representantes da comunidade institucional e local, com a finalidade de promover espaço para a sua interação. Tem por objetivo “assegurar a articulação e a negociação das demandas sociais e educacionais, assim como o controle social sobre a gestão dessas unidades de atendimento da educação infantil” (CURITIBA, 2004, p. 01).

Além disso, ao versar a respeito da natureza e dos fins deste colegiado, considera-o enquanto “um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, não apresentando caráter político partidário, religioso, racial, nem fins lucrativos, não sendo remunerados o seu dirigente ou seus conselheiros” e sua finalidade é a de “garantir a efetivação do trabalho educativo, na forma de colegiado,

promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade institucional” (CURITIBA, 2004, p. 03).

Cabe ressaltar, que no documento em questão não há referência em relação ao caráter mobilizador muitas vezes assumido por órgãos colegiados, principalmente ao que se refere à mobilização realizada entre cada segmento para promover discussões acerca de diferentes assuntos a serem abordados em reuniões.

Quanto à constituição do Conselho, fica definido que o diretor da instituição é membro nato e constitui a presidência do colegiado, os demais são representantes dos educadores; professores; pedagogos; demais profissionais do CMEI, com exceção dos vinculados às empresas terceirizadas de alimentação e limpeza; Associação de Pais e Funcionários (APF), representada por uma família; famílias e Unidade de Saúde. Esses segmentos são regidos pelo princípio da representatividade e em número a assegurar equilíbrio entre diferentes segmentos, ou seja, paridade.

O fato do diretor da unidade ser instituído o presidente do Conselho é algo que merece destaque, pois tomando como exemplo a estrutura do CMEI, este se constitui enquanto uma organização que segue uma determinada hierarquia em seu quadro administrativo, tendo em seu topo a figura do dirigente escolar, de tal forma como ocorre na dominação racional teorizada por Weber (2004). Sendo este dirigente, de acordo com Souza “uma liderança política que coordena uma instituição burocrática e burocratizada” (SOUZA, 2007, p. 178), até que ponto possibilitará que as ações por parte do colegiado sejam regidas por práticas democráticas?

Para tanto, cabe lembrar que, ao que se refere aos mecanismos de provimento de diretores para os CMEI, no município em questão este processo se dá por meio de indicação política ou técnica, seguida por entrevista com a Diretora do Departamento de Educação Infantil e Secretária Municipal da Educação, há que se salientar que nesta entrevista a experiência com esta etapa da Educação Básica é um dos fatores preponderantes.

Esta indicação, dentre os mecanismos para provimento de diretores elencados por Mendonça (2001), pode ser considerada a forma menos democrática, e a eleição de diretores como uma das formas mais democráticas. Desta forma, ao

fazer uma vinculação do estado patrimonialista à efetivação da gestão democrática, o autor salienta que a eleição de diretores pode ser considerada como uma iniciativa de democratização da gestão na luta contra o clientelismo e o autoritarismo na administração da educação.

Souza (2007) também pontua algumas reflexões acerca desta regra do regime democrático, principalmente no que diz respeito ao processo de escolha por voto, pois neste sistema a partir da contabilização dos votos, a maioria tem sua opinião aceita, aprovada. Este “respeito à maioria”, assim denominado pelo autor, acaba por representar uma “atitude pouco democrática de fato”. Ele ilustra esta situação ao se referir à escola, pois esta ao empregar a lógica do “respeito à maioria” não utiliza o espaço educacional para dialogar, discutir sobre estas deliberações, estando frente a um sério risco, o de “padronizar suas tomadas de decisões em procedimentos que podem ser mais a expressão da violência do que da democracia”, pois como salienta, esta maioria, por mais diversa que seja, quanto maior for o seu grau de tomada de consciência do controle que exerce sobre as decisões, menor é a possibilidade de abrir mão das suas posições, por mais que seus argumentos sejam frágeis, pois ela (a maioria) tem em suas mãos o principal argumento: “a força” (SOUZA, 2007, p.143).

Dessa forma, as decisões não são pautadas em um consenso conquistado apenas por meio de uma votação, mas sim pautadas em relações de diálogo, discussão e compreensão de todos os elementos envolvidos na questão, onde a participação de todos os envolvidos vai muito além de um simples sim ou não, pauta-se na disposição de ouvir a opinião do outro, predispondo-se a colocar em questão suas próprias evidências.

Uma decisão torna-se muito mais consistente a partir do momento em que ela é amplamente discutida e debatida entre diferentes instâncias, ao contrário das que são definidas apenas com a aclamação de uma maioria de indivíduos que votaram a favor ou contra, sem abrirem-se espaços para a argumentação, para o diálogo.

Retomando a análise do documento “Proposta de Implantação de Conselho nos Centros Municipais de Educação Infantil” (2004), ao contar o número de representantes descritos percebe-se que não há paridade entre o número de representantes da unidade com o das famílias, pois dentre os conselheiros titulares

seis são funcionários (diretor, 2 educadores, 1 pedagogo, 1 professor, 1 dos demais funcionários), quatro são de famílias (1 APF/família, 3 pais/responsáveis) e um da Unidade de Saúde; e, dentre os suplentes dois são funcionários (1 educador e 1 profissional do CMEI), três são das famílias (1 APF/família e 2 pais/responsáveis) e um da Unidade de Saúde. Assim, na somatória dos representantes titulares e suplentes totalizam-se oito de funcionários, sete de famílias e dois de Unidade de Saúde. A discrepância é maior ainda em relação às unidades com capacidade de até cem (100) crianças, pois neste caso, para sete representantes da instituição têm-se quatro representantes de famílias e dois da Unidade de Saúde, como é possível visualizar a seguir no QUADRO 8.

CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE CMEI NA PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO - 2004			
CMEI com mais de 100 crianças		CMEI com até 100 crianças	
Titulares	- diretor; - 02 educadores; - 01 pedagogo (quando houver); - 01 professor (quando houver); - 01 demais funcionários (quando houver);	Titulares	- diretor; - 01 educador; - 01 pedagogo (quando houver); - 01 professor (quando houver); - 01 demais funcionários (quando houver);
	- 01 representante de pais da APF; - 03 pais/responsáveis pelas crianças;		- 01 representante de pais da APF; - 01 pais/responsáveis pelas crianças;
	- 01 Unidade de Saúde;		- 01 Unidade de Saúde;
Suplentes	- 01 educador; - 01 profissionais do CMEI;	Suplentes	- 01 educador; - 01 profissionais do CMEI, se houver;
	- 01 representante de pais da APF; - 02 pais/responsáveis pelas crianças;		- 01 representante de pais da APF; - 01 pais/responsáveis pelas crianças;
	- 01 Unidade de Saúde.		- 01 Unidade de Saúde.

QUADRO 8 – CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE CMEI NA PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO - 2004

FONTE: A autora (2012)

NOTA: CURITIBA, 2004, p. 04.

No que se refere à maneira com que são escolhidos os representantes, o documento cita que as eleições devem ocorrer a cada dois anos em reuniões com registro em Livro Ata ou caderno próprio de cada segmento, o edital de convocação

para este processo deve ser expedido pelo diretor/presidente do Conselho e com antecedência de no mínimo 15 dias do término do mandato.

Em relação às reuniões define-se que poderão ser ordinárias (as previstas em calendário, no mínimo quatro anuais) e extraordinárias (sempre que necessário), sempre com a presença da maioria simples, o que significa a participação de cinquenta por cento mais um (50%+1) dos conselheiros. Esta determinação acerca da periodicidade das reuniões ordinárias parece ser um fator importante em favor da democratização da gestão do CMEI, pois a existência e o funcionamento do CE são fatores que contribuem para se constituir uma cultura democrática (SOUZA, 2007) no ambiente educacional.

Este documento elenca as atribuições do Conselho, em número de treze, que em suma versam sobre a elaboração, desenvolvimento e avaliação da Proposta Pedagógica e do Regimento da instituição; construção coletiva, acompanhamento e avaliação do Plano de Ação; participação no processo de matrículas das crianças, conforme critérios estabelecidos pela mantenedora (como citado na página 56); acompanhamento das normas da mantenedora no que tange ao desligamento da criança; acompanhamento da organização da unidade, visando o bem-estar das crianças e a qualidade do atendimento; elaboração e cumprimento do calendário escolar; articulação entre os diferentes segmentos para a melhoria da qualidade das ações de educar e cuidar; envolvimento no processo de integração entre CMEI e comunidade; elaboração e acompanhamento, em conjunto com a Associação de Pais e Funcionários (APF), do Plano de Aplicação de Recursos; aprovação da prestação de contas, com parecer registrado em livro ata; acompanhamento dos recursos próprios captados pela APF; emissão de pareceres a respeito de questões administrativas, pedagógicas ou financeiras com o encaminhamento aos setores competentes; e, estabelecimento de critérios para cessão do prédio do CMEI em conformidade com orientações da SME (CURITIBA, 2004, p. 06).

As atribuições dos conselheiros resumem-se à organização de reuniões com o segmento, à representatividade, à participação nas reuniões do colegiado, à colaboração nas ações a serem desenvolvidas de acordo com definições de reuniões e, “manter discrição sobre assuntos tratados que não devam ser divulgados, tratando-os com ética e sigilo” (CURITIBA, 2004, p. 07).

Quanto às proibições, ficam destacadas questões que vão contra a ética e sigilo na condição de atribuição, além das que coloquem qualquer pessoa às situações vexatórias, bem como, no sentido de tomar decisões individualizadas.

A partir deste ponto, o documento passa a apresentar as estratégias a serem utilizadas para a implantação dos CE e o cronograma de implantação, com início em 17 de março de 2004 e término em novembro de 2004, conforme exposto logo abaixo no QUADRO 9 – Cronograma de Implantação de Conselho nos CMEI.

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE CONSELHO NOS CMEI		
Ação	Período	Competência
1- Apresentação e discussão da proposta com 02 representantes dos diretores dos CMEIs e 01 representante das chefias dos NREs.	17 de março	Gerência de Gestão Escolar e Departamento de Educação Infantil
2- Ajustes e aprovação da proposta.	18 de março	Gerência de Gestão Escolar e Departamento de Educação Infantil
3- Apresentação e discussão sobre a implantação do Conselho com os diretores dos CMEIs	20 de abril	Gerência de Gestão Escolar e Departamento de Educação Infantil
4- Apresentação da implantação do Conselho para a comunidade institucional e a comunidade local e definição do processo de indicação de conselheiros	até 31 de maio	Diretores dos CMEIs
5- Capacitação dos conselheiros	junho	Gerência de Gestão Escolar, Departamento de Educação Infantil e Núcleos Regionais da Educação
6- Acompanhamento contínuo dos Conselhos.	Desde o início do processo de implantação até o término do ano letivo	Gerência de Gestão Escolar, Departamento de Educação Infantil e Núcleos Regionais da Educação
7- Avaliação	novembro	Gerência de Gestão Escolar, Departamento de Educação Infantil e Núcleos Regionais da Educação

QUADRO 9 – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE CONSELHO NOS CMEI
FONTE: CURITIBA, 2004, p. 09.

Neste documento, a SME evidencia a concepção de que com a implantação dos Conselhos, o princípio de Gestão Democrática apregoado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996 estaria atendido, ao afirmar em seu texto que “são resultado do processo de democratização do País” e que sua implantação “vem atender também ao princípio constitucional de ‘Gestão Democrática para o ensino público’, corroborado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (...)” (CURITIBA, 2004, p.02).

Camargo (1997) destaca que nenhuma Constituição Federal anterior à de 1988 fez menção ao princípio da Gestão Democrática da escola, ao contrário de outros, como o da gratuidade e da obrigatoriedade nos anos iniciais de ensino, que aparecem nas Constituições de 1946 e de 1967/1969, considerando apenas as mais recentes. Aquele princípio surge então quando da efervescência democrática possibilitada pela “democracia representativa”, com a participação do povo na escolha dos governantes por meio do voto. Salieta ainda, que a discussão sobre a Gestão Democrática do ensino, durante o período de formulação da Lei gerou diferentes posicionamentos, enquanto alguns (democráticos e progressistas) apoiavam a proposta de que os alunos necessitam de uma vivência mais democrática em sua formação, outros insistiam na ideia de combate à Gestão Democrática, alegando que se voltava contra a livre iniciativa, a liberdade de aprender e ensinar e a existência de um pluralismo de ideias e instituições. Já os progressistas apoiavam a organização institucional de estudantes, a organização de docentes dos diversos níveis de ensino, a participação da comunidade e da sociedade civil nas decisões dos rumos da escola, em nível micro e nas decisões da política educacional, nos patamares municipal, estadual e federal. A defesa também envolvia o processo de escolha de dirigentes por meio de eleições (CAMARGO, 1997, p. 101-102).

Após a inserção deste princípio na Constituição Federal, ele ganhou mais força quando da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 20 de dezembro de 1996, no seu Artigo 14, que define duas condições para a Gestão Democrática (GD), sendo que as normas para a sua aplicação devem ser determinadas pelos sistemas de ensino: “I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das

comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes¹⁰ (BRASIL, 1996).

No entanto, nenhuma das duas Leis exprime, o que de fato, entende-se por Gestão Democrática, ou seja, apenas a instituem. Este princípio vai muito mais além, pois implica em que haja liberdade para que todos os segmentos da instituição, proponham, sugiram, ampliem, dividam o poder de controlar a autoridade, de decidir e executar o projeto pedagógico.

Neste sentido, a Gestão Escolar Democrática será aqui entendida a partir da perspectiva construída por Souza (2009), isto é,

como um processo político que é mais amplo do que apenas as tomadas de decisão e que é sustentado no diálogo e na alteridade, na participação ativa dos sujeitos do universo escolar, na construção coletiva de regras e procedimentos e na constituição de canais de comunicação, de sorte a ampliar o domínio das informações a todas as pessoas que atuam na/sobre a escola (SOUZA, 2009, p.136).

Neste contexto, faz-se necessário desenvolver o coletivo da instituição de educação, entendendo que é formado por crianças, pais, professores, educadores, equipe pedagógica, funcionários, comunidade local, que estejam envolvidos em um mesmo objetivo, o de propiciar uma educação de qualidade. Possibilitando assim, o que Paro (2007) destaca como a

democratização das relações que envolvem a organização e o funcionamento efetivo da instituição escola. Trata-se, portanto, das medidas que vêm sendo tomadas com a finalidade de promover a partilha do poder entre dirigentes, professores, pais, funcionários, e de facilitar a participação de todos os envolvidos nas tomadas de decisões relativas ao exercício das funções da escola com vistas à realização de suas finalidades (PARO, 2007, p.01).

Para que essa “democratização das relações”, ou seja, para que o coletivo da instituição participe efetivamente do processo pedagógico, segundo Paro (2007), existem medidas que podem ser utilizadas, sendo que ele as agrupa em três tipos:

as relacionadas aos mecanismos coletivos de participação (conselho de escola, associação de pais e mestres, grêmios estudantis, conselho de classe); as relativas à escolha democrática dos dirigentes escolares; e as que dizem respeito a iniciativas que estimulem e facilitem, por outras vias, o

¹⁰ Lei n.º 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Título IV, Art. 14.

maior envolvimento de alunos, professores e pais nas atividades escolares (PARO, 2007, p. 07).

Cabe ainda ressaltar que, de acordo com os estudos de Mendonça (2001), fruto de sua pesquisa sobre a gestão democrática na educação pública brasileira, esta pode ser analisada mediante a leitura de cinco categorias: mecanismos de provimento de diretores; constituição e funcionamento de colegiados; participação; descentralização e autonomia.

Há que se salientar que nenhum destes instrumentos de democratização da gestão sugeridos por Paro (2007) e Mendonça (2001) são autossuficientes, que estes por si só não garantem uma gestão guiada pelos princípios democráticos, mas como aponta Souza (2009), para que tenhamos práticas democráticas todas as nossas ações precisam focar-se neste princípio, ou seja, que estejam balizadas pela democracia e pelo diálogo, que a priori devem ser considerados como princípios de vida (SOUZA, 2009, p. 137).

Neste sentido, o fato de instaurarem-se órgãos colegiados não significa garantia de uma gestão democrática, quiçá, a depender da forma com que serão conduzidos, amplia as possibilidades para que isto ocorra.

Como pode ser observado no QUADRO 9 (p. 63), para o mês de novembro de 2004 estava previsto um momento para avaliação do processo de implantação, porém, de acordo com o documento “A Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Curitiba” (2004), produzido pela PMC, a pesquisa a ser realizada para avaliar o funcionamento dos CE e designar ações a serem desenvolvidas no ano seguinte não foi realizada, ficando como sugestão a sua aplicação. (CURITIBA, 2004, p. 24). Os documentos não evidenciam se houve ou não a utilização deste instrumento posteriormente.

Assim, no começo de 2005, o EEI retomou as discussões a respeito dos órgãos colegiados e, de acordo com informações constantes no “Relatório das Ações Desenvolvidas no Período de 2005-2008”, promoveu curso de formação continuada aos conselheiros, envolvendo representantes dos diferentes segmentos da comunidade educativa. Os encontros eram realizados em cada Núcleo Regional de Educação e abordavam questões com foco nas principais atribuições do Conselho (CURITIBA, 2008, p. 07).

De acordo com Menezes (2005), foram totalizados quarenta encontros, sendo distribuídos em quatro módulos, com a participação de, no mínimo, quatro conselheiros por unidade.

Assim, no primeiro módulo, realizado em abril, foram abordados assuntos referentes à democratização da gestão, atribuições dos conselheiros e organização do Regimento Escolar a partir de documento norteador, a ser explorado na sequência.

No segundo, no mês de junho, foi dado destaque ao processo de elaboração da proposta pedagógica, iniciado entre os anos de 2003 e 2004 a partir de estudos e discussões, bem como, à participação na aplicação dos recursos financeiros provindos do Programa de Descentralização Financeira da PMC, com o estudo do “Manual do Programa de Descentralização” organizado pelo Departamento de Logística (EL) neste mesmo ano, reelaborado em 2008 e anexado ao Decreto de Regulamentação Nº 1.417/08 de 18 de dezembro de 2008.

De acordo, com o “Manual do Programa de Descentralização”, a descentralização financeira diz respeito ao repasse de recursos financeiros às unidades que compõem a RME, para tal, cada instituição constitui suas unidades executoras (Associações de Pais, Professores e Funcionários – APPF - ou entidades equivalentes), de personalidade jurídica. O Programa tem como objetivos básicos:

- Oferecer às Unidades da RME progressivos graus de autonomia de gestão financeira, conforme prevê o artigo 15 da LDB n.º 9394/96;
- Estabelecer uma parceria eficaz entre as Unidades da RME e a comunidade;
- Simplificar os procedimentos administrativos, possibilitando às Unidades da RME a aquisição de materiais e a contratação de serviços com mais agilidade, mais qualidade, menores custos e maior adequação às suas demandas específicas. (CURITIBA, 2008, p 03).

Cada CMEI recebe o repasse do recurso trimestralmente, sendo que para cálculo do valor total é considerado o número de crianças que frequentam regularmente a unidade, de acordo com informações repassadas pelo Departamento de Planejamento e Informações da SME. Assim, a fórmula para este cálculo é o valor estipulado individualmente, multiplicado pelo número de crianças

frequentadoras da unidade, multiplicado por 03 (número de meses que compreende o trimestre), ou seja, R\$/criança/mês.

Retomando a formação, o terceiro módulo, em agosto, foram reafirmadas as orientações acerca da importância da participação da comunidade educativa na elaboração da Proposta Pedagógica, sendo justificada a partir da Deliberação n.º 02/2005, aprovada em 06 de junho de 2005, pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) do Paraná, visto que até então Curitiba não possuía seu Sistema Municipal de Ensino (SISMEN), o que veio a ocorrer com a aprovação da Lei n.º 12.090, da Câmara Municipal de Curitiba, em 19 de dezembro de 2006 e que dispõe sobre a organização do SISMEN.

A Deliberação n.º 02/2005 define em seu Capítulo II – Da Proposta Pedagógica, Artigo 10, Inciso 1º que, “A proposta pedagógica deverá ser o resultado do processo de participação coletiva da comunidade e dos segmentos que compõem a instituição;”, e em seu Inciso 4º que,

A proposta pedagógica deverá articular as características da população a ser atendida com o fazer pedagógico, prever mecanismos de interação entre família, escola e comunidade, respeitando a diversidade étnico - cultural, assegurado o direito da criança ao desenvolvimento de sua identidade e autonomia. (PARANÁ, 2005, p. 03-04).

Por fim, o quarto encontro foi desenvolvido dentre os meses de setembro e outubro, apresentando como temática “O Conselho e seu papel no desenvolvimento da criança no CMEI”, que segundo Menezes (2005)

Ficaram definidas as habilidades e os conhecimentos necessários aos conselheiros, como: saber como a criança se desenvolve; saber por que os primeiros anos de vida vêm caracterizar um período decisivo para a formação humana; entender o desenvolvimento da criança na perspectiva das interações entre ela e os indivíduos que fazem parte de sua vida cotidiana; considerar os aspectos importantes no desenvolvimento da criança (o tempo, o espaço, a comunicação, as práticas culturais, a imaginação e a fantasia, a curiosidade e a experimentação). Estabeleceu-se o compromisso de momentos de estudos, sob a coordenação da equipe de pedagogos. (MENEZES, 2005, p. 49-50).

Diante deste rol de saberes propostos para o último encontro da formação, cabe-nos refletir a cerca do objetivo que se tem em propor temáticas tão específicas, ou melhor, compreende-se a importância em conhecer a realidade a que o CE estará desenvolvendo suas ações, mas a partir do momento em que são

desenvolvidos assuntos técnicos não estaríamos nos confrontando com uma tentativa de tecnificar as ações deste colegiado?

Ainda no ano de 2005, foi desenvolvido no mês de dezembro, um Seminário de Gestão composto por uma palestra com a Prof.^a Dr.^a Andréa Barbosa Gouveia da UFPR e nove apresentações teórico-práticas, sendo uma de cada NRE, a respeito do trabalho desenvolvido com os CE no ano em questão.

Retomando a análise dos documentos produzidos pela SME, o “Subsídios para a Elaboração do Regimento do CMEI” (2005), elaborado pela Coordenadoria de Estrutura e Funcionamento do Ensino, como já pontuado anteriormente, foi apresentado no primeiro encontro de formação continuada aos conselheiros, isto é, em abril de 2005, com o intuito de, como seu próprio nome indica, subsidiar o processo de discussão para a elaboração do Regimento, sendo apresentado em forma de “Modelo”, cujo texto é redigido em formato de texto de Lei, ou seja, distribuído por Títulos, Capítulos, Seções, Artigos, etc., contendo espaços em branco designados para o preenchimento do nome da instituição e seu endereço. Desta forma, questiona-se a verdadeira função do documento, pois se trata de um modelo para subsidiar a construção coletiva do Regimento do CMEI, ou do próprio Regimento apenas para ser preenchido?

Não se quer aqui reduzir a importância deste documento, visto que, em sua estrutura é utilizada escrita formal, incluindo termos jurídicos. Porém, pretende-se, a partir deste questionamento, refletir a respeito da forma com que é apresentado à comunidade educativa, bem como, ao processo de discussão coletiva a que precisa ser submetido.

Neste texto, em seu “Título I – Das Disposições Preliminares”, ao discorrer sobre os princípios e fins da Educação Infantil, não é mencionado o princípio constitucional de “Gestão Democrática para o ensino público” como o faz no anteriormente analisado. Porém, ao elencar os objetivos do CMEI, em número de quatorze, destaca como seu primeiro objetivo “I - desenvolver ação educativa, por meio da gestão democrática, promovendo a participação das famílias, da comunidade local e dos profissionais que atuam na instituição;”¹¹ (CURITIBA, 2005, p. 02).

¹¹ Subsídios para a elaboração do Regimento do CMEI, Título I, Capítulo III.

Ao tratar da Gestão Escolar (Título II), é enfatizado que nas ações que envolvem a gestão há que se promover, por meio de uma ação democrática, a participação da comunidade, sendo que “como decorrência do princípio constitucional da democracia e colegialidade, terá como órgão máximo de gestão o Conselho (...)”¹² (CURITIBA, 2005, p. 03), isto reafirma o exposto anteriormente quanto a preocupação da mantenedora em fazer-se cumprir com uma determinação apregoadada pela LDB, visto que, não define a gestão democrática como um princípio para a Educação Infantil, mas logo em seguida, expõe a preocupação em atender a legislação vigente.

Quanto ao Conselho, então entendido como órgão máximo de gestão, é tido como um “órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora, (...)”, que “(...) tem por finalidade garantir a efetivação do trabalho educativo, na forma de colegiado, promovendo-o e articulando-o entre os segmentos da comunidade institucional.”¹³ (CURITIBA, 2005, p. 03). Percebe-se aqui a inclusão do caráter mobilizador do CE que na proposta de implantação não fora citado.

Diante disso, o capítulo I é todo dedicado a estabelecer as normas para o funcionamento deste órgão colegiado. Assim, define que o diretor¹⁴ da unidade, membro nato, é o Presidente do Conselho, ou seja, segue o modelo mais tradicional, e os demais representantes definidos como segmentos da comunidade institucional e local, que abrangem, além do diretor, os representantes de “(...) suporte técnico-pedagógico¹⁵, docentes, educadores, auxiliares de serviços, pais ou responsáveis pelas crianças e instituições comunitárias.” (CURITIBA, 2005, p. 03). Cabe ressaltar que aos profissionais de empresas terceirizadas que prestam os serviços de alimentação e limpeza é vetada a participação, salvo em situações em que estes possuam seus filhos na unidade e então, representem o segmento das famílias, assim como já o era no documento anteriormente analisado. E, aos profissionais que também possuam filhos na mesma unidade de seu trabalho somente poderão

¹² Subsídios para a elaboração do Regimento do CMEI, Título II.

¹³ Subsídios para a elaboração do Regimento do CMEI, Título III, Capítulo I.

¹⁴ Termo empregado no documento sempre no gênero masculino.

¹⁵ Nomenclatura utilizada para referir-se à área de atuação do Pedagogo na Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

representar o segmento dos profissionais, em cumprimento ao princípio constitucional de isonomia, que estabelece a igualdade de direitos a todos perante a Lei.

De acordo com o documento, a participação dos segmentos se dá paritariamente, ou seja, o percentual de representantes de cada segmento na estrutura do Conselho é equivalente entre si, mas, a paridade somente ocorre se forem consideradas como categorias: profissionais do CMEI e não profissionais do CMEI, sem considerar os suplentes. O número de conselheiros é bem semelhante ao da Proposta de Implantação de 2004, porém, foi incluída a representatividade por parte de instituições comunitárias, como é possível vislumbrar no QUADRO 10. Cabe destacar que, a forma com que se dará a escolha dos conselheiros não é estabelecida neste documento, mas o mandato permanece o de dois anos.

CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE CMEI NO REGIMENTO - 2005			
CMEI com mais de 100 crianças		CMEI com até 100 crianças	
Titulares	- diretor; - 01 suporte técnico pedagógico; - 01 docente; - 02 educadores; - 01 auxiliar de serviços (quando houver);	Titulares	- diretor; - 01 suporte técnico pedagógico; - 01 docente; - 02 educadores; - 01 auxiliar de serviços (quando houver);
	- 01 representante de pais da APF; - 03 pais/responsáveis pelas crianças;		- 01 representante de pais da APF; - 02 pais/responsáveis pelas crianças;
	- 01 Unidade de Saúde;		- 01 Unidade de Saúde;
	- 01 Instituição Comunitária (quando houver).		- 01 Instituição Comunitária (quando houver).
Suplentes	- 01 docente; - 01 educador; - 01 auxiliar de serviços (quando houver);	Suplentes	- 01 educador - 01 auxiliar de serviços (quando houver);
	- 01 representante de pais da APF - 02 pais/responsáveis pelas crianças		- 01 representante de pais da APF - 01 pais/responsáveis pelas crianças
	- 01 Unidade de Saúde		- 01 Unidade de Saúde
	- 01 Instituição Comunitária (quando houver).		- 01 Instituição Comunitária (quando houver).

QUADRO 10 – CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE CMEI NO REGIMENTO - 2005

FONTE: A autora (2012).

NOTA: CURITIBA, 2005, p. 04-05.

Com relação ao seu funcionamento, organização e ações determina-se que cada Conselho estabeleça critérios de acordo com a legislação vigente, bem como, com as diretrizes e políticas educacionais da mantenedora. No entanto, define que as reuniões ordinárias devem ocorrer em quantidade mínima de quatro (04) anuais, com agendamento no início do ano, podendo ser remarcadas com 72 horas de antecedência e, as reuniões extraordinárias podem ser marcadas sempre que necessário, “(...) por convocação do presidente ou da maioria simples de seus membros (...)” (CURITIBA, 2006, p. 05), entendendo-se por maioria simples, cinquenta por cento mais um do total dos componentes, sendo convocadas com 24 horas de antecedência. Define-se também que as reuniões sejam sempre registradas em atas, por secretários *ad hoc*, ou seja, um secretário nomeado para o momento da reunião dentre os participantes.

Para finalizar, este documento estabelece as atribuições do Conselho de CMEI, em consonância com as da Proposta de Implantação de Conselho nos Centros Municipais de Educação Infantil (2004), conforme expostas na página 61, porém ampliando para quinze atribuições com a inclusão da que diz respeito ao desenvolvimento de ações com o objetivo de orientar os pais sobre a educação das crianças, a prevenção de violência e a garantia dos seus direitos e, ao estabelecimento de critérios para a participação de profissionais em cursos ou outros eventos com o objetivo de aprimoramento profissional.

Tais atribuições, a depender da forma com que serão desenvolvidas no trabalho de cada CE, podem se apropriar de características meramente burocráticas que levam este órgão a se tornar muito mais uma instituição cartorária, onde suas ações são pautadas em cumprimento a normas e regras já determinadas pelas instâncias superiores, do que um órgão colegiado que permita a participação de toda a comunidade educativa, a partir do diálogo, no processo de tomada de decisões.

Esta burocratização também fora pontuada por Pinto (1994) em seus estudos, como responsável pela diminuição dos espaços para a inserção de práticas que possibilitem o envolvimento de toda a comunidade educativa, bem como, por dificultar a consolidação do Conselho como uma “instância autônoma de poder.” (PINTO, 1994, p. 154).

Desta forma, o autor afirma que, “Sem a consolidação de uma sociedade civil emancipada formada na crença dos valores democráticos, numa postura crítica quanto à delegação de poder, de pouco adiantam órgãos formalmente democráticos como os conselhos.” (PINTO, 1994, p. 157).

Neste sentido, a participação precisa ser evidenciada como categoria central na formação de colegiados, entendendo-a como uma forma de contribuir para a “democratização da gestão”, por meio da atuação de um colegiado organizado com representantes de todos os segmentos da comunidade educativa. Ou seja, a organização de conselhos escolares é uma das formas de se construir a “democratização da gestão”, sendo que, a tarefa desses representantes é de se reunir para debater assuntos pertinentes ao processo educacional e à organização da escola e da educação.

Como salienta Gohn (2007), “os conselhos gestores¹⁶ são novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese, eles são dotados de potencial de transformação política. Se efetivamente representativos, poderão imprimir um novo formato às políticas sociais, pois se relacionam ao processo de formação das políticas e tomada de decisões” (GOHN, 2007, p. 85).

Outro documento a ser abordado, Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, volume 2 – Educação Infantil (2006) surgiu da necessidade em traçar diretrizes para o trabalho com esta etapa da educação básica, tendo em vista a transição da Educação Infantil da SMCr para a SME, no ano de 2003. Porém, esta necessidade havia surgido anos antes, sendo que desde 1999, de acordo com o referido documento, o Departamento de Atendimento Infantil da SMCr vinha desenvolvendo estudos e reflexões com o objetivo de estabelecer diretrizes norteadoras para a elaboração das propostas pedagógicas de cada unidade, visto que até então os CMEI utilizavam a já citada “Proposta Pedagógica de 0 a 6 anos” desenvolvida no Projeto Araucária e ainda não possuíam suas autorizações de funcionamento, tendo em vista a sua natureza assistencialista. Em abril de 2002 inicia-se o processo de transição apenas a nível central, ou seja, negociações entre as Secretarias da Criança e da Educação, em 2003 é que se efetiva o processo e

¹⁶ Sobre Conselhos Gestores, ver Gohn, M. Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica. São Paulo : Cortez Editora, 2007.

uma das primeiras ações realizadas é a inserção do pedagogo no CMEI, até então nomeado por “Creche”. Com a extinção da SMCr, as “creches comunitárias” (conveniadas) ficaram sob a responsabilidade da Fundação de Ação Social (FAS) até o final do primeiro semestre do ano de 2004.

No ano de 2003 é apresentada uma versão preliminar das Diretrizes Municipais para a Educação Infantil, sendo que, dentre os anos de 2003 e 2005 os estudos e reflexões a respeito da proposta pedagógica continuaram, até a culminância de fóruns regionalizados, em número de dez, no ano de 2005, para o registro de sugestões para as diretrizes, que foram posteriormente discutidas no “Seminário de Discussão das Diretrizes Curriculares Municipais de Curitiba – O Currículo em Construção” e registradas por uma comissão participante deste seminário dando origem às Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, volume 2 – Educação Infantil (2006).

Assim, o referido documento destaca que durante o período de transição exposto acima, alguns conflitos e inquietações foram percebidos nos espaços de EI, principalmente com a proposta de reflexão acerca das práticas desenvolvidas e a necessidade de tornar as relações que envolviam profissionais e famílias mais compartilhadas, visto que a diretora da unidade acumulava as funções de orientação pedagógica e de gestão administrativo-financeira, antes da chegada do pedagogo e da implantação dos Conselhos dos CMEI.

É ressaltado ainda que a partir destas tensões e de algumas conquistas, como é o caso da própria transição, alguns desafios futuros precisarão ser enfrentados:

a formação inicial do educador atrelada a um plano de carreira que o valorize, garantindo sua permanência na Educação Infantil; o estabelecimento da gestão democrática nos CMEIs; a elaboração dos projetos pedagógicos, regimentos e implantação dos conselhos dos CMEIs; a definição de uma política de apoio aos CEIs conveniados; a aproximação das escolas de Ensino Fundamental com os CMEIs; o estabelecimento de uma formação continuada em serviço aos profissionais, possibilitando que as crianças tenham Educação Infantil de qualidade onde quer que seja ofertada, em CMEIs, CEIs conveniados e escolas municipais (CURITIBA, 2006, p. 12).

O documento destaca sua consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, e apresenta três eixos norteadores do trabalho pedagógico:

1) Infância: Tempo de direitos – resgata historicamente as concepções de infância e criança, destacando a concepção adotada pelo município, ou seja, a criança cidadã de direitos;

2) Espaços e Tempos Articulados – a organização de espaços e tempos considerando a interação como uma das principais condições para o desenvolvimento da criança e o brincar como a relevância do trabalho pedagógico;

3) Ação Compartilhada – percebe-se duas formas de participação das famílias no espaço educacional, a participação no processo de tomada de decisões por meio da representatividade em associações e órgãos colegiados (APF ou APPF, CE) e a que se dá no entendimento de que a EI é complementar à ação da família, ou seja, no estabelecimento de uma ação compartilhada com a família.

Cumpre-nos aqui discutir acerca deste terceiro eixo, que diz respeito à Ação Compartilhada, devido ao fato dos Conselhos de CMEI estarem aqui inseridos, de acordo com a estrutura do documento.

O eixo da Ação Compartilhada apresenta um percurso histórico da participação das famílias nas unidades, que passa pela via da não participação, característica bem presente nos anos oitenta, sendo enfatizado que devido às políticas públicas relativas à educação das crianças serem de cunho assistencialista arraigava-se nas famílias um sentimento de gratidão, ou seja, como se o espaço da EI fosse um benefício concedido e assim, ao poder público cabe a incumbência de tomada de decisões acerca da educação das crianças, em contrapartida, organizavam-se grupos de trabalho composto por pais, comunidade e funcionários para realizarem o processo de seleção de crianças para as vagas nas instituições. Nos anos noventa, a participação das famílias se dá por meio de integração em eventos, festividades ou reuniões informativas, como também, por sua colaboração nas situações em que eram submetidas a atender às necessidades materiais ou estruturais da unidade. Mais tarde, o envolvimento em reuniões de caráter educativo com o intuito de apresentação da proposta pedagógica desenvolvida com as crianças passa a ter investimentos. Ainda na década de 1990, há registros, mesmo que sucintos, da constituição de Comissões de Pais em algumas unidades, com o objetivo de discutir, colaborar e participar das decisões relacionadas ao trabalho desenvolvido. Em 1997, apontadas como um ganho no que diz respeito à participação das famílias, são

constituídas as Associações de Pais e Funcionários (APF), que “visavam à legitimação dos interesses das famílias e da unidade de Educação Infantil, oportunizando a tomada de decisões conjunta no trabalho educativo e a efetivação da corresponsabilidade no gerenciamento da educação das crianças” (CURITIBA, 2006, p. 46). E, desde 1998, a participação das famílias é evidenciada a partir do processo de avaliação da qualidade do atendimento oferecido instituído pelo Programa de Produtividade e Qualidade, que repercutia em ganhos financeiros pagos por meio de gratificação aos profissionais da instituição, com exceção aos que fazem parte do quadro de professor, por se tratar de carreira distinta.

É evidente que de acordo com as características da gestão de cada CMEI, estas ações evidenciam diferentes possibilidades de participação, porém percebe-se nitidamente a preocupação em envolver a comunidade em assuntos específicos seja, por falta de vaga nas unidades cabendo a uma comissão definir, de acordo com algumas prioridades elencadas pela mantenedora, as crianças que terão seu direito garantido; pela participação em reuniões para informar sobre o desenvolvimento das crianças, ou em festas e eventos, ou até mesmo em mutirões para atendimento das demandas; para cumprir com uma exigência do Programa de Descentralização de Recursos Financeiros para a liberação destes recursos; ou participar de um processo avaliativo da qualidade do atendimento, com vistas à ganhos pessoais de ordem financeira.

Por fim, o referido documento, enfatiza a importância e os investimentos já realizados e os ainda a realizar no desafio de repensar as relações com as famílias “sob a ótica de atuação conjunta” (CURITIBA, 2006, p. 46). E, diante disso, dá destaque à finalidade da Educação Infantil exposta pela LDB, segundo a complementaridade às ações da família e da comunidade.

Estas diferentes possibilidades de participação social vivenciadas no contexto da Educação Infantil no município de Curitiba e explicitadas nas Diretrizes Curriculares Municipais, nos remete às tipificações de três diferentes níveis de participação elencados por Gohn¹⁷ (2007), o conceptual, o político e o da prática. De acordo com a autora é apenas ao final dos anos 80 que o termo participação passa

¹⁷ Ver mais em Gohn, M. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo : Cortez Editora, 2007 – p. 15-20.

a ser atrelado à ampliação da democracia, pois até então, muitas vezes, estava relacionado à descentralização, ou melhor, à desconcentração vivenciada a partir do processo de redemocratização do país, em oposição à centralização fruto do regime militar.

Dentre os teóricos sociopolíticos citados por Gohn (2007) há que se destacar as contribuições de Bobbio (1986) no que se refere à definição do termo participação, ao pontuar que várias são as interpretações dadas devido as diferentes possibilidades de participação, sejam elas mais ou menos efetivas, ficando à margem ou em lugar de destaque. Porém reconhece que o modelo de ações políticas mais citado ainda é por meio do voto.

Bobbio (1986) pontua que o fator primordial, no caso do voto, é que se conquiste a ampliação dos espaços de inclusão dos eleitores e não apenas o número de eleitores, isto é, que os cidadãos possam usufruir de diferentes espaços onde possam exercer o seu papel de eleitor. Neste sentido, considera uma reforma democrática a que institui os conselhos escolares com a participação de representantes das famílias (BOBBIO, 1986, p.56).

No entanto, um aspecto importante, enfatizado por Gohn (2007) diz respeito à participação como cidadãos ativos, no sentido de politizados e não apenas na dimensão de simples tarefeiros. Ou seja, a participação de todos os representantes não deve estar resumida a momentos em que as pessoas se fazem presentes, ou em outros momentos em que são convocadas a desempenharem algumas tarefas, mas sim na participação ativa dos sujeitos, tendo conhecimento acerca da realidade, onde identifiquem os problemas, suas causas e origens, para que eles estejam envolvidos nas discussões e debates com a possibilidade de buscar soluções coletivas para a resolução destes.

O documento “Parâmetros e Indicadores de Qualidade para os Centros Municipais de Educação Infantil”, por sua vez, é elaborado com o objetivo de “definir e implementar a política municipal para a educação infantil” (CURITIBA, 2009, p.09).

Sua formulação foi baseada em uma produção do Ministério da Educação (MEC) nomeada *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*¹⁸

¹⁸ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil**. V. 1 e 2. Brasília: 2006.

(2006), produzida em atendimento ao Plano Nacional de Educação de 2001 que exige a colaboração da União no sentido de estabelecer parâmetros de qualidade aos serviços de EI, este documento do Ministério da Educação (MEC) serve como uma referência para a organização e o funcionamento dos sistemas de ensino, no que tange à EI, está organizado em dois volumes, sendo o primeiro apresentado de forma a subsidiar conceitualmente as reflexões acerca da qualidade na educação e o segundo contém as competências de cada sistema de ensino – federal, estadual e municipal –, uma breve caracterização das instituições de Educação Infantil no Brasil e os próprios Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.

Além disso, o documento de Curitiba segue uma formatação de apresentação dos parâmetros organizados enquanto direitos da criança, tendo por base outra publicação do MEC, *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*¹⁹ (1995), reeditado em 2009. Este material foi elaborado por Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg, autoras que compunham a equipe de pesquisa sobre creche do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. É composto por duas partes, uma relativa a critérios de organização e funcionamento das creches concentrados nos direitos das crianças e a outra relacionada às diretrizes e normas políticas, programas e sistemas de financiamento de creches, tanto governamentais como não governamentais.

De acordo com o “Relatório das Ações Desenvolvidas no Período de 2005-2008” (CURITIBA, 2008, p. 186-187), bem como, com o próprio documento, para chegar à versão final, muitas reflexões e momentos de estudos foram oportunizados durante o ano de 2008, quando foi construída uma versão preliminar por profissionais que compunham a equipe do Departamento de Educação Infantil, após a primeira escrita foi realizado um momento para validação do documento com todo o Departamento. A partir daí, foram desenvolvidos encontros envolvendo pedagogos de NRE, pedagogos e diretoras de CMEI e escolas com turmas de EI para estudo, discussão, análise e elaboração dos parâmetros e indicadores, envolvendo aproximadamente 240 profissionais. Estes encontros resultaram na formulação de

¹⁹ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília, 1995.

dois documentos, um destinado aos CMEI e outro às Escolas Municipais com turmas de EI, respeitando as especificidades de cada uma destas duas instituições, após passar por uma revisão envolvendo uma comissão composta por cinco pessoas, representantes de EEI, NRE e CMEI, o documento foi finalmente validado, sendo que 85 representantes (EEI, NRE, CMEI) participaram deste processo de conclusão. O documento ficou organizado em treze parâmetros, tendo cada um deles um texto introdutório sobre a que se refere, os objetivos, os critérios e os seus indicadores.

São os parâmetros:

Nossas crianças têm direito a um espaço organizado, aconchegante, seguro e desafiador, durante sua permanência no CMEI.

1. Organização dos espaços.

Nossas crianças têm direito à brincadeira.

2. Brincadeira e organização dos brinquedos.

Nossas crianças têm direito à alimentação saudável.

3. Espaços de alimentação e sua organização.

Nossas crianças têm direito ao desenvolvimento de sua identidade.

4. Identidade.

Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade.

5. Ambiente educativo.

Nossas crianças têm direito ao desenvolvimento da curiosidade, da imaginação e da capacidade de expressão.

6. Movimento.

7. As linguagens artísticas e os materiais de expressão.

8. Literatura, literatura infantil e livros.

9. Oralidade, leitura e escrita.

10. Pensamento lógico-matemático²⁰.

11. Relações sociais e naturais

Nossas crianças têm direito a serem educadas por profissionais qualificados.

12. Formação continuada em serviço.

Nossas crianças têm direito a um espaço de convivência democrática.

13. Gestão. (CURITIBA, 2009, p. 10-11).

Diante dos parâmetros aqui listados, dar-se-á aqui, ênfase no décimo terceiro com o título: Nossas crianças têm direito a um espaço de convivência democrática – Gestão.

Neste documento, a gestão é relacionada ao princípio da democracia e faz-se uma articulação com o eixo norteador da Ação Compartilhada proposto nas diretrizes conforme anteriormente exposto. Por Gestão Democrática, o documento compreende a participação da comunidade educativa em Conselhos, bem como em ações educativas compartilhadas com as famílias com vistas a “estabelecer uma

²⁰ Em 2012, após realização de estudos a respeito da área, passou por reformulações na nomenclatura, bem como, em seu conteúdo. Assim, foi alterada para Conhecimento Matemático.

relação de complementaridade na educação das crianças entre a instituição de educação infantil e as famílias” (CURITIBA, 2009, p. 69).

Destaca como função do Conselho, “orientar, acompanhar, opinar e decidir, em reunião própria em conjunto com os seus segmentos e considerando seu estatuto, sobre os aspectos relacionados à qualidade da educação” (CURITIBA, 2009, p. 69).

Os critérios a serem avaliados a partir de indicadores envolvem a transparência, o planejamento participativo, a atenção à equipe, as parcerias e a avaliação da instituição.

O referido documento possibilita vislumbrar um modelo de gestão pautado em relações mais democráticas ao apontar a necessidade de envolvimento da comunidade educativa e local no processo de tomada de decisões, citando inclusive a participação das crianças. Além disso, aponta para o desenvolvimento de ações que provoquem reflexões a respeito do atendimento dos direitos das crianças e famílias em prol de uma educação de qualidade.

No ano de 2011, a SME elaborou um documento em versão preliminar nomeado por “Manual do Conselho Centro Municipal de Educação Infantil”, com o intuito de subsidiar a formação continuada oferecida por parte da SME aos diferentes segmentos dos CE nas unidades de EI. Este material foi finalizado e validado por comissão formada por quatro representantes de diretoras de CMEI e uma representante da Coordenadoria Técnica de Estrutura e Funcionamento de Ensino; e, entregue às diretoras no início do ano de 2012.

Este manual possui conteúdo muito semelhante ao da “Proposta de Implantação de Conselho nos Centros Municipais de Educação Infantil” redigida em 2004, mas, de forma bem mais abrangente. Diferente do anterior redigido em formato de Lei, este apresenta seu texto formatado por meio de perguntas e respostas a respeito dos principais aspectos que envolvem a organização e funcionamento deste órgão colegiado, podendo-se afirmar que possibilita uma leitura mais acessível e objetiva.

O documento destaca que a educação pública no município de Curitiba desenvolve suas ações em prol do “exercício e da construção da democracia participativa, com o objetivo de aproximar a comunidade dos projetos pedagógicos

e, assim, garantir o direito do cidadão de afirmar os interesses coletivos”. Diante disso, confirma que a implantação dos Conselhos nos CMEI, “contribui para que esse espaço de participação se efetive e que se desenvolva uma gestão democrática” (CURITIBA, 2012, p. 09).

Há que se destacar que, de fato os CE contribuem para a democratização da gestão, no entanto, não são os únicos responsáveis, conforme já exposto anteriormente.

No que se refere ao conteúdo do documento, ao elencar os objetivos deste colegiado, destaque é dado à possibilidade de participação das crianças no processo de tomadas de decisões, como também, assumindo responsabilidades de acordo com suas possibilidades, pode-se afirmar que isto significa um avanço no que se refere à escuta das crianças.

Com relação às atribuições do CE, em número de treze no primeiro documento e quinze no segundo, neste, são destacadas as seis principais atribuições, porém, remete-se à necessidade de conhecer os demais documentos que trazem as atribuições na íntegra. Estas versam sobre: coordenação do processo de discussão, elaboração ou reelaboração do regimento interno; aprovação, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico; participação na construção, acompanhamento e avaliação do Plano de Ação, sendo que, para a sua construção faz-se necessário considerar a avaliação dos Parâmetros e Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil; participação na análise de solicitação de matrículas e priorização de vagas de acordo com critérios anteriormente expostos, e definição de normas e procedimentos para tentativa de reintegrar crianças que possuam, no máximo, dez faltas consecutivas ou vinte faltas alternadas em um período de sessenta dias, sem apresentação de justificativa; análise e aprovação de projetos desenvolvidos por profissionais da instituição ou pela comunidade; e, definição das prioridades a serem atendidas mediante recebimento de recursos provindos do Programa de Descentralização, PDDE/FNDE e recursos próprios, bem como, aprovação da prestação de contas.

Quanto à autonomia, este, a exemplo dos dois primeiros documentos, pontua que esta deve pautar-se na legislação em vigor, incluindo as Diretrizes Curriculares da mantenedora, assim como, na ética e no sigilo dos assuntos tratados em

reuniões. No entanto, não apresenta fundamentos teóricos capazes de promover reflexões a respeito do que se entende por autonomia.

Nas questões relativas à constituição do CE, há a orientação de que cada segmento da comunidade educativa deve escolher seus representantes, sendo que é formado por

“famílias ou responsáveis pelas crianças; profissionais da Unidade de Saúde local; instituição auxiliar (APPF/APF); instituição comunitária (quando houver interesse); educadores; professores; equipe administrativa (agente administrativo); suportes técnico-pedagógicos e diretores” (CURITIBA, 2012, p. 14).

Neste documento, não se faz menção do número de representantes de cada segmento a exemplo dos demais, porém, possibilita a ampliação da participação das famílias de acordo com o interesse demonstrado, elegendo uma equipe de apoio, tendo direito à voz nas reuniões e podendo preencher possíveis cargos em vacância. Apresenta orientações a respeito da formação de Conselhos Mirins como forma de assegurar a participação das crianças.

Apesar das já citadas similaridades com o documento de 2004, este ainda aborda como proceder para instaurar o processo de eleição e de posse de novos conselheiros, seja por novo mandato ou por preenchimento dos cargos em vacância, tendo inclusive, um item com a seguinte nomenclatura “Passo a Passo para a Eleição de Conselheiros”, além disso, inclui no anexo, modelos de editais de convocação de eleição e de posse.

As orientações a respeito do seu funcionamento, relativas à frequência da realização de reuniões seguem conforme documento anteriormente descrito, salientando que os membros não são remunerados em virtude do trabalho desenvolvido em órgãos colegiados, é dado destaque à abertura que se dá para que a comunidade educativa participe das reuniões do CE, porém, sem direito a voz e voto.

O Manual lista da mesma forma, as atribuições dos conselheiros, fazendo destaque à necessidade de ser aberto para o diálogo e escuta, participar ativamente, analisar as propostas com vistas aos interesses das crianças e ter como “premissa um comportamento ético e de solidariedade com todos os conselheiros” (CURITIBA, 2012, p. 26). Além das atribuições são também elencadas as

proibições, que envolvem a tomada de decisões individualmente, a exposição de qualquer pessoa a situações vexatórias, a transferência da responsabilidade e do “cargo” a outra pessoa deliberadamente, a interferência no trabalho desenvolvido por profissionais do CMEI, e a divulgação de assuntos sigilosos.

O conselheiro poderá ser destituído em caso de descumprimento das atribuições, por motivo de faltas consecutivas sem justificativa que o impeçam de exercer sua representatividade ou a pedido, por escrito, do próprio interessado.

As orientações para aplicação de recursos e ética no consumo estão presentes, ressaltando a importância de manterem a transparência, a racionalidade e a transparência neste processo.

Por fim, o documento apresenta alguns lembretes para a reunião do CE, citando a importância da construção coletiva da pauta e sua prévia distribuição, a necessidade em acordar com todos os envolvidos o melhor horário para a realização das reuniões, bem como, previsão de duração. Além de apresentar algumas sugestões de artigos, livros e teses para leitura.

Há também, orientações para a organização do livro ata e para a escrita das mesmas, contendo, nos anexos, modelos de documentos e de atas de convocação, posse e reuniões do colegiado.

Confrontando todos os documentos aqui descritos é evidente a ampliação do conceito de Gestão Democrática por parte da própria mantenedora, sendo que nos mais atuais percebe-se a preocupação em inserir referências à busca de práticas cada vez mais democráticas no seio das instituições.

Diante disso, há que se salientar a importância de mecanismos que possibilitem a efetiva participação de todos os envolvidos, ao contrário do que ocorre, quando o envolvimento fica reduzido ao processo de escolha por meio do voto, onde cabe aos interessados apenas a tarefa de opinar isoladamente sobre determinado assunto, sem espaço para a troca de ideias, para a argumentação.

Na perspectiva de Bobbio (1986), vislumbra-se a socialização de todas as pessoas envolvidas, ou seja, a garantia de espaços para o debate, o diálogo, onde diferentes pontos de vista podem ser discutidos e analisados, em busca de um consenso possível, bem como, da implantação da vontade da maioria, buscando-se o que o grupo julga como melhores alternativas a serem implementadas. Faz-se

necessário considerar neste caso que uma característica da “democracia dos modernos” é a “liceidade do dissenso”,²¹ isto é, que o dissenso mantido de acordo com limites aceitáveis, é um bem necessário para a vida em e da sociedade, ou, em suas palavras, “(...) uma sociedade em que o dissenso não é admitido é uma sociedade morta ou destinada a morrer” (BOBBIO, 1986, p. 61).

Assim, percebe-se o dissenso como necessário, para que no processo participativo de tomada de decisões, estas sejam discutidas sob diversos pontos de vista a fim de se chegar a um objetivo comum, o consenso.

Panorama da criação dos Conselhos de CMEI

Com o intuito de coletar dados que possibilitassem a visualização dos procedimentos adotados pela SME com vistas à implantação e estruturação dos Conselhos Escolares (CE) nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), a pesquisadora direcionou-se até o Departamento de Educação Infantil (EEI) para dar início aos procedimentos formais de autorização, por parte do órgão público, para a realização da pesquisa.

Em um dos primeiros contatos com o referido Departamento foi possibilitado acesso ao arquivo impresso e digital que contém os dados relacionados aos Conselhos Escolares. Esse arquivo, nomeado como “Ficha de Dados do Conselho do CMEI” são tabelas elaboradas no próprio setor e encaminhadas a cada unidade para que se faça o preenchimento, contendo a identificação da unidade, a data de posse do Conselho, os nomes de cada representante de cada um dos segmentos do CE e a identificação do responsável pelo preenchimento (APÊNDICE E, p. 163).

A partir do acesso a estes arquivos, em meados do ano de 2010, realizou-se a tabulação das datas de implantação dos CE nas instituições de Educação Infantil, conforme apresentado no APÊNDICE F (p. 165). Com base nos informes é possível afirmar que dos 180 CMEI que compõem esta base de dados da SME, 142 tiveram seus Conselhos implantados no ano de 2004, o que significa 78,9% das unidades inauguradas até 2011. Porém, considerando-se que em 2004, a RME contava com

²¹ Ver mais em BOBBIO, N. **O futuro da democracia – uma defesa das regras do jogo**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

146 unidades de Educação Infantil, isto significa que, 97,26% implantaram seus CE neste ano, quando a mantenedora apresentou a “Proposta de Implantação de Conselho nos Centros Municipais de Educação Infantil” (2004), o que demonstra a eficácia das ações desenvolvidas em prol de constituí-los. No entanto, esta amostra nos permite visualizar quantitativamente este processo.

Além do acesso a estes documentos, foi formulado um roteiro para aplicação de um questionário de sondagem (APÊNDICE A, p.150), composto por nove (09) questões abertas, a ser aplicado à pessoa responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das ações junto às unidades de Educação Infantil, visto que, a respondente acompanhou todo o processo desde as discussões e formulação do documento inicial em 2004, quando fazia parte da Gerência de Gestão Escolar do Departamento de Ensino Fundamental da SME, no último ano de mandato do prefeito Cássio Taniguchi (PFL).

Em 2005, assume a prefeitura de Curitiba, Carlos Alberto Richa (Beto Richa) pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), vice-prefeito na gestão anterior, que é reeleito em 2008 e permanece até 2010, quando se candidata a governador do Estado do Paraná e é eleito, ficando como prefeito de Curitiba seu então vice-prefeito, Luciano Ducci. Durante sua gestão foi Secretária Municipal da Educação, Eleonora Bonato Fruet, economista formada pela UFPR em 1986, que fora substituída, no ano de 2010, por Liliane Casagrande Sabbag, psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/Pr) com mestrado em Administração na área de concentração em Administração Estratégica e linha de pesquisa em Gestão da Informação e do Conhecimento, pela mesma instituição.

Neste período, houve algumas reestruturações nas equipes da SME, principalmente no que diz respeito aos Superintendentes, diretores de Departamentos e Coordenadorias. O Departamento de Educação Infantil foi ampliado a fim de atender a demanda das instituições, desta forma, a respondente passou a compor a equipe deste Departamento no ano de 2005, continuando como responsável pelo processo de implantação dos CE, bem como, pelos momentos de formação continuada aos conselheiros, durante todo o período da pesquisa.

De acordo com a respondente, no ano de 2004, iniciou-se o processo de implantação de Conselhos Escolares nas unidades de Educação Infantil do

município de Curitiba. Esta decisão, por parte da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, objetivou o cumprimento da legislação vigente para a educação básica (LDB, Lei n.º 9394/96), sendo que as unidades tiveram até o final do ano em questão, como prazo para a organização de seus colegiados.

Ao realizar-se a apresentação aos gestores dos CMEI da proposta de implantação de órgãos colegiados – os Conselhos de CMEI,

houve certa resistência por parte dos gestores, porém a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba estabeleceu como diretriz essa meta com o objetivo de ampliar a participação das famílias na educação das crianças e para que fossem asseguradas as ações de cuidado e educação nos espaços dos CMEI, já que muitos profissionais, inclusive diretores, ainda permaneciam com uma visão muito assistencialista da educação das crianças pequenas. (Questionário – APÊNDICE B, p. 151).

A ideia de organizar os Conselhos nos CMEI, com a inserção desta proposta na agenda do município foi baseada, como citado anteriormente, na LBD, bem como foi impulsionada a partir da passagem da Educação Infantil, da extinta Secretaria Municipal da Criança, para a Secretaria Municipal da Educação. Sendo amparada, também, pela Constituição Federal de 1988, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998) e Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10172/2001).

Em seu relato, afirma que com o intuito de organizar um documento orientador que subsidiasse a formação e implantação dos Conselhos, principalmente quanto à sua estrutura e funcionamento, além de elencar as atribuições desse órgão colegiado de gestão democrática, a SME realizou doze encontros com representantes da própria Secretaria e dos CMEI.

Após esta primeira etapa de reflexões foram realizados encontros locais em cada CMEI, coordenados pela respectiva diretora, para que se ampliasse a discussão em nível local, com o envolvimento de toda a comunidade educativa e a unidade de saúde de referência, ou seja, cada unidade de saúde possui uma área de abrangência para atendimento da comunidade local.

Além destes momentos organizados para estudos, reflexões e debates, houve também a organização por intermédio da Gerência de Gestão Escolar, do Departamento de Ensino Fundamental, de capacitação para os conselheiros dos 140 CMEI, até então existentes. Sendo que, de um total de 1149 conselheiros eleitos em todas as unidades, 969 participaram dos encontros de capacitação.

Percebe-se então, certa preocupação advinda da mantenedora em formar os conselheiros para, supostamente, atuarem em órgãos colegiados. Os documentos analisados anteriormente, assim como a entrevista realizada, não apresentam elementos suficientes que indiquem os conteúdos abordados nesta formação.

Quando questionada a respeito de sua percepção em relação ao trabalho dos CE considerando os seis anos de trajetória, a respondente afirma que foi possível perceber avanços quanto ao trabalho pedagógico, que “vem se constituindo com maior qualidade, ocorre maior compreensão das famílias nas ações de cuidado e educação e maior comprometimento da comunidade educativa quanto às deliberações do Conselho”. Destaca também que, houve “avanços importantes quanto ao papel do gestor e a transparência nas ações desenvolvidas”, avanços estes que são vistos como resultado das atribuições do próprio órgão colegiado (Questionário – APÊNDICE B, p.152).

No entanto, destaca-se que sua fala está imbricada por uma concepção de que as famílias precisam aprender a educar e cuidar de seus filhos, quando afirma que, a partir da atuação do colegiado é possível detectar uma ampliação da compreensão das famílias, este é um olhar avaliativo sobre as ações desempenhadas pelos pais e/ou responsáveis pelas crianças. Além disso, não são apresentados elementos suficientes para que se possa analisar os avanços percebidos.

Ao ser indagada quanto às alternativas empregadas para o desenvolvimento do trabalho ao longo dos seis primeiros anos de atuação, informou que foram elencadas nove principais ações desenvolvidas por intermédio da SME que envolvem capacitações sobre o tema, incluindo gestores, pedagogos e conselheiros dos demais segmentos; visitas da equipe da Secretaria nas unidades para orientações e participações em reuniões do Conselho; organização de Seminários com realização de palestras e momentos para troca de experiências; avaliações anuais das ações desenvolvidas; inserção do tema em cursos já ofertados anteriormente para diretores iniciantes e integração funcional dos educadores; e envolvimento do CE na avaliação dos Parâmetros e Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil de Curitiba.

No que diz respeito à condução, por parte das unidades de Educação Infantil, das ações do colegiado e se estas são regidas de acordo com os princípios da Gestão Democrática, ressaltou que

O gestor tem papel fundamental na construção de uma gestão democrática e participativa. Observamos que alguns não conseguem entender os avanços que a ação pedagógica pode ter quando a comunidade educativa tem uma participação efetiva; outros são autoritários, não conseguem mudar essa postura, e manipulam os conselheiros. (Questionário de sondagem – APÊNDICE B, p. 152).

Porém,

Quando o gestor é acessível a novas propostas, tem clareza de que a instituição é da comunidade e de que todos são responsáveis pelo desenvolvimento da criança, os avanços são evidentes: o grupo é estável na instituição e o trabalho pedagógico se desenvolve com maior qualidade. (Questionário de sondagem – APÊNDICE B, p. 152).

Este relato retoma a percepção da gestão da instituição de educação percebida enquanto um processo político, um espaço de disputa de poder. De acordo com Weber, quem faz política, aspira ao poder pelo próprio poder mesmo, para gozar do sentimento de prestígio que lhe confere, bem como, com vistas à instrumentalização no processo de tomada de decisões, utilizando-se o poder como meio para o alcance de outros fins. Para ele, fazer política é participar no poder ou influenciar sobre a distribuição do poder (WEBER, 2004, p. 1056-1057).

Assim, frente à percepção de que em algumas situações há a manipulação dos conselheiros cabe-nos indagar sobre até que ponto é possível constituírem-se espaços cada vez mais democráticos em instituições que em seu bojo possuem práticas patrimonialistas para a escolha de seus dirigentes?

Nesse sentido, Bobbio (1986) destaca que nos últimos anos percebe-se uma exigência maior ao que se refere ao acesso à democracia, assim apresenta como alternativa a relação entre a democracia representativa e a democracia direta, ou até mesmo a substituição da primeira pela segunda. Entende-se por democracia direta a “participação de todos os cidadãos em todas as decisões a eles pertinentes”, ou seja, cada indivíduo participa dos processos de tomada de decisões que lhe diz respeito (BOBBIO, 1986, p. 41).

No entanto, na configuração dos espaços escolares, esta distribuição do poder precisa ser potencialmente mais horizontal, ou seja, favorecer a participação

dos sujeitos na instituição educativa, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, uma vez que um dos seus princípios para a organização da educação é a “Gestão Democrática do ensino público”.

Em 2010, mais especificamente, em 21 de setembro de 2010, data em que o questionário de sondagem foi realizado, a SME contava com 171 unidades, sendo que todas já haviam implantado o Conselho. Pois, assim que um CMEI é inaugurado, o Departamento de Educação Infantil (EEI) realiza visita de orientação para a organização do órgão colegiado. Foi salientado que como a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF), na condição de instituição auxiliar, tem apresentado demora na sua efetivação, optou-se por organizar o CE sem a representatividade da APPF, porém com a inclusão deste segmento após a sua implantação.

Além do processo de implantação, a SME, por intermédio do Departamento de Educação Infantil, faz todo o acompanhamento do andamento das ações dos Conselhos dos CMEI, atualiza os dados de cada um, mantendo arquivos digitalizados, orienta por ofício o preenchimento dos cargos vagos no início de cada ano, bem como, a constituição de novos mandatos, por meio de reuniões, participação em momentos de assembleias com as famílias, distribuição de materiais informativos e acompanhamento direto das responsáveis por essa área, cuidando dos prazos e demais procedimentos a serem tomados durante o processo.

Tais ações podem representar um elemento forte de tutela, sendo que a mantenedora assume todo o acompanhamento de ações básicas de responsabilidade do próprio órgão colegiado, como é o caso da verificação da data de vencimento de seu mandato.

Uma vez que um dos objetivos da constituição dos conselhos é justamente o desenvolvimento da autonomia institucional, que condições são oferecidas para que cada Conselho se desenvolva autonomamente?

CAPÍTULO 3

A IMPLANTAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS DE CMEI EM CURITIBA SOB O OLHAR DOS DIRIGENTES ESCOLARES

Para subsidiar o processo de coleta de dados relacionados ao processo de implantação e estruturação dos Conselhos Escolares (CE) nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), foi formulado um questionário de sondagem (APÊNDICE C, p. 156), composto por dez (10) questões objetivas, sendo cinco (05) com escalonamento de cada uma das alternativas, três (03) questões abertas e ao final um espaço destinado a outros comentários, a ser aplicado a todas as diretoras das unidades municipais de Educação Infantil.

Após a elaboração e revisão deste questionário foi realizado um pré-teste em um Centro de Educação Infantil Conveniado (CEI) indicado pela SME e que tem em sua estrutura a implantação de Conselho Escolar. A escolha por uma unidade conveniada justifica-se pelo fato de que todas as unidades municipais iriam compor o conjunto de sujeitos da pesquisa. Assim, fez-se necessário buscar por alguém que não compusesse este quadro, mas que tivesse a experiência do trabalho com conselhos escolares na Educação Infantil. Procurou-se, então, a SME para que subsidiasse a escolha dentre os CEI que possuem convênio com o município e que fizeram a opção por implementar este órgão colegiado.

No momento do pré-teste, foi solicitado à respondente que realizasse o preenchimento do instrumento de pesquisa e que, em seguida, realizasse uma avaliação do mesmo em ficha própria (APÊNDICE D, p.161), destacando aspectos que deveriam ser alterados para um melhor entendimento das questões.

No instrumento de avaliação do questionário a respondente apontou a necessidade de alterações em duas questões, cujas alternativas passavam a impressão de que estavam erradas e outra questão que gerava dúvidas. De acordo com os apontamentos, o questionário passou por reformulações.

Durante um encontro da capacitação de Conselhos ofertada pela SME tendo como participantes as diretoras e pedagogas de CMEI, nos dias 23 e 24 de agosto

de 2011, foi disponibilizado um espaço para uma breve explicação sobre os objetivos da pesquisa, esclarecimentos sobre a posição ocupada pela pesquisadora como pedagoga licenciada da SME, bem como sua importância à Educação. Em seguida, foram distribuídos os formulários impressos para que cada diretora realizasse o preenchimento.

A opção pela entrega do questionário impresso deu-se pelo entendimento de que dessa forma, obteríamos um retorno mais positivo, em termos de quantidade.

Para acompanhamento de entrega e tabulação da data de início dos CE nas unidades, foi solicitado que fosse realizada a identificação das unidades, porém, com tratamento cuidadoso das informações prestadas, salientando que a identificação do respondente teria apenas esta função e que ao compor os anexos desta dissertação teriam sua identificação mantida em sigilo.

Cabe ressaltar que cada questionário recebido foi numerado seguindo ordem de entrega, para que em situações de citação de algum dado específico, possa-se fazer uso deste número, não possibilitando a identificação da unidade em questão.

Por opção da equipe do EEI, para evitar que durante a palestra as profissionais se distraíssem no preenchimento do instrumento de pesquisa, esse material foi levado às unidades com a orientação de que deveriam retornar via malote (meio utilizado para envio de materiais e correspondências entre SME/NRE/CMEI) após uma semana, na data de 01 de setembro de 2011, ao referido Departamento. Porém, o retorno dos questionários ocorreu de forma bem gradativa, sendo que uma vez por semana a pesquisadora comparecia até a SME para recebimento do material, estendendo-se até meados do mês de outubro este processo, quando foram totalizados 128 questionários entregues.

Após levantamento das unidades que ainda não haviam dado retorno, foi encaminhado, pela pesquisadora, um e-mail a estas instituições, contendo a solicitação de preenchimento do questionário até a data de 21 de outubro de 2011, o instrumento de coleta de dados foi encaminhado em anexo.

Diante disso obteve-se o envio de mais quatro (04) questionários, sendo um impresso entregue via malote e três digitais, via e-mail, totalizando 132 questionários, dos 180 questionários entregues, o que representa 73,3%. Destes, seis questionários não foram contabilizados para fins de tabulação de dados da

pesquisa, pelo fato de que se tratava de unidades que foram inauguradas em 2011 e encontram-se em processo de implantação do Conselho Escolar. Assim, serão considerados para fins de análise, os dados de 126 unidades o que perfaz um percentual de 70% das cento e oitenta unidades de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

Nesta etapa, optou-se por realizar o lançamento dos dados coletados a partir do material impresso em meios eletrônicos, sendo assim, foi realizada a digitação de todos os questionários a fim de facilitar o processo de tabulação dos dados via IBM/SPSS, software que permite ordenar as informações, realizar contagem de frequência, reorganizar e correlacionar todos os informes das unidades municipais.

Cabe ressaltar, na leitura dos dados a seguir apresentados, a influência causada dentre as respondentes por parte da pesquisadora, devido ao lugar por ela ocupado enquanto pedagoga do Departamento de Educação Infantil, mesmo que no momento da pesquisa estivesse usufruindo de licença para cursos no período de dois anos.

Além disso, o fato de que desde o ano de 2004, as equipes que compõem a Educação Infantil do município vêm participando anualmente de encontros de formação, Seminários, orientações para a implementação dos CE nos CMEI, podem transpor em suas respostas a influência do “discurso competente”, ou seja, o peso do discurso da SME tem força nas ações desenvolvidas por conta da organização burocrática, isto é, hierarquizada da própria mantenedora. Assim, as respostas podem refletir o que a Prefeitura Municipal de Curitiba espera que aconteça, ou o que a teoria recomenda.

Desta forma, percebe-se a partir da análise dos dados que quanto à implantação dos Conselhos Escolares nas unidades de Educação Infantil do município de Curitiba, de acordo com o exposto a seguir na Tabela 1, é correto afirmar que a maioria deu início a este processo no ano de 2004, ou seja, 61,2%. Porém, dos 126 questionários analisados, 85 apresentaram este dado, ficando as outras 41 unidades sem esta informação.

Ao comparar este dado com o obtido na tabulação realizada com base nos arquivos da SME, explicitada em capítulo anterior, temos uma diferença de 36,06%. Esta diferença pode ser justificada pelo fato de que em alguns questionários esta

informação não foi preenchida, talvez por próprio esquecimento mesmo, pois, como se trata de uma informação que demanda a busca de dados em arquivos próprios do CE pode ter sido deixada para outro momento.

O segundo maior índice (10,6%) de implantação dos CE, corresponde ao ano de 2007, seguido de 8,2% em 2005; 7,1% em 2008; 4,7% em 2010; 3,5% em 2006; 2,4% em 2009 e 1,2% nos anos de 2000 e 2011, como podem ser observados na Tabela 1.

TABELA 1 – ANO DE IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

			2000	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
NRE	BN	n	0	3	1	2	1	2	0	0	1	10
		%	,0%	30,0%	10,0%	20,0%	10,0%	20,0%	,0%	,0%	10,0%	100,0%
	BQ	n	0	9	0	0	0	0	1	0	0	10
		%	,0%	90,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	10,0%	,0%	,0%	100,0%
	BV	n	0	8	3	0	2	0	0	0	0	13
		%	,0%	61,5%	23,1%	,0%	15,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	CIC	n	1	8	2	0	3	1	0	1	0	16
		%	6,3%	50,0%	12,5%	,0%	18,8%	6,3%	,0%	6,3%	,0%	100,0%
	CJ	n	0	6	1	0	0	1	1	1	0	10
		%	,0%	60,0%	10,0%	,0%	,0%	10,0%	10,0%	10,0%	,0%	100,0%
	MZ	n	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
		%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	PN	n	0	6	0	1	1	1	0	0	0	9
		%	,0%	66,7%	,0%	11,1%	11,1%	11,1%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	PR	n	0	7	0	0	1	0	0	1	0	9
		%	,0%	77,8%	,0%	,0%	11,1%	,0%	,0%	11,1%	,0%	100,0%
	SF	n	0	3	0	0	1	1	0	1	0	6
		%	,0%	50,0%	,0%	,0%	16,7%	16,7%	,0%	16,7%	,0%	100,0%
Total		n	1	52	7	3	9	6	2	4	1	85
		%	1,2%	61,2%	8,2%	3,5%	10,6%	7,1%	2,4%	4,7%	1,2%	100,0%

FONTE: A autora (2011)

Estes dados representam reflexos do próprio crescimento da RME no que se refere à Educação Infantil, exposto no Capítulo 1 e visualizado no GRÁFICO (p. 178), ou seja, esta queda gradual do índice de implantação dos CE dá-se pelo fato de que em 2004, 97,26% das unidades de Educação Infantil da PMC foram inseridas no processo de implantação, e a cada ano, de acordo com a abertura de novas unidades, constitui-se novos CE. Se cruzarmos estes dados com os do Gráfico, que

demonstra o crescimento da EI ano a ano, vislumbraremos similitudes com os resultados oriundos das políticas de ampliação do acesso desenvolvidas durante a gestão de Beto Richa – 2005-2010. Desta forma, confirma-se o exposto em questionário de sondagem descrito no Capítulo 2, onde a respondente afirma que sempre, a partir da inauguração de um novo CMEI, a equipe do EEI, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das ações relativas à gestão, realiza visita e orienta a equipe da unidade sobre como proceder para organizar o Conselho.

Cabe ainda salientar, que em primeiro momento, é passível de estranhamento o fato de uma unidade do NRE-CIC marcar o ano de 2000 como início deste colegiado, visto que todos os documentos produzidos pela mantenedora, bem como, o questionário de sondagem referido acima, indicam o ano de 2004 como o princípio da implantação. No entanto, cabe lembrar que o documento “Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, volume 2 – Educação Infantil” (2006) faz alusão à existência de Comissões de Pais na década de 1990 e destaca a instituição de APF a partir do ano de 1997. Desta forma, a informação apresentada pode ser indicativa de uma experiência de participação da comunidade educativa neste período.

Considerando os instrumentos para a democratização da gestão expostos em estudos de Paro (2007) e Mendonça (2001), como a constituição e funcionamento de órgãos colegiados, a descentralização, a autonomia, os mecanismos para o provimento do cargo do diretor e a participação, foi solicitado que as respondentes atribuíssem um grau de importância a cada um deles, conforme exposto nas Tabelas 2 (2A, 2B, 2C, 2D, 2E) – Grau de importância de alguns instrumentos que podem ser considerados no processo de democratização da gestão em unidades educacionais.

Analisando cada um desses instrumentos pode-se verificar que as respondentes atribuíram os maiores graus de importância, considerando-os como indispensáveis a este processo a implantação de Conselhos Escolares (61,9%) – Tabela 2A; seguido da ampliação das possibilidades de participação das famílias no interior das unidades (50,8%) – Tabela 2C e a descentralização dos recursos

financeiros com o gerenciamento realizado pela própria instituição na sua aplicação (46,8%) – Tabela 2E.

A implantação de Conselhos Escolares foi considerada pela maioria, 61,9%, como indispensável; 27%, como muito importante; e, 11,1%, como importante. Neste caso, pode-se afirmar que, o total de respondentes admite um determinado grau de importância para a organização de colegiados (Tabela 2A), não apresentando respostas que negassem a importância deste colegiado nos espaços de EI.

TABELAS 2 - GRAU DE IMPORTÂNCIA DE ALGUNS INSTRUMENTOS QUE PODEM SER CONSIDERADOS NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EM UNIDADES EDUCACIONAIS

TABELA 2A – IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS		
	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Nada importante	0	0,0
Dispensável	0	0,0
Importante	14	11,1
Muito importante	34	27,0
Indispensável	78	61,9
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

No entanto, mesmo tendo 100% dos respondentes que afirmam este grau de importância, 3,2% (o que equivale a 04 unidades) afirmam, como é possível visualizar na Tabela 3A (p. 99), que este existe formalmente e, 1,6% (02 unidades) que não existe CE nas instituições em que são dirigentes. Há que se considerar que tratam de índices baixos, mas que nos provocam a refletir a respeito, principalmente, da formalidade instituída.

Diante disso, pode-se vislumbrar duas hipóteses, a primeira é a de que apesar de reconhecer a sua importância, a forma com que são conduzidas as reuniões ou até mesmo, como reflexo das atribuições elencadas a este colegiado, há uma predominância das ações burocráticas, executando ações sem haver diálogo a respeito das mesmas, conferindo assim uma existência formal ao colegiado, ao desenvolver ações cartorárias, ou seja, reúne-se o CE para registro de

Atas por exigência da mantenedora. E a segunda, remete-se ao fato de reconhecimento do discurso que agrega importância a este órgão, porém na prática, não promover ações para sua efetivação, deixando-o sempre em segundo plano, ou também por não assumir uma postura contrária à democracia frente ao “discurso competente”.

Há que se destacar que, dentre os instrumentos elencados, o considerado menos importante, somando 27% dentre as alternativas nada importante e dispensável, refere-se à escolha de diretores por meio de eleição – Tabela 2B. Tal posição parece compreensível, uma vez que as diretoras respondentes do questionário foram indicadas para o cargo que ocupam e, quiçá, com a implantação de eleições diretas poderiam correr risco de perderem o cargo. É importante ressaltar que no âmbito da RME já se discute possibilidades de alterações no processo de provimento do cargo do diretor, principalmente sob o tencionamento de sindicatos, porém, até então, não há proposta efetiva de alterações. Inclusive, vislumbra-se em questão posterior, representada na Tabela 3B (p. 100), o posicionamento de algumas dirigentes assinalando a existência de discussões a este respeito.

No entanto, por um lado o instrumento de democratização da gestão foi o que apresentou maior percentual considerando-se as alternativas que foram atribuídas como de menor importância, por outro lado, um número consideravelmente alto, ou seja, 66.6% das respondentes atribuem algum grau de importância (Importante, Muito importante, Indispensável). Assim, visualiza-se uma grande variação nas respostas encontradas, sendo que 41,3% julga importante; 22,2%, dispensável; 19%, muito importante; 6,3% indispensável; e, 4,8%, nada importante. Cabe ressaltar que nesta alternativa 6,3% dos participantes não emitiram opiniões (Tabela 2B).

TABELA 2B – ELEIÇÃO DE DIRETORES

	N.º	%
Sem resposta	8	6,3
Nada importante	6	4,8
Dispensável	28	22,2
Importante	52	41,3
Muito importante	24	19,0
Indispensável	8	6,3
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

No que tange à ampliação das possibilidades de participação das famílias no interior das unidades, é conferido um alto grau de importância, ou seja, aparece como indispensável (50,8%) ao processo de democratização, sendo que dos demais, 37,3% avaliam como muito importante e 11,1% como importante. Apenas um respondente, o que corresponde a 0,8%, não assinalou algum grau de importância (Tabela 2C).

TABELA 2C – PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS

	N.º	%
Sem resposta	1	0,8
Nada importante	0	0,0
Dispensável	0	0,0
Importante	14	11,1
Muito importante	47	37,3
Indispensável	64	50,8
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Ainda que não seja instrumento exposto nos estudos dos autores anteriormente citados, foi acrescentada nesta questão, uma alternativa relacionada à realização de mutirões com a contribuição da comunidade em melhorias na infraestrutura da unidade. A opção por esta alternativa se dá pelo fato de que, de acordo com análise documental apresentada no Capítulo 2, na década de 1990 além da participação das famílias em festividades, eventos e reuniões, investia-se nesta prática. E, como reflexo deste período, visto que os documentos atuais não fazem menção à existência, 43,7% consideraram-na como muito importante, seguidos de

34,1% como importante e 18,3% como indispensável. Um percentual de 4% considerou como dispensável (Tabela 2D).

TABELA 2D – MUTIRÕES

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Nada importante	0	0,0
Dispensável	5	4,0
Importante	43	34,1
Muito importante	55	43,7
Indispensável	23	18,3
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

A descentralização dos recursos financeiros, conforme explicitada no Capítulo 2, é avaliada como indispensável com 46,8%, sendo que 35,7% a considera como muito importante e 12,7% como importante. Há um percentual de 4,8% (06 respondentes) que se abstiveram desta resposta (Tabela 2E).

TABELA 2E – DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA

	N.º	%
Sem resposta	6	4,8
Nada importante	0	0,0
Dispensável	0	0,0
Importante	16	12,7
Muito importante	45	35,7
Indispensável	59	46,8
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Cabe destacar, que na discussão anterior a respeito da formalidade atribuída ao Conselho em virtude de algumas de suas atribuições, somam-se as que se referem ao processo de prestação de contas realizado pela APF para a aprovação do colegiado. No entanto, por mais burocratizado que se torne considera-se um mal necessário, visto que, os Conselhos sejam eles quais forem (escolares, municipais, estaduais ou federais) são mecanismos de controle social, ou seja, espaços para

intervir nos mecanismos de controle do Estado, principalmente, com relação à aplicação dos recursos.

Ainda com relação a estes instrumentos foi questionada a existência ou não de cada um deles nas respectivas unidades, tendo as respostas transpostas para o conjunto de Tabelas 3 - Grau de implementação dos instrumentos considerados no processo de democratização da gestão nas instituições de Educação Infantil (3A, 3B, 3C, 3D, 3E). Assim sendo, 91,3% afirmaram que os Conselhos Escolares existem em atuação, 3,2% que existem formalmente, 2,4% que estão em processo de discussão, em 1,6% das unidades não existe e 1,6% não responderam (Tabela 3A).

TABELAS 3 - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS CONSIDERADOS NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

TABELA 3A – IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS		
	N.º	%
Não resposta	2	1,6
Não existe	2	1,6
Em processo de discussão	3	2,4
Existe, formalmente	4	3,2
Existe, em atuação	115	91,3
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Quanto à eleição de diretores 93,6% alegaram não existir, mas 3,2% admitem que se encontra em processo de discussão, apenas 2,4% responderam que existe em atuação e 0,8% não opinou (Tabela 3B). É estranho, de qualquer maneira, que 2,4% tenham afirmado haver eleições, pois tal procedimento não ocorre institucionalmente em toda a RME no que se refere à EI, ao contrário do que ocorre em todas as escolas municipais de Ensino Fundamental, desde o ano de 1993, regulamentado pela Lei Ordinária de Curitiba-PR, nº 8280 de 27 de outubro de 1993.

TABELA 3B – ELEIÇÃO DE DIRETORES

	N.º	%
Não resposta	1	0,8
Não existe	118	93,6
Em processo de discussão	4	3,2
Existe, formalmente	0	0,0
Existe, em atuação	3	2,4
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Em relação à ampliação das possibilidades de participação das famílias, 77,8% demonstram existir, em atuação, enquanto 12% destacam a existência formalmente, 6,3% afirmam que está em processo de discussão, 1,5% admitem que não exista e 2,4% não opinaram (Tabela 3C).

TABELA 3C – PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS

	N.º	%
Não resposta	3	2,4
Não existe	2	1,5
Em processo de discussão	8	6,3
Existe, formalmente	15	12
Existe, em atuação	98	77,8
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Já a respeito da realização de mutirões inclusive para providenciar melhorias na infraestrutura, 46% afirmam a existência, em atuação, 19,9% citam que existe formalmente, 22,2% alegam que estão em processo de discussão, 11,1% negam a existência e 0,8% abstém-se da resposta (Tabela 3D).

TABELA 3D – MUTIRÕES

	N.º	%
Não resposta	1	0,8
Não existe	14	11,1
Em processo de discussão	28	22,2
Existe, formalmente	25	19,9
Existe, em atuação	58	46
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

No que se refere às questões de participação da comunidade educativa é possível perceber, como exposto anteriormente, indícios que nos remetem à práticas constituídas ao longo da história da EI no município. Por mais que a SME por intermédio do EEI favoreça espaços de formação, documentos que subsidiam a prática e orientações a respeito da ampliação da participação por meio do envolvimento no desenvolvimento da proposta pedagógica, nos remetem à ideia de que a existência de mutirões justifica-se pelo fato de fazerem parte da cultura destas instituições.

Há que se investir na consolidação de momentos cada vez mais significativos para o exercício da participação comunitária. Propõe-se aqui uma simples reflexão: em quais situações, as pessoas que hoje tem seus filhos nos CMEI experimentaram a democracia, ou seja, tiveram a oportunidade de participar efetivamente e democraticamente no processo de tomada de decisões em diferentes espaços sociais?

Isto é, no senso comum a participação no processo de tomada de decisões, muitas vezes, está relacionada à presença física no espaço em que as reuniões acontecem, quiçá, à manifestação da opinião das pessoas por meio do voto, principalmente no que se refere à escolha de seus representantes, seja em grupos sociais ou políticos. Isto deriva da própria percepção que os indivíduos têm da sua possibilidade de participação na política do país, estado ou município, ou até mesmo, em instâncias mais próximas como em associações de bairros, escolas, etc., bem como, de nossa história enquanto um país democrático, tendo como

referência a década de 1980, quando após um longo período de Ditadura Militar esta forma de participação, por meio do voto, passa a ser democratizada.

Camargo (1997) destaca que a “democracia representativa” no Brasil, com a participação do povo na escolha dos governantes por meio do voto só foi efetivada na década de 1980, mais precisamente

(...) após 1982, com as primeiras eleições para governos estaduais; após 1985, com as primeiras eleições para prefeitos das capitais e cidades estratégicas e, após 1989, com a primeira eleição para presidente da República, depois de quase 30 anos de diferença da última (realizada em 1960). (CAMARGO, 1997, p.21)

A partir destes apontamentos percebe-se tratar da recente conquista de um direito, porém é muito importante salientar a necessidade de tomada de consciência social e política frente a isto.

E por fim, na questão sobre a descentralização dos recursos financeiros 91,3% admitem a existência, 2,4 citam que existe formalmente, 0,8% evidenciam que esteja em processo de discussão, 1,5% afirmam que não exista e 4% não respondem à questão (Tabela 3E). Aqui também é de se destacar esses 1,5% que afirmam não receber recursos do programa de descentralização, podem ser pensados a partir de duas hipóteses, é possível que sejam diretoras novas no cargo e que atuam em unidades que foram inauguradas recentemente, em 2010, pois as que são datadas de 2011 não foram contempladas na pesquisa, e que até o momento do preenchimento do questionário não haviam instituído a APPF, e desta forma, sem a associação auxiliar ficam desprovidas do recurso, ou ainda, há que se considerar a possibilidade de que tenham avaliado uma possível insuficiência de recursos, de maneira a nem considerá-los na resposta.

TABELA 3E – DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA

	N.º	%
Não resposta	5	4
Não existe	2	1,5
Em processo de discussão	1	0,8
Existe, formalmente	3	2,4
Existe, em atuação	115	91,3
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Outro aspecto a ser observado a partir do questionário diz respeito ao grau de participação dos diferentes segmentos que compõem o Conselho do CMEI. Nesta questão foi realizada a orientação de que não se levasse em consideração apenas a presença nas reuniões, mas também as interferências, sugestões e apontamentos realizados em todo o processo participativo. No entanto, ao listar os diferentes graus de participação, percebeu-se a necessidade em apontar uma alternativa para que fossem assinalados os casos em que os conselheiros apenas frequentam as reuniões. Assim, as alternativas a serem assinaladas de modo que se destacasse o grau de envolvimento dos conselheiros foram apresentadas em uma escala que inclui *não participação*, *frequenta as reuniões*, *participa votando*, *participa efetivamente* e apresentadas no conjunto de Tabelas 4 - Grau de participação de cada segmento do Conselho do CMEI (4A, 4B, 4C, 4D, 4E, 4F, 4G, 4H). Como esta é uma questão ampla e que remete a possíveis explicações, foi designado espaço para justificar as respostas, porém, na maioria dos questionários, foi desconsiderado ou utilizado para justificar a inexistência do pedagogo ou do professor na unidade.

Há que se destacar também que se trata do olhar do dirigente frente à participação de diferentes segmentos que compõem o Conselho, e que este ponto de vista pode, por vezes, interferir na forma com que percebe o grau atribuído a cada um. Os segmentos que foram destacados como mais atuantes, ou seja, que obtiveram os maiores percentuais na opção *participa efetivamente* foram direção (99,2%) e educadores (96%), sendo que no caso da direção 0,8% não assinalou a resposta e dos educadores temos ainda 0,8% que participa votando, 1,6% que frequentam as reuniões e 1,6% sem resposta (Tabela 4A e Tabela 4B).

TABELAS 4 – GRAU DE PARTICIPAÇÃO DE CADA SEGMENTO DO CONSELHO DO CMEI

TABELA 4A – PARTICIPAÇÃO DA DIRETORA NO CONSELHO ESCOLAR

	N.º	%
Sem resposta	1	0,8
Não participa	0	0,0
Frequenta as reuniões	0	0,0
Participa votando	0	0,0
Participa efetivamente	125	99,2
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

TABELA 4B – PARTICIPAÇÃO DO EDUCADOR NO CONSELHO ESCOLAR

	N.º	%
Sem resposta	2	1,6
Não participa	0	0,0
Frequenta as reuniões	2	1,6
Participa votando	1	0,8
Participa efetivamente	121	96,0
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Obtiveram participação significativa também, os segmentos de pedagogo (88,9%) e professores (83,3%), sendo que alguns (poucos) casos de não participação foram justificados pela falta deste profissional na unidade. O segmento de pedagogo obteve além dos 88,9% de participação efetiva, 1,6% que participam votando, 2,4% que frequentam as reuniões, 3,2 % que não participam e 4% sem resposta. Já no caso dos professores os percentuais são de 83,3% de participação efetiva, 6,3% dos que participam votando, 2,4% que frequentam as reuniões, 6,3% que não participam e 1,6% sem resposta (Tabelas 4C e 4D).

TABELA 4C – PARTICIPAÇÃO DO PEDAGOGO NO CONSELHO ESCOLAR

	N.º	%
Sem resposta	5	4,0
Não participa	4	3,2
Frequenta as reuniões	3	2,4
Participa votando	2	1,6
Participa efetivamente	112	88,9
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

TABELA 4D – PARTICIPAÇÃO DO PROFESSOR NO CONSELHO ESCOLAR

	N.º	%
Sem resposta	2	1,6
Não participa	8	6,3
Frequenta as reuniões	3	2,4
Participa votando	8	6,3
Participa efetivamente	105	83,3
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

A participação das famílias configurou-se da seguinte forma, 72,2% de participação efetiva, 11,1% de participação por meio de votação, 12,7% de frequência em reuniões e 4% sem resposta. Neste caso não houve percentual de não participação (Tabela 4E).

TABELA 4E – PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CONSELHO ESCOLAR

	N.º	%
Sem resposta	5	4,0
Não participa	0	0,0
Frequenta as reuniões	16	12,7
Participa votando	14	11,1
Participa efetivamente	91	72,2
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Quanto à participação da Associação de Pais e Funcionários (APF) obtivemos 70,6% na opção participa efetivamente, 5,6% em participa votando, 12,7% em frequenta as reuniões, 7,9% em não participa e 3,2 sem resposta (Tabela 4F).

TABELA 4F – PARTICIPAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E FUNCIONÁRIOS NO CONSELHO ESCOLAR

	N.º	%
Sem resposta	4	3,2
Não participa	10	7,9
Frequenta as reuniões	16	12,7
Participa votando	7	5,6
Participa efetivamente	89	70,6
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Assim como no caso das APF, pode-se notar uma variação na participação das Unidades de Saúde, porém com índices menores. Sendo que 38,9% participam efetivamente, 6,3% participam votando, 28,6% frequentam as reuniões, 21,4% não participam e 4,8% não responderam à questão (Tabela 4G).

TABELA 4G – PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE NO CONSELHO ESCOLAR

	N.º	%
Sem resposta	6	4,8
Não participa	27	21,4
Frequenta as reuniões	36	28,6
Participa votando	8	6,3
Participa efetivamente	49	38,9
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

O segmento que apresentou o menor índice de participação foi o das instituições comunitárias, com 73,8% de não participação, 13,5% que participam efetivamente, 6,3% que frequenta as reuniões e 6,3% que se abstiveram da resposta (Tabela 4H).

TABELA 4H – PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS NO CONSELHO ESCOLAR

	N.º	%
Sem resposta	8	6,3
Não participa	93	73,8
Frequenta as reuniões	8	6,3
Participa votando	0	0,0
Participa efetivamente	17	13,5
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

No entanto, este baixo índice de participação não deve ser caracterizado como desinteresse do segmento. Ao contrário, pode ser um indicativo da própria orientação realizada por parte da equipe central, ou seja, da SME, pois dentre os documentos analisados no Capítulo 2, três deles apresentam a composição do CE, entretanto, na “Proposta de Implantação de Conselho nos CMEI” (2004) a instituição comunitária não é citada; nos “Subsídios para a elaboração do Regimento do CMEI” (2005) este segmento é citado, mas com a observação “*quando houver*”; e, no “Manual do Conselho” (2012) há a referência, porém, constando ao lado “*quando houver interesse*”.

Diante destas considerações, sugere-se que há grande probabilidade de que a representatividade deste segmento é impossibilitada diante ao desconhecimento da prerrogativa de possibilidade de participação. Pois, se não o são informados os meios para tal, não haverá procura, aparentando o não interesse.

Destaca-se também, que foram atribuídos os maiores graus de participação aos segmentos que compõem representatividade dos profissionais da unidade educativa, seguido pelo das famílias, ou seja, no que tange à participação, parece que as pessoas que trabalham no CMEI ou que lá tem seus filhos, têm um grau efetivo de participação, o que pode ser considerado por um lado, um aspecto positivo para a democratização das relações no interior da instituição. Todavia, por outro lado, um aspecto negativo, pois a não participação de outros segmentos que fisicamente estão mais afastados do CMEI pode caracterizar a não democratização.

Desta forma, é importante salientar que os Conselhos Escolares foram constituídos com o intuito de ser espaço de participação política de todos os envolvidos neste processo, dando condições para que todos busquem objetivos comuns, a partir do diálogo com vistas ao consenso. Para que isto ocorra, Para

(2007) destaca que a “escola toda deve se tornar educadora”, oferecendo condições para que todos os representantes tenham as mesmas condições de: acesso seja com relação a horários de realização de reuniões ou na disponibilização de espaço para que aconteçam reuniões entre os diversos segmentos; troca entre seus pares; e efetiva participação.

Outra questão contemplada no questionário foi elaborada a partir do rol de atribuições constantes no documento elaborado pela SME que subsidia a elaboração do Regimento do CMEI, assim, cada respondente deveria analisar algumas das atribuições do Conselho do CMEI ali listadas. Nesta análise, cada alternativa foi avaliada de acordo com a sua prioridade no processo de desenvolvimento do trabalho do órgão colegiado em questão, obedecendo a uma escala de frequência (*sempre acontece, acontece com frequência, acontece, às vezes, nunca*). Para compor este instrumento de sondagem foram elencadas dez das quinze atribuições constantes no referido documento. Os resultados desta questão estão sintetizados nas Tabelas 5 - Avaliação em ordem de prioridade (maior e menor frequência de ocorrência) das atribuições do Conselho do CMEI (5A, 5B, 5C, 5D, 5E, 5F, 5G, 5H, 5I, 5J).

Das atribuições destacadas, três obtiveram índices maiores que 80% na opção sempre acontece, podendo-se, desta forma, afirmar que, na avaliação das diretoras, são priorizadas nas ações do colegiado. Estas dizem respeito a “aprovar a prestação de contas e emitir parecer, registrando-o em livro ata próprio” (88,1%), “participar da análise de solicitações de matrículas, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal da Educação” (86,5%), “definir e acompanhar, em conjunto com a APF, o plano de aplicação de recursos financeiros, priorizando a aquisição de materiais pedagógicos e brinquedos” (81,7%).

E as que obtiveram menores índices de ocorrência, ou seja, que prevalece a alternativa nunca acontece, apesar de ser um percentual baixo, dizem respeito a “participar da elaboração, reelaboração, execução e avaliação da Proposta Pedagógica e do Regimento do Centro Municipal de Educação Infantil” (5,6%) e “estabelecer critérios para a participação dos profissionais em cursos e/ou outros eventos que visam à atualização e ao aperfeiçoamento, atendendo diretrizes da SME” (4%).

Registre-se que aparentemente as questões afetas aos recursos financeiros e ao acesso à escola contam com maior preocupação dos conselhos, e as questões de natureza mais pedagógica ficam relegadas a um plano de menor importância. Estas informações corroboram com a hipótese discutida anteriormente sobre o fato de o CE priorizar ações burocráticas em sua prática, e conseqüentemente, tornar-se uma espécie de cartório dentro da instituição educativa, inviabilizando os preceitos da GD.

Ou ainda, como afirma Paro (2008)

uma das maiores dificuldades encontradas pelos conselhos escolares para promoverem a democratização da escola tem sido precisamente o fato de que, por mais deliberativo que seja, ele nunca é diretivo, cabendo essa incumbência ao diretor escolar que, como responsável último pela instituição, vê-se obrigado a atender, em primeiro lugar, aos interesses do Estado. (Paro, 2008, p. 24).

Para fins de conhecimento e posterior análise serão destacados a seguir os índices de cada uma das atribuições, conforme ordem apresentada no questionário.

A primeira atribuição apresentada refere-se a “participar da elaboração, reelaboração, execução e avaliação da Proposta Pedagógica e do Regimento do Centro Municipal de Educação Infantil”, obtendo os seguintes percentuais: 26,2% afirmam que sempre acontece, 17,5% que acontece com frequência, 34,1% que acontece, 11,1% que às vezes ocorre, 5,6% que nunca acontece e 5,6% deixaram sem resposta (Tabela 5A) .

TABELAS 5 – AVALIAÇÃO EM ORDEM DE PRIORIDADE (MAIOR E MENOR FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA) DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DO CMEI

TABELA 5A - PARTICIPAR DA ELABORAÇÃO, REELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA E DO REGIMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

	N.º	%
Sem resposta	7	5,6
Nunca	7	5,6
Às vezes	14	11,1
Acontece	43	34,1
Acontece com frequência	22	17,5
Sempre acontece	33	26,2
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

A segunda diz respeito a “participar do processo de construção do Plano de Ação, acompanhando e avaliando sua execução”, sendo que 50% alegam que sempre acontece, 26,2% que acontece com frequência e 23,8% que acontece (Tabela 5B).

TABELA 5B – PARTICIPAR DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO, ACOMPANHANDO E AVALIANDO SUA EXECUÇÃO

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Nunca	0	0,0
Às vezes	0	0,0
Acontece	30	23,8
Acontece com frequência	33	26,2
Sempre acontece	63	50,0
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

A terceira remete-se a “participar da análise de solicitações de matrículas, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal da Educação”, tendo 86,5% de respondentes que admitem que sempre acontece, 7,1% que acontece com frequência, 5,6% que acontece e 0,8% que às vezes acontece (Tabela 5C).

TABELA 5C – PARTICIPAR DA ANÁLISE DE SOLICITAÇÕES DE MATRÍCULAS, EM CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Nunca	0	0,0
Às vezes	1	0,8
Acontece	7	5,6
Acontece com frequência	9	7,1
Sempre acontece	109	86,5
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

A quarta diz respeito a “acompanhar a organização do CMEI, para que sejam mantidos a qualidade de atendimento, a prevenção de acidentes e o bem-estar das crianças”, sendo que 51,6% afirmam que sempre acontece, 30,2% que acontece com frequência, 16,7% que acontece e 1,6% que às vezes (Tabela 5D).

TABELA 5D – ACOMPANHAR A ORGANIZAÇÃO DO CMEI, PARA QUE SEJAM MANTIDOS A QUALIDADE DE ATENDIMENTO, A PREVENÇÃO DE ACIDENTES E O BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Nunca	0	0,0
Às vezes	2	1,6
Acontece	21	16,7
Acontece com frequência	38	30,2
Sempre acontece	65	51,6
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

A quinta atribuição remete-se a “participar da elaboração do calendário e acompanhar o seu desenvolvimento”, obtendo o percentual de 76,2% de respondentes que alegam que sempre acontece, 11,1% que acontece com frequência, 11,9% que acontece e 0,8% que às vezes acontece (Tabela 5E).

TABELA 5E – PARTICIPAR DA ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO E ACOMPANHAR O SEU DESENVOLVIMENTO

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Nunca	0	0,0
Às vezes	1	0,8
Acontece	15	11,9
Acontece com frequência	14	11,1
Sempre acontece	96	76,2
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

A sexta refere-se a “promover e incentivar o processo de integração entre CMEI, família e comunidade”, tendo 57,1% que consideram que sempre acontece, 21,4% que acontece com frequência, 20,6% que acontece e 0,8% que às vezes (Tabela 5F).

TABELA 5F – PROMOVER E INCENTIVAR O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE CMEI, FAMÍLIA E COMUNIDADE

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Nunca	0	0,0
Às vezes	1	0,8
Acontece	26	20,6
Acontece com frequência	27	21,4
Sempre acontece	72	57,1
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

A sétima evidencia a participação no plano de aplicação financeira, tendo em seu texto, “definir e acompanhar, em conjunto com a APF, o plano de aplicação de recursos financeiros, priorizando a aquisição de materiais pedagógicos e brinquedos”, sendo que 81,7% admitem que sempre acontece, 13,5% que acontece com frequência, 2,4% que acontece, 0,8% que nunca acontece e 1,6% que não responderam à questão (Tabela 5G).

TABELA 5G – DEFINIR E ACOMPANHAR, EM CONJUNTO COM A APF, O PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, PRIORIZANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E BRINQUEDOS

	n	%
Sem resposta	2	1,6
Nunca	1	0,8
Às vezes	0	0,0
Acontece	3	2,4
Acontece com frequência	17	13,5
Sempre acontece	103	81,7
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

A oitava também diz respeito aos recursos financeiros, apresentando o seguinte texto, “aprovar a prestação de contas e emitir parecer, registrando-o em livro ata próprio”, com 88,1% de respondentes que alegam que sempre acontece, 7,9% que acontece com frequência, 1,6% que acontece, 1,6% que nunca acontece e 0,8% que deixou de responder (Tabela 5H).

TABELA 5H – APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS E EMITIR PARECER, REGISTRANDO-O EM LIVRO ATA PRÓPRIO

	N.º	%
Sem resposta	1	0,8
Nunca	2	1,6
Às vezes	0	0,0
Acontece	2	1,6
Acontece com frequência	10	7,9
Sempre acontece	111	88,1
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

A nona refere-se a “desenvolver ações que orientem os pais na educação das crianças, na prevenção de violência contra elas e na garantia de seus direitos fundamentais”, obtendo percentuais que correspondem a 29,4% que afirmam que sempre acontece, 38,1% que acontece com frequência, 28,6% que acontece, 3,2% que às vezes e 0,8% que deixou a alternativa sem resposta (Tabela 5I).

TABELA 5I – DESENVOLVER AÇÕES QUE ORIENTEM OS PAIS NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS, NA PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA ELAS E NA GARANTIA DE SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS

	N.º	%
Sem resposta	1	0,8
Nunca	0	0,0
Às vezes	4	3,2
Acontece	36	28,6
Acontece com frequência	48	38,1
Sempre acontece	37	29,4
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

E a décima atribuição remete-se a “estabelecer critérios para a participação dos profissionais em cursos e/ou outros eventos que visam à atualização e ao aperfeiçoamento, atendendo diretrizes da SME”, tendo 47,6% que consideram que sempre acontecem, 19% que acontece com frequência, 21,4% que acontece, 7,9% que às vezes e 4% que nunca acontece (Tabela 5J).

TABELA 5J – ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM CURSOS E/OU OUTROS EVENTOS QUE VISAM À ATUALIZAÇÃO E AO APERFEIÇOAMENTO, ATENDENDO DIRETRIZES DA SME

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Nunca	5	4,0
Às vezes	10	7,9
Acontece	27	21,4
Acontece com frequência	24	19,0
Sempre acontece	60	47,6
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Este critério remete à necessidade de decidir em situações em que a mantenedora oferta determinados cursos, com número restrito de vagas, a quem será destinada a possibilidade de participação em atendimento aos critérios previamente estabelecidos, bem como, em analisar pedidos de profissionais da instituição para participação em eventos externos, que possuam similitudes para com a prática docente, mediante posterior encaminhamento à SME para os trâmites cabíveis, inclusive quando trata-se de saída do funcionário do município.

Outra questão apresentada no questionário busca evidências quanto à possível participação das crianças da Educação Infantil no processo de tomada de decisões. As alternativas foram formuladas em forma de afirmações para que fossem assinaladas as alternativas que mais condiziam com a realidade, visto que, há relato de experiência de um CMEI, realizado no 3º Seminário de Educação Infantil de Curitiba, no ano de 2010, que remete ao envolvimento das crianças no processo de tomada de decisões. As percepções por parte das diretoras de CMEI estão registradas no conjunto de Tabelas 6 - Participação das crianças no processo de tomada de decisões (6A, 6B, 6C, 6D), levando-se em consideração que, ao assinalar a frase afirmativa como verdadeira, na tabulação foi registrado como SIM, e na ausência de marcações, o registro foi na coluna do NÃO.

Na afirmativa de que as crianças participam em assembleias, reuniões ou conselhos mirins, 80,2% dos respondentes negaram alguma destas formas de participação, 19%, o que representa 24 unidades, afirmaram a participação das crianças e 0,8% deixou a alternativa sem resposta (Tabela 6A).

TABELAS 6 – PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES

TABELA 6A – AS CRIANÇAS PARTICIPAM EM ASSEMBLEIAS, REUNIÕES OU CONSELHOS MIRINS

	N.º	%
Sem resposta	1	0,8
Sim	24	19,0
Não	101	80,2
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Percebe-se que a participação das crianças, na faixa etária da EI, em momentos de tomada de decisões ainda é um elemento pouco explorado em pesquisas na área de políticas educacionais, conforme exposto no texto introdutório quando realizada a revisão de literatura. Porém, destaque é dado aos estudos de Isaia (2007) que reforça as possibilidades de descentralização do poder dos adultos que trabalham na instituição a partir da participação das crianças (ISAIA, 2007).

No entanto, dentre as respondentes, 4,8% alegaram, em outra alternativa, que as crianças não participam deste espaço, pois na faixa etária em questão possuem uma capacidade argumentativa não condizente às discussões realizadas, desconsiderando assim, qualquer forma de participação com envolvimento das crianças (Tabela 6B).

TABELA 6B – AS CRIANÇAS NÃO PARTICIPAM DESTES ESPAÇO, POIS NA FAIXA ETÁRIA EM QUESTÃO POSSUEM UMA CAPACIDADE ARGUMENTATIVA NÃO CONDIZENTE ÀS DISCUSSÕES REALIZADAS

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Sim	6	4,8
Não	120	95,2
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Diante disso, Paro (2008) apresenta contribuição significativa no sentido de possibilitar a participação das crianças, exigindo para que isto ocorra, a mediação do profissional, no caso aqui tratado, de Educação Infantil. O autor pondera que,

quando se trata da medida da participação, é preciso um cuidado maior para não se cair nem na restrição desmedida, sob o pretexto de que as

crianças não sabem o que querem, nem no mero espontaneísmo, sob a alegação de que não se deve inibir nenhum desejo das crianças. No primeiro caso nega-se a subjetividade do educando, no segundo se o abandona à própria sorte. O que precisa ponderar é que, se, por um lado, a autonomia não pode ser outorgada, mas se desenvolve com a participação do próprio educando, por outro lado, ela não nasce do nada, exige a mediação do educador. (PARO, 2008, p. 32).

Em consonância com o autor, reitera-se a importância em oportunizar espaços para as crianças exercerem sua participação em momentos de tomadas de decisões acerca de assuntos que lhes competem, sendo que a forma a ser utilizada para tal vai depender do conhecimento do grupo, das interações que se estabelecem entre as crianças e entre as crianças e os adultos e da percepção das potencialidades das próprias crianças.

Ainda, em relação à temática em questão, um percentual de 49,2% afirma que as crianças se fazem presentes por meio da participação das famílias no processo de tomada de decisões (Tabela 6C).

TABELA 6C – AS CRIANÇAS ESTÃO PRESENTES POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES

	N.º	%
Sem resposta	1	0,8
Sim	62	49,2
Não	63	50,0
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

E 43,7% percebem a participação das crianças por meio do discurso dos profissionais que desenvolvem o trabalho pedagógico diretamente com elas (Tabela 6D).

TABELA 6D – AS CRIANÇAS ESTÃO PRESENTES NO DISCURSO DOS PROFISSIONAIS QUE DESENVOLVEM O TRABALHO PEDAGÓGICO DIRETAMENTE COM ELAS

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Sim	55	43,7
Não	71	56,3
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Considerando-se este percentual de quase 50% de respondentes que afirmam haver representatividade das crianças por intermédio das famílias, buscou-se confrontar estes dados com os anteriormente abordados que retratam a efetividade da participação do segmento das famílias, como é exposto a seguir, a partir da leitura dos dados apresentados na Tabela 7.

TABELA 7 – PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CE X AS CRIANÇAS SÃO REPRESENTADAS POR SUAS FAMÍLIAS

		As crianças são representadas por suas famílias			Total
		Sem resposta	Sim	Não	
Famílias no CE	n	0	3	2	5
	%	,0%	60,0%	40,0%	100,0%
	Frequenta as reuniões	n	5	11	16
		%	31,3%	68,8%	100,0%
	Participa votando	n	5	9	14
		%	35,7%	64,3%	100,0%
	Participa efetivamente	n	49	41	91
		%	53,8%	45,1%	100,0%
	Total	n	62	63	126
		%	49,2%	50,0%	100,0%

FONTE: A autora (2011)

Assim, observando os dados da Tabela 4E (página 105) em que 72,2%, o que equivale a 91 respondentes, consideram que as famílias participam efetivamente do CE, destes 53,8%, ou seja, 49 alegam que este segmento representa também aos interesses das crianças, e, 45,1% (41) não consideraram este aspecto.

Dos 11,1% que responderam na Tabela 4E que as famílias participam apenas votando, 35,7% afirmam que há a preocupação com a representatividade das crianças ao emitirem uma opinião por meio de votação.

E, dos 12,7% (Tabela 4E) que afirmam que a participação das famílias resume-se à sua frequência nas reuniões, 31,3% alegam haver a representatividade das crianças por intermédio das famílias. Entretanto, é possível pressupor que, se as famílias apenas se fazem presentes, não estão representando nem o seu segmento, quiçá, o das crianças.

Foi investigada também a frequência com que ocorrem as reuniões ordinárias do Conselho, aquelas previamente definidas em calendário, sendo que os documentos analisados indicam a necessidade de acontecerem, no mínimo, quatro ao ano. A maioria (61,1%) afirma acontecer pelo menos uma vez a cada mês, seguidos dos 28,6% que realizam pelo menos uma vez a cada dois meses. Ainda

encontramos alguns (7,9%) que realizam suas reuniões pelo menos uma vez a cada três meses e 0,8% que realiza uma vez a cada ano, 1,6% dos respondentes não assinalaram as opções apresentadas e tão pouco marcaram uma frequência diferenciada (Tabela 8).

TABELA 8 – FREQUÊNCIA COM QUE OCORREM AS REUNIÕES DO CONSELHO

	N.º	%
Sem resposta	2	1,6
Pelo menos uma vez a cada mês	77	61,1
Pelo menos uma vez a cada dois meses	36	28,6
Pelo menos uma vez a cada três meses	10	7,9
Pelo menos uma vez a cada seis meses	0	0,0
Pelo menos uma vez a cada ano	1	0,8
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

A leitura dos dados sugere que são conselhos efetivamente atuantes. É certo que a prática democrática depende grandemente das formas de participação, o que não pode ser verificado pelo questionário em tela.

Neste sentido, Lima (2003) aponta que a participação, foi “conquistada como princípio e consagrada enquanto direito” (LIMA, 2003, p. 71), assim, do ponto de vista de entendê-la enquanto direito, há que se salientar a necessidade da consolidação de espaços de participação na sociedade em geral, em que seja percebida enquanto uma “prática normal”, utilizando-se da expressão de Lima (2003), espaços estes em que os sujeitos sintam-se à vontade para dialogarem acerca de diferentes assuntos com o intuito de estabelecer-se um consenso possível. Ainda que não haja o consenso, o fato de ouvir diferentes pontos de vista, bem como, as argumentações deles decorrentes, já pode ser considerado um grande passo para o exercício da democracia, pois como destacado anteriormente, a prática democrática pressupõe diálogo.

Com o objetivo de observar as condições oferecidas pela unidade de Educação Infantil para que os conselheiros consigam exercer o princípio da representatividade, foi solicitado que os respondentes assinalassem a/as alternativa/as condizentes com sua realidade, sendo que obtivemos os seguintes percentuais (Tabelas 9): 96% apresentam aviso de reunião do Conselho com 48

horas de antecedência (Tabela 9A); 82,5% disponibilizam pauta da reunião antecipadamente (Tabela 9B); 51,6% disponibilizam espaço físico para que cada representante do Conselho possa reunir seus pares - segmento (Tabela 9C) ; 23% implantaram caixa de sugestões em suas unidades para que as famílias possam opinar a respeito de diversos assuntos (Tabela 9D); e 12,7% abordam as famílias no portão da unidade para ouvir opiniões (Tabela 9E). Nesta questão, todas as alternativas apresentaram 0,8% de abstenção.

Na leitura destes dados, há que se considerar que, com exceção da caixa de sugestões e da abordagem no portão da unidade, as demais ações demandam de orientações advindas da SME por meio dos documentos produzidos e dos momentos de formação continuada destinados aos conselheiros.

TABELAS 9 – CONDIÇÕES OFERECIDAS PELA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL AOS SEGMENTOS PARA EFETIVAR O PRINCÍPIO DA REPRESENTATIVIDADE

TABELA 9A – AVISO DE REUNIÃO DO CONSELHO COM 48 HORAS DE ANTECEDÊNCIA

	N.º	%
Sem resposta	1	0,8
Sim	121	96,0
Não	4	3,2
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

TABELA 9B – DISPONIBILIZAÇÃO DA PAUTA ANTECIPADAMENTE

	N.º	%
Sem resposta	1	0,8
Sim	104	82,5
Não	21	16,7
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

TABELA 9C – DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA QUE CADA REPRESENTANTE POSSA REUNIR SEUS PARES

	N.º	%
Sem resposta	1	0,8
Sim	65	51,6
Não	60	47,6
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

TABELA 9D – IMPLANTAÇÃO DE CAIXA DE SUGESTÕES PARA QUE AS FAMÍLIAS POSSAM OPINAR A RESPEITO DE DIVERSOS ASSUNTOS

	N.º	%
Sem resposta	1	0,8
Sim	29	23,0
Não	96	76,2
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

TABELA 9E – O REPRESENTANTE ABORDA AS FAMÍLIAS NO PORTÃO DA UNIDADE PARA OUVIR AS OPINIÕES

	n	%
Sem resposta	1	0,8
Sim	16	12,7
Não	109	86,5
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Contrapondo estes dados com os que apontam o índice de participação das famílias na Tabela 10 (p.121), percebe-se que dos 51,6% que alegaram a existência da disponibilização de espaço físico para que os representantes realizem reuniões com seus pares (Tabela 9C), 81,5% demonstraram haver uma participação efetiva do segmento em questão, 7,7% afirmam que a participação ocorre por meio de votação e 6,2% que apenas frequentam as reuniões do CE.

Dos 47,6% que afirmam não haver a disponibilização de espaço físico por parte do CMEI (Tabela 9C), 20% apontam que a participação das famílias ocorre em forma de frequência nas reuniões, 15% de participação por meio de votação e 63,3% que alegam que a participação das famílias seja efetiva. No entanto, mesmo diante de um percentual de 63,3% de participação efetiva, há que se ressaltar a importância dos diferentes segmentos poderem contar com espaços para realizarem reuniões e dialogarem entre seus pares, exercendo assim o princípio democrático, bem como, sua representatividade.

TABELA 10 – DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO X PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CE

		Famílias no CE				
		Não participa	Frequenta as reuniões	Participa votando	Participa efetivamente	Total
Disponibilização de espaço físico aos segmentos	n	1	0	0	0	1
	%	100,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	Sim n	3	4	5	53	65
	%	4,6%	6,2%	7,7%	81,5%	100,0%
	Não n	1	12	9	38	60
	%	1,7%	20,0%	15,0%	63,3%	100,0%
Total	n	5	16	14	91	126
	%	4,0%	12,7%	11,1%	72,2%	100,0%

FONTE: A autora (2011)

Diante de tal aspecto cabe pontuar destaques realizados em estudos de Paro (2008), ao tratar da participação em mecanismos coletivos, à necessidade de oferecimento de tempo, ao que diz respeito à adequação dos horários para possibilitar uma maior participação, e espaço para a realização de reuniões no âmbito da própria unidade, além de considerar que se faz necessário desenvolver “iniciativas que possibilitem conscientizar os educadores escolares a respeito da importância de uma melhor acolhida e compreensão dos pais ou responsáveis que concorram para minimizar” o constrangimento causado por utilização de termos pedagógicos, colocando-os em “desvantagem nas discussões do conselho de escola e outras” (PARO, 2008, p. 34).

Com relação a esta última consideração, há que se retomar a discussão proposta anteriormente a respeito da tecnificação dos discursos e as concepções equivocadas que se tem a respeito da necessidade de subsidiar teoricamente com relação às teorias pedagógicas todos os conselheiros para que a partir daí possam participar do processo de tomada de decisões no espaço educacional. A grande questão a ser destacada é a de que diferentes olhares podem representar avanços significativos para a educação das crianças.

Como é exposto por uma das dirigentes de CMEI, quando em uma questão aberta foi solicitado que realizasse uma avaliação com relação à implantação do Conselho e sua relação com a prática da gestão, surgiu a consideração de que “muitos avanços em relação à participação das famílias e das crianças já foram

alcançados, porém ainda são necessários investimentos para que a participação destes segmentos se torne mais efetiva e que consigam além de participar, dar ideias e sugestões” (Questionário n.º 04 – Diretora de CMEI).

Neste sentido, o que Paro (2008) propõe é uma inversão da situação que comumente se afirma no interior das relações que permeiam o espaço escolar, ou seja, a comunidade local, mais especificamente, os familiares, não precisam passar por formação específica para compreenderem o conteúdo a ser discutido em reuniões, mas sim, os profissionais de educação precisam utilizar-se de vocabulário apropriado que possibilitem o diálogo entre as diferentes instâncias, ampliando substancialmente o teor das interferências a serem pontuadas.

Ainda ao que tange este aspecto, confrontou-se também os dados de disponibilização de espaço físico aos segmentos com os da participação da US no CE (Tabela 11), sendo que, dos que responderam que há esta disponibilização 24,6% não participa das reuniões, 26,2% frequentam as reuniões, 7,7% participam votando e 36,9% participam efetivamente. Em contrapartida, dos que não contam com a disponibilização de espaço físico para reuniões, 18,3% não participam, 31,7% frequentam as reuniões do CE, 5,0% participam votando e 41,7% participam efetivamente.

No entanto, com relação a este segmento não há como afirmar que a disponibilização ou não de espaço físico seja suficiente para favorecer a participação considerando-se o fato de que seus pares encontram-se em outro espaço, o da Unidade de Saúde.

TABELA 11 – DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO X PARTICIPAÇÃO DA US NO CE

		US no CE						
		Sem resposta	Não participa	Frequenta as reuniões	Participa votando	Participa efetiva- mente	Total	
Disponibilização de espaço físico aos segmentos	n	1	0	0	0	0	1	
	%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
	Sim	n	3	16	17	5	24	65
	%	4,6%	24,6%	26,2%	7,7%	36,9%	100,0%	
	Não	n	2	11	19	3	25	60
	%	3,3%	18,3%	31,7%	5,0%	41,7%	100,0%	
Total		n	6	27	36	8	49	126
		%	4,8%	21,4%	28,6%	6,3%	38,9%	100,0%

FONTE: A autora (2011)

Com a finalidade de obter dados que subsidiassem uma análise da maioria das ações desenvolvidas atualmente pelo Conselho do CMEI, foi solicitado que fossem analisadas algumas formas de atuação, definindo para tal um grau de frequência da ocorrência de cada uma delas, o que resultou no conjunto de Tabelas 12 – Avaliação da maioria das ações desenvolvidas atualmente pelo Conselho (12A, 12B, 12C, 12D).

Pode-se constatar que no conjunto das respostas, as ações que acontecem com maior frequência são as que envolvem a definição da aplicação de recursos e prestação de contas, perfazendo 84,9%, como é possível visualizar na Tabela 12A e a participação no processo de matrículas, com 81,7%, demonstrada na Tabela 12B, conforme evidenciado anteriormente e mais adiante. Ou seja, são duas atribuições que demandam certo cuidado no trato e definição das demandas a serem contempladas, ou seja, no primeiro caso, que envolve recursos financeiros, há que se definir dentre todas as necessidades físicas e materiais da instituição um Plano de Aplicação de Recursos capaz de suprir e manter por três meses condições para a efetivação do trabalho pedagógico e, posteriormente, acompanhar e aprovar a prestação de contas da utilização do recurso financeiro. No segundo caso, do processo de matrículas, após o preenchimento do cadastro virtual (Sistema de Cadastro), o Conselho do CMEI organiza uma comissão para realização de visitas domiciliares para coleta de dados complementares, após as visitas, em reunião para este fim, analisa-se caso a caso e com base nos critérios, já elencados anteriormente, é realizada a priorização de vagas com registro em livro ata das crianças a serem matriculadas em cada uma das turmas de EI. Percebe-se também, a partir da fala de uma das dirigentes a busca, no CE, de uma forma de respaldar-se diante destas duas atribuições quando afirma que “o Conselho de CMEI veio para nos fortalecer, ajudar e amparar em certas tomadas de decisões do nosso cotidiano, principalmente na seleção das crianças que ingressarão no CMEI e na realização do Plano de Ação e Plano de Aplicação da Verba da Descentralização” (Questionário n.º 10 – Diretora de CMEI).

TABELAS 12 – AVALIAÇÃO DA MAIORIA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS ATUALMENTE PELO CONSELHO

TABELA 12A – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

	N.º	%
Sem resposta	2	1,6
Nunca	1	0,8
Às vezes	0	0,0
Acontece	2	1,6
Acontece com frequência	14	11,1
Sempre acontece	107	84,9
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

TABELA 12B – PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE MATRÍCULA DAS CRIANÇAS

	N.º	%
Sem resposta	2	1,6
Nunca	0	0,0
Às vezes	1	,8
Acontece	7	5,6
Acontece com frequência	13	10,3
Sempre acontece	103	81,7
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

As ações do Conselho relativas à organização de festas, eventos e atividades de integração das famílias com a unidade apresentam 57,9% de respostas que consideram que sempre acontece, 19,8% que acontece com frequência, 16,7% que acontece, 3,2% que às vezes acontece e 2,4% que deixaram de responder (Tabela 12C).

TABELA 12C – ORGANIZAÇÃO DE FESTAS, EVENTOS E ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM A UNIDADE

	N.º	%
Sem resposta	3	2,4
Nunca	0	0,0
Às vezes	4	3,2
Acontece	21	16,7
Acontece com frequência	25	19,8
Sempre acontece	73	57,9
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Relacionando estes dados com alguns dos já apresentados anteriormente baseados nas atribuições do CE, pode-se observar que dos que afirmam que a integração com as famílias sempre acontece, 70,8% também alegaram que dentre as ações desenvolvidas, uma que sempre acontece refere-se à organização de festas, eventos e atividades de integração das famílias com a unidade, seguidos de 16,7% que afirmam acontecer com frequência e, 9,7% que confirmam que acontecem (Tabela 13, p. 126).

Isto faz-nos questionar sobre as estratégias utilizadas para promover a integração entre família e instituição, estratégias estas que permitam o envolvimento das famílias na Proposta Pedagógica da unidade. Ou ainda, como bem exemplifica Paro (2008) ao defender a “participação presencial dos usuários”, sendo que um dos elementos primordiais diz respeito à percepção dos profissionais a respeito “da importância da participação dos pais na vida escolar de seus filhos”, outro aspecto que merece destaque refere-se à organização de espaços para estudo e debate, onde há a possibilidade de discutir a respeito de questões específicas sobre a escola, ou seja, “se familiarizar com as ações educativas da escola”, e ainda, a abertura do espaço escolar, em horários alternativos, para que a comunidade usufrua deste espaço, com a finalidade de modificar a visão que se tem da escola, permitindo “vê-la como algo desejável” (PARO, 2008, p. 34).

Assim como apontado pelo referido autor acerca da importância de momentos destinados a estudo e debate sobre diversos temas referentes à educação, ao que diz respeito às ações do CE o questionário nos permite visualizar que um percentual de 7,9% alegou que a prática sempre acontece, 27,8% afirmam acontecer com frequência, 32,5% que acontece, 26,2% que às vezes acontece, 2,4% que nunca ocorre e 3,2% não responderam (Tabela 12D).

TABELA 12D – REALIZAÇÃO DE ESTUDO E DEBATE SOBRE DIVERSOS TEMAS REFERENTES À EDUCAÇÃO

	N.º	%
Sem resposta	4	3,2
Nunca	3	2,4
Às vezes	33	26,2
Acontece	41	32,5
Acontece com frequência	35	27,8
Sempre acontece	10	7,9
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

TABELA 13 – INTEGRAÇÃO COM AS FAMÍLIAS (ATRIBUIÇÃO) X ORGANIZAÇÃO DE FESTAS, EVENTOS E ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO (AÇÃO)

			Organização de festas, etc					
			Às vezes	Acontece	Acontece com frequência	Sempre acontece	Total	
Integração com famílias	Às vezes	n	0	0	0	1	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	100,0%
	Acontece	n	1	3	11	4	7	26
		%	3,8%	11,5%	42,3%	15,4%	26,9%	100,0%
	Acontece com frequência	n	1	0	3	8	15	27
		%	3,7%	,0%	11,1%	29,6%	55,6%	100,0%
	Sempre acontece	n	1	1	7	12	51	72
		%	1,4%	1,4%	9,7%	16,7%	70,8%	100,0%
Total	n	3	4	21	25	73	126	
	%	2,4%	3,2%	16,7%	19,8%	57,9%	100,0%	

FONTE: A autora (2011)

Os dados acima expostos, relacionados com os que dizem respeito a uma das atribuições do colegiado que estabelece o desenvolvimento de ações a fim de orientar os pais na educação das crianças, na prevenção de violência e na garantia de seus direitos, são apresentados na tabela abaixo (Tabela 14) e nos demonstram que, dos 29,4% de respondentes que afirmam que esta atribuição sempre acontece (Tabela 5I, p. 113), 13,5% alegam também sempre promoverem momentos para estudos e debates, seguidos de 40,5% que afirmam acontecerem com frequência estes estudos, 32,4% que dizem acontecer e 10,8% que confirmam que às vezes acontece.

No entanto, dentre os 38,1% que confirmaram que a orientação aos pais acontece com frequência, 4,2% afirmam que os momentos para estudo nunca

acontecem (Tabela 14). Mesmo sendo um índice baixo vale ressaltar por representar uma contradição, devido ao fato de que a atribuição em questão está atrelada a situações que demandam estudos, debates e discussões a respeito das temáticas a serem abordadas.

TABELA 14 – ORIENTAÇÃO DOS PAIS SOBRE A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS (ATRIBUIÇÃO) X REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E DEBATES (AÇÃO)

		Realização de estudos e debates						Total
		Nunca		Às vezes	Acontece	Acontece com frequência	Sempre acontece	
Orientação dos pais		n	0	0	1	0	0	1
		%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	100,0%
	Às vezes	n	0	0	3	1	0	4
		%	,0%	,0%	75,0%	25,0%	,0%	100,0%
	Acontece	n	1	1	15	16	2	36
		%	2,8%	2,8%	41,7%	44,4%	5,6%	100,0%
	Acontece com frequência	n	2	2	10	12	18	48
		%	4,2%	4,2%	20,8%	25,0%	37,5%	100,0%
	Sempre acontece	n	1	0	4	12	15	37
		%	2,7%	,0%	10,8%	32,4%	40,5%	100,0%
Total		n	4	3	33	41	35	126
		%	3,2%	2,4%	26,2%	32,5%	27,8%	100,0%

FONTE: A autora (2011)

Quanto à definição da aplicação de recursos financeiros, prestação de contas e plano de aplicação de recursos, a maioria (84,9%) dos respondentes evidenciou que sempre acontece, 11,1% que acontece com frequência, 1,6% que acontece, 0,8% que nunca acontece e 1,6% deixaram sem resposta (Tabela 12A, p. 124). Sendo que a unidade que assinalou a alternativa *nunca acontece*, também a fez quando avaliou a frequência com que as atribuições do CE são exercidas, ao que se refere a definir e acompanhar o plano de aplicação de recursos financeiros, o que confirma o não envolvimento do colegiado no que tange esta decisão, como é possível verificar na Tabela 15. Assim, se é uma atribuição do Conselho, sendo que ao encaminhar a prestação de contas à SME, se faz necessário anexar cópia da ata de aprovação desta, cria-se aqui um problema quanto à falta deste documento, mas,

ao mesmo tempo a hipótese de elaboração de ata que posteriormente é repassada para que todos os conselheiros realizem a assinatura ao final.

No tocante à questão, considera-se muito delicada e problemática a hipótese levantada, pois cabe ao Conselho verificar e conferir todas as notas fiscais de acordo com os materiais adquiridos, realizando assim a aprovação do processo de utilização do recurso financeiro. Esta burocratização da ação todavia faz-se necessária por se tratar de verba proveniente de recursos públicos e que cabe ao Conselho efetivar o devido controle social.

TABELA 15 – PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (ATRIBUIÇÃO) X DEFINIÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (AÇÃO)

		Definição de aplicação de recursos financeiros						
					Acontece com frequência	Sempre acontece	Total	
Plano de aplicação financeira		n	0	1	1	0	0	2
		%	,0%	50,0%	50,0%	,0%	,0%	100,0%
	Nunca	n	1	0	0	0	0	1
		%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	Acontece	n	0	0	0	1	2	3
		%	,0%	,0%	,0%	33,3%	66,7%	100,0%
	Acontece com frequência	n	1	0	0	6	10	17
		%	5,9%	,0%	,0%	35,3%	58,8%	100,0%
	Sempre acontece	n	0	0	1	7	95	103
		%	,0%	,0%	1,0%	6,8%	92,2%	100,0%
Total	n	2	1	2	14	107	126	
	%	1,6%	,8%	1,6%	11,1%	84,9%	100,0%	

FONTE: A autora (2011)

Ainda com base nestes dados, dentre os 81,7% que afirmaram ser a elaboração do plano de aplicação de recursos financeiros uma ação que sempre acontece, quando avaliaram a frequência com que ocorrem as ações que definem a aplicação dos recursos 1% admitiu que acontece, 6,8% que acontecem com frequência e 92,2% que sempre acontecem, o que não pode ser considerado como

uma controvérsia, pois 100% dos respondentes apesar de algumas variações, confirmam o envolvimento na ação, como demonstrado na Tabela 15.

Ao que diz respeito à participação no processo de matrícula das crianças, incluindo visita domiciliar e discussão das necessidades de vagas, considerando-se os critérios estabelecidos pela mantenedora, 81,7% afirmam que sempre acontece, 10,3% que acontece com frequência, 5,6% que acontece, 0,8% que às vezes e 1,6% não apresentaram resposta (Tabela 12B, p. 124). Confrontando com os dados da questão a que se pedia para que cada respondente estabelecesse o grau de frequência com que as atribuições do CE acontecem, dos 86,5% que afirmaram que a participação na análise das solicitações de matrículas das crianças nos CMEI sempre acontecem, 88,1% confirmam esta regularidade ao relacionar com a atribuição proposta em documentos com a efetividade da ação, 8,3% afirmam que acontecem com frequência, 1,8% que acontecem e 0,9% (correspondente a uma unidade) alega que às vezes acontece (Tabela 16), o que embora não significa uma contraposição devido ao fato de que o processo de matrículas é mais efetivo ao início do ano, época em que há maior número de vagas a serem preenchidas, principalmente, devido ao fato de que as crianças trocam de turmas em virtude da adequação à faixa etária.

TABELA 16 – SOLICITAÇÃO DE MATRÍCULAS (ATRIBUIÇÃO) X PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE MATRÍCULAS (AÇÃO)

		Participação no processo de matrículas						
			Às vezes	Acontece	Acontece com frequência	Sempre acontece	Total	
Solicitação de matrículas	Às vezes	n	0	0	1	0	0	1
		%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	100,0%
	Acontece	n	1	0	4	1	1	7
		%	14,3%	,0%	57,1%	14,3%	14,3%	100,0%
	Acontece com frequência	n	0	0	0	3	6	9
		%	,0%	,0%	,0%	33,3%	66,7%	100,0%
	Sempre acontece	n	1	1	2	9	96	109
		%	,9%	,9%	1,8%	8,3%	88,1%	100,0%
Total	n	2	1	7	13	103	126	
	%	1,6%	,8%	5,6%	10,3%	81,7%	100,0%	

FONTE: A autora (2011)

Com o intuito de provocar uma reflexão a respeito do processo de tomada de decisões, foi questionado sobre a forma com que as tensões e conflitos resultantes da interação entre CMEI e comunidade educativa é avaliada, para tal foram apresentadas algumas afirmativas para que fossem analisadas, sendo que, as respondentes ao assinalarem a concordância para fins de tabulação foi considerado SIM, e frente à não marcação da alternativa, NÃO, compondo assim, o conjunto de Tabelas 17 (17A, 17B, 17C, 17D).

Diante das afirmativas apresentadas, a que apresentou o maior índice de respostas, 53,2%, significando que dos 126 questionários considerados para efeitos de tabulação 67 respondentes assinalaram esta opção, corresponde à seguinte expressão: “Os conflitos são necessários para que ocorra uma construção coletiva, pois diversos olhares ampliam o processo de tomada de decisões” (Tabela 17A).

TABELAS 17 – AVALIAÇÃO A RESPEITO DAS TENSÕES E CONFLITOS RESULTANTES DA INTERAÇÃO ENTRE O CMEI E A COMUNIDADE EDUCATIVA

TABELA 17A – OS CONFLITOS SÃO NECESSÁRIOS PARA QUE OCORRA UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA, POIS DIVERSOS OLHARES AMPLIAM O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES

	N.º	%
Sim	67	53,2
Não	59	46,8
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Com ideia contrária à da primeira, 40,5% das respondentes afirmam que normalmente os conflitos não existem, pois todos os participantes chegam a um consenso com facilidade, havendo a definição pelo que é melhor para a maioria (Tabela 17B). No entanto, merece destaque o fato de que 59,5% das dirigentes são contrárias a esta mesma alternativa.

TABELA 17B – NORMALMENTE NÃO OCORREM CONFLITOS, POIS TODOS OS PARTICIPANTES CONSEGUEM ENTRAR EM CONSENSO COM FACILIDADE, DEFININDO O QUE É MELHOR PARA A MAIORIA

	N.º	%
Sim	51	40,5
Não	75	59,5
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Ainda, 3,2% alegam que mesmo após um amplo debate acerca das decisões a serem tomadas, geralmente as sugestões apresentadas pela direção da instituição são as escolhidas, pois demonstram maior conhecimento da realidade. Sendo esta ideia contraposta por 96,8% dos sujeitos participantes da pesquisa (Tabela 17C).

TABELA 17C – MESMO APÓS AMPLO DEBATE, GERALMENTE AS SUGESTÕES TRAZIDAS PELA DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO SÃO AS ESCOLHIDAS, POR DEMONSTRAR MAIOR CONHECIMENTO DA REALIDADE

	N.º	%
Sim	4	3,2
Não	122	96,8
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

E, 16,7% demonstram que nos processos de tomada de decisões é realizada a votação por aclamação, sendo que os participantes participam da votação ao levantar a mão quando concordam com determinada decisão. Por sua vez, 83,3% não assinalam esta alternativa, o que significa a não existência desta prática ao equivalente a 105 unidades (Tabela 17D).

TABELA 17D – NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÕES É REALIZADA A VOTAÇÃO POR ACLAMAÇÃO (LEVANTANDO A MÃO SE CONCORDA OU NÃO)

	N.º	%
Sim	21	16,7
Não	105	83,3
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

De posse destes dados é importante destacar que na participação democrática, conforme pontua Gohn (2007), tem-se como princípio regulador, a “soberania popular”. A participação é percebida enquanto um fenômeno que ocorre tanto na sociedade civil, quanto nas instituições formais políticas (plano institucional).

A “soberania popular”, deriva da possibilidade de todos os “sujeitos sociais” participarem do processo de tomada de decisões, em outras palavras, trata-se de uma divisão do poder.

Esta participação não deriva simplesmente do processo de escolha que se dá por meio do voto como pressupõe a democracia representativa, mas ao contrário disso, ela está embasada na possibilidade de diálogo, em que os sujeitos ouvem e são ouvidos, segundo os preceitos da democracia participativa.

Este modelo democrático é gerido por uma regra fundamental, evidenciada por Bobbio (1986) como a regra do jogo da democracia moderna, “a regra da maioria”, ou seja, todas as decisões coletivas têm como premissa o respeito à opinião da maioria, o que representa uma concepção individualista, pois é “fundada sobre o princípio de que cada cabeça é um voto” (BOBBIO, 1986, p. 139).

Significa dizer que durante este processo, as possibilidades de diálogo são praticamente nulas, quando muito se discute com as pessoas mais próximas as intenções de um e de outro.

Ao contrário disso, como destaca Camargo (1997), o Conselho de Escola pode ser considerado enquanto um órgão coletivo por ser constituído por várias pessoas, e a função de diretor é um órgão singular por ser constituído por uma pessoa apenas. Sendo o Conselho um órgão coletivo as decisões precisam ser tomadas com base no princípio de democracia, onde os indivíduos envolvidos discutem, dialogam sobre os rumos da escola. Em suma, é no coletivo que a escola se constitui.

Porém, neste processo de diálogo, há espaço para tensões e conflitos, dissensos e consensos, pois o limite da autonomia de um é tencionado pelo limite da de outrem.

Quanto ao processo de escolha, eleição de novos representantes do Conselho, bem como, para o preenchimento dos cargos em vacância, exposto no conjunto de Tabelas 18 (18A, 18B, 18C, 18D), 52,4% afirmam que ocorre por meio de assembleias com a participação de toda a comunidade educativa, onde todos participam da votação dos representantes (Tabela 18A); outros 16,7% apontam para a existência de uma sondagem prévia realizada com algumas pessoas que possuam perfil para atuar no Conselho, seguida de votação (Tabela 18B); já 34,1% evidenciam a ocorrência de reuniões de cada segmento, onde os participantes demonstram o interesse em participar e em seguida é realizada a votação por aclamação (Tabela 18C); e 8,7% apontam para a formação de chapas, seguida de

eleição por voto secreto (Tabela 18D). A somatória destes percentuais ultrapassa a margem de 100% devido ao fato de que em algumas destas unidades foram assinaladas mais de uma alternativa.

TABELAS 18 – FORMA COM QUE OCORRE O PROCESSO DE ELEIÇÃO DE NOVOS REPRESENTANTES DO CONSELHO, BEM COMO, O PREENCHIMENTO DOS CARGOS EM VACÂNCIA

TABELA 18A – ASSEMBLEIAS PARA VOTAÇÃO DOS REPRESENTANTES

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Sim	66	52,4
Não	60	47,6
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

TABELA 18B – SONDAGEM PRÉVIA, SEGUIDA DE REUNIÃO PARA VOTAÇÃO

	N.º	%
Sem resposta	1	0,8
Sim	21	16,7
Não	104	82,5
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

TABELA 18C – REUNIÕES DE CADA SEGMENTO, LEVANTAMENTO DE INTERESSE, SEGUIDA DE VOTAÇÃO POR ACLAMAÇÃO

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Sim	43	34,1
Não	83	65,9
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

TABELA 18D – POR MEIO DE FORMAÇÃO DE CHAPAS, SEGUIDA DE ELEIÇÃO POR VOTO SECRETO

	N.º	%
Sem resposta	0	0,0
Sim	11	8,7
Não	115	91,3
Total	126	100,0

FONTE: A autora (2011)

Refletir a respeito do processo de escolha de conselheiros, nos remete aos estudos de Bobbio (1986), quando este salienta que um regime democrático tem como principal característica a atribuição de poder a um grande número de pessoas que compõem um grupo, para que estes participem nos processos de tomada de decisões, sendo que o processo de democratização nada mais é do que este “alargamento do número de indivíduos com direito a voto” (BOBBIO, 1986, p.19). Voto este, que em muitos casos resume-se ao momento em que os sujeitos encaminham-se às urnas para efetivar o seu direito.

Cabe ressaltar que em nossa sociedade esta atribuição de poder fora ampliada a partir do sufrágio universal²², exposto na Constituição Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu Artigo 14, em que apregoa que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei”, sendo que em seu parágrafo primeiro define que “o alistamento eleitoral e o voto são: I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos; II – facultativo para: a) os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos”, ou seja, possibilitou-se a participação de diferentes grupos sociais, anteriormente excluídos, nos processos eleitorais, inserindo-nos em um processo de redemocratização do país por meio da democracia representativa (BRASIL, 2010, p. 08).

No entanto, esta prática demanda também de aprendizagem das possibilidades como cidadão, de participação. Em quais momentos somos “autorizados” a participar dos processos de tomadas de decisões? Estes momentos não se resumem às situações em que vamos às urnas escolher nossos representantes?

Assim, considera-se que para a escolha de representantes de cada Conselho faz-se necessário refletir a respeito dos meios a serem empregados, sendo que

²² Sufrágio universal - Aquele sistema que não impõe ao exercício do direito de votar nenhum requisito, restrição ou condição, salvo a incapacidade civil ou suspensão dos direitos políticos. Todo cidadão civilmente capaz e habilitado pela Justiça Eleitoral, que não esteja suspenso dos seus direitos políticos, pode votar, escolhendo candidatos para ocupar cargos eletivos. (DINIZ, Maria Helena. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraiva, 1998. v. 4, p. 458.)

estes repercutem a visão, isto é, a concepção de Gestão Democrática assumida pelas pessoas que compõem a instituição.

Por fim, muitos são os olhares por parte das diretoras que participaram da coleta de dados, acerca da implantação do Conselho no Centro Municipal de Educação Infantil e sua relação com a prática da gestão, porém destaca-se que,

cada pessoa traz uma herança cultural significativa, experiências e práticas, valores e formação específica para o exercício de suas funções e isso determina a comunicação que trava no seu cotidiano estabelecendo relações, construindo contextos e processos de aproximação, de conhecimento recíproco e de interação. Relações que produzem mudanças em cada indivíduo, favorecendo a consciência de si e reforçando a própria identidade, promovendo mudanças estruturais nas relações entre grupos. Estereótipos e preconceitos são questionados, e até mesmo superados. Compreendemos a integração como a abertura de espaço para que alguém faça parte de um grupo, mais do que fazer parte é necessário 'tomar parte'. Decidir junto, construir sentimento de pertencimento, reconstruir o espaço, a convivência, considerando os desejos, as expectativas, as necessidades, os interesses de todos que compõem o grupo tendo como objetivo comum o bem estar das crianças (Questionário n.º 102 – Diretora de CMEI).

Assim, afirma-se que,

o Conselho é uma evolução na prática da gestão. No início tinha receio em como a comunidade (geral) se portaria diante de tamanha responsabilidade. Ao contrário de qualquer visão negativa, o Conselho do CMEI melhorou o trabalho de todos, pois a transparência nas tomadas de decisões fortifica as ações dentro e fora da Unidade. Ainda temos um longo caminho a percorrer, a meta é que todas as famílias conheçam as nossas práticas educativas e participem através de sugestões nas tomadas de decisões naquilo que for melhor para as nossas crianças. A meta é a Gestão Democrática (Questionário n.º 54 – Diretora de CMEI).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com dados coletados tanto nos documentos quanto nos questionários, reitera-se a observação de que a Educação Infantil no município de Curitiba, a partir do ano de 2004, ao investir no processo de implantação dos Conselhos Escolares nos CMEI, busca sua adequação à legislação vigente, principalmente ao exposto pela LDB, no que diz respeito à gestão escolar ser pautada pelo princípio democrático. No entanto, a legislação não define o conceito, apenas expõe a respeito de uma das possibilidades de efetivação, ou seja, por meio da implantação de Conselhos Escolares como instrumentos que possibilitam a participação da comunidade educativa no processo de tomada de decisões.

Assim, esta dissertação mostrou que os documentos produzidos pela SME corroboram com o princípio legal de Gestão Democrática do ensino proposto pela LDB, apontando que para a sua efetivação faz-se necessária a implantação de Conselhos Escolares.

Todavia, a forma com que foram implantados os CE dos CMEI, ou seja, por meio de uma política municipal em que todas as unidades foram submetidas a este processo, tendo um prazo pré-determinado para a realização, pode ter contribuído para a burocratização das atribuições do Conselho e instauração de práticas cartorárias deste colegiado.

Tal afirmativa justifica-se diante ao fato de que na coleta de dados foi observado que as ações mais desenvolvidas pelo colegiado se baseiam principalmente, na priorização de vagas e na elaboração do Plano de Aplicação de Recursos e prestação de contas, mesmo que, em alguns casos foi avaliado positivamente, pois, com ele “temos mais respaldo nas decisões referentes a gastos” (Questionário n.º 112 – Diretora de CMEI).

Muitas vezes, nas instituições educativas a participação assume, de acordo com Lima (2003), contornos normativos e deixam de ser expressão de uma “prática normal” e passam a ter características de “práticas burocratizantes” (LIMA, 2003, p. 71).

Diante disso, coloca-se em questão a visão que se tem a respeito da atuação em órgãos colegiados, pois além da burocratização do exercício de suas ações, em

alguns casos percebe-se uma visão equivocada quanto à atuação dos representantes de cada segmento, tendendo a tecnicizar as decisões ao considerar que “as famílias que participam do Conselho necessitam de melhores capacitações, e na maioria das vezes os pais não sabem realmente das prioridades da instituição, por não trabalharem na área, muito leigos” (Questionário n.º 44 – Diretora de CMEI).

Nesse sentido, não cabe às famílias o conhecimento teórico a respeito do que se ensina e como se ensina, mas sim, à necessidade de tornar claro o vocabulário pedagógico que se fala, reiterando o exposto anteriormente com base nos estudos de Paro (2008).

Partindo então do pressuposto de que o processo não se deu por meio da tomada de consciência de cada unidade, a respeito da necessidade de se instaurar mecanismos que contribuíssem para a democratização da gestão, mas sim, por necessidade de cumprimento à legislação e de atendimento à demanda da SME, considera-se que, a princípio, muitos Conselhos surgiram à revelia, ou até mesmo, sem um entendimento sobre a que veio. Entretanto, há que se considerar que nestes sete anos de trabalho, a formação continuada oferecida por profissionais do EEI, os documentos produzidos e a própria prática de atuação dos CE possibilitaram perceber que “apesar de ter acontecido de forma rápida, é uma prática que valoriza a participação e o direito de todos pela qualidade na educação” (Questionário n.º 75 – Diretora de CMEI).

Todavia, não desconsiderando a importância deste colegiado para com a democratização da gestão, é necessário ressaltar que por si só faz-se insuficiente, ou seja, não basta apenas instituírem-se os CE, como também investir na participação, na descentralização, no provimento do cargo do diretor e na autonomia, mecanismos estes corresponsáveis para a ampliação de práticas mais democráticas, conforme destacado por Paro (2007) e Mendonça (2001).

Assim, pode-se afirmar que os posicionamentos por parte da mantenedora percebem como expressão do conceito de Gestão Democrática a participação da comunidade escolar, aqui entendida como formada por profissionais da instituição de educação, famílias, profissionais das Unidades de Saúde próximas e instituições comunitárias (associações de moradores), em colegiados escolares, bem como, a participação das famílias no desenvolvimento da proposta pedagógica, ou seja, na

participação de reuniões pedagógicas, eventos, comemorações, oficinas, mostra de trabalhos das crianças.

Esta percepção apresenta-se em conformidade com o Parecer n.º 20/2009, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), aprovado em 11/11/2009, que revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que afirma em seu texto que para a efetivação da gestão democrática não basta a participação das famílias em conselhos escolares, mas principalmente, a integração das famílias com as instituições de Educação Infantil a partir da participação efetiva na proposta pedagógica, bem como, por meio do acompanhamento do desenvolvimento da criança.

Por parte das diretoras, assim como a mantenedora, também há o destaque para estas duas formas de participação, mas incluem e demonstram bastante envolvimento também nas ações pertinentes à descentralização, porém, restringido à descentralização financeira de recursos.

Já no que tange à forma de provimento do cargo de diretor, as opiniões são inúmeras e distintas entre si, perpassando as formas elencadas por Mendonça (2001), como a seleção somada à eleição, ou seja,

para o processo de seleção de Gestores, considero importante a formação acadêmica do profissional. Ter conhecimento em Gestão, Práticas de Ensino, ser Pedagogo. Precisamos de gestores comprometidos e competentes. A eleição poderia até ser considerada, se o profissional tiver os requisitos solicitados (Questionário n.º 96 – Diretora de CMEI).

Há quem considere que o fator primordial seja a formação, sendo que uma alternativa para a escolha do dirigente “seja através de concurso público. A Gestão poderá acontecer com mais qualidade; enquanto com eleição a formação fica a desejar” (Questionário n.º 128 – Diretora de CMEI).

A eleição também é percebida como uma alternativa, mas, com ressalvas,

Em relação ao processo de eleição para diretor de CMEI, acho importantíssimo, pois o dirigente poderá ser mais valorizado, porém me preocupa em relação ao processo de eleição, pois se estabelece um grande conflito de ideias e agressões, que para as crianças pequenas isso é prejudicial, visto que a afetividade e o vínculo são fundamentais na relação com as crianças pequenas, para que ocorra de fato a aprendizagem de qualidade (Questionário n.º 61 – Diretora de CMEI).

Como também,

A eleição de diretores, eu sempre fui a favor, mas depois que me tornei uma, já não tenho certeza, devido a complexidade do cargo. São muitas as habilidades exigidas. Num mandato de 03 anos, quando a pessoa, finalmente consegue fazer um bom trabalho, ela deixa o cargo, com isso a educação (qualidade) perde. Mas não tenho solução para a questão (Questionário n.º 34 – Diretora de CMEI).

Ou ainda, a

Escolha de diretores de CMEI por eleição muito me preocupa, pois a EDUCAÇÃO INFANTIL exige muita experiência, vivência para saber agir em todo o trabalho que envolve acima de toda teoria o comprometimento acolhedor, de carinho, afinidade, a base de sustentação da primeira infância (Questionário n.º 116 – Diretora de CMEI).

Estas considerações nos revelam a necessidade de investimentos em pesquisas que pontuem os diferentes aspectos envolvidos neste processo, com vistas à ampliação das discussões a este respeito, mais especificamente, na Educação Infantil.

No entanto, como Souza (2009) afirma, a gestão democrática escolar precisa ser entendida como um processo político que não está pautado apenas nas tomadas de decisões, mas, que as ações envolvam o diálogo e a alteridade. Em suas palavras, os instrumentos

tidos como de gestão democrática que atuam a partir da regra da maioria, *per si* [grifo do autor], portanto, não representam a essência da democracia. Se os indivíduos que compõem essas instituições não pautarem suas ações pelo diálogo e pela alteridade, pouco restará de democrático nessas ações coletivas (SOUZA, 2009, p. 125).

Neste sentido, faz-se necessário perceber o outro, se colocar na posição do outro para a partir do diálogo buscar-se o consenso.

Isto significa, inclusive, remeter-se ao que Barroso (1996) expõe a respeito da autonomia, percebendo-a enquanto um equilíbrio de forças, ou seja, cada indivíduo/grupo tenciona as relações para o seu ponto de vista (ou do seu grupo), porém, o outro também precisa tencionar puxando-o para si, até que consigam um ponto de equilíbrio, este por sua vez pode tender mais para um do que para outro, porém, foi constituído a partir da busca pelo consenso.

Diante disso, na leitura dos dados coletados a partir do questionário com as diretoras de CMEI, quando 53,2% afirmam que os conflitos são necessários para

que ocorra uma construção coletiva, entende-se por conflitos este tencionamento das relações para a construção da autonomia no espaço educacional.

Porém, cabe destacar na fala de algumas das diretoras que em determinadas situações o ponto de equilíbrio está ainda muito próximo de si, sendo que, 3,2% demonstram que nos processos de tomada de decisões toma-se como certo a opinião da diretora, reafirmando uma discussão anteriormente abordada a respeito do “discurso competente”. A exemplo,

Não há dúvidas de que os Conselhos são fundamentais, porém, em CMEI, (...) nem sempre temos muito envolvimento do segmento de pais, pois todos trabalham e tem filhos pequenos. O tempo para participar de reuniões no CMEI é pouco, diferente de escola, em que se têm muitas famílias que não trabalham fora. Procuramos, de diversas maneiras, entusiasmar mais os pais, mas nem sempre vemos resultados, sendo em torno de 2 famílias mais participativas todos os anos. As outras, sempre acatam o que o segmento de educadores e a direção opinam. Há um sentimento nas reuniões de que elas estão ali apenas para marcar presença, pois pouco discutem e para eles tudo está muito bom no CMEI, pois suas crianças tem tudo aquilo que necessitam. Este contato diário dos pais com os educadores e CMEI contribui para que eles sintam confiança no nosso trabalho, pois percebem a dedicação dos educadores e a organização do CMEI. Então, muito do que percebemos na comunidade no dia a dia, nos relatos dos educadores trazemos para as reuniões do Conselho, porque o segmento dos pais não consegue se organizar para trazer a opinião do coletivo (Questionário n.º 107 – Diretora de CMEI).

Com isto, percebendo a dirigente enquanto “uma liderança política que coordena uma instituição burocrática e burocratizada” (SOUZA, 2007, p. 178), e a instituição de EI como uma organização hierarquicamente constituída, as relações de poder existentes no seu interior somadas à forma de provimento do cargo de diretor atualmente utilizada no município, ou seja, por indicação, podem por vezes, dificultar a democratização da gestão.

No entanto, reforça-se a ideia de que as relações que se constituem no CMEI precisam ser democratizadas, ou seja, muitas vezes, por simplesmente modificar o modo com que se dirige aos conselheiros em momentos de reuniões possibilita-se a ampliação da participação. Pois, como no relato acima, as famílias tomam por verdadeiro todo o posicionamento dos profissionais da unidade por entenderem que por competência técnica são estes que sabem ou não o que é importante.

Assim como destaca Camargo (1997), o Conselho de Escola pode ser considerado como um órgão coletivo por ser constituído por várias pessoas, e a

função de diretor é um órgão singular por ser constituído por uma pessoa apenas. Sendo o Conselho um órgão coletivo, as decisões precisam ser tomadas com base no princípio de democracia, onde os indivíduos envolvidos discutem, dialogam sobre os rumos da escola. Em suma, é no coletivo que a escola se constitui.

Ao possibilitar-se espaços para o diálogo, o conselho escolar promove consequentemente, reflexões acerca da educação das crianças, das especificidades do trabalho com a faixa etária que compreende do 0 aos 5 anos, conhecimentos estes, imprescindíveis para o processo de tomada de decisões, isto é, definir um plano de aplicação de recursos financeiros, por exemplo, implica em conhecer o trabalho realizado com as diferentes faixas etárias a fim de proporcionar uma utilização racional dos recursos, racional não no sentido de escassez, mas sim de entender a razão pela qual há a necessidade de aquisição de determinados materiais, ou, ainda, e em outro exemplo, definir sobre os princípios e metas do projeto político-pedagógico da instituição educativa, contando com a diversidade de olhares e perspectivas dos integrantes do conselho escolar, significa potencializar as condições para um projeto que expresse mais e melhor o CMEI que se tem no presente e o CMEI que se projeta em um futuro de maior qualidade educacional à população.

A Gestão Democrática possibilita, assim, o conhecimento das especificidades da Educação e da Educação Infantil (evidenciando o objeto de estudo em questão), envolvendo o coletivo da instituição nas ações de educar e cuidar, tornando o Conselho Escolar corresponsável pela educação das crianças. E ainda, como salienta Paro, “levar os pais de alunos e a comunidade em geral a terem uma concepção positiva da escola, a vê-la como algo desejável, onde são acolhidos e respeitados em seus direitos de cidadão” (PARO, 2007, p. 15).

Será que a implantação e implementação dos conselhos escolares dos CMEI de Curitiba têm contribuído para o desenvolvimento da gestão democrática da educação infantil? Ainda que com dificuldades derivadas da burocratização e do controle hierárquico mantido nessas instituições; ainda que com uma ação muitas vezes formal dos CE; ainda que sem a devida consciência política em favor da participação mais qualificada (da parte de todos); parece-nos que, como todo processo pedagógico (que pode demorar, mas se concretiza), a efetivação de uma

política de incentivo (ou de criação) e funcionamento dos conselhos tem resultado positivamente em favor da democracia na educação, pois parece estar contribuindo para a constituição de uma cultura de participação e envolvimento mais orgânico das pessoas na gestão dos CMEI. Contudo, como destacado, o CE é apenas um instrumento, ao qual é preciso adensar outras práticas, instituições e processos em favor da gestão democrática.

De fato, parece conveniente destacar a necessidade de investir nos diferentes mecanismos de democratização da gestão (dos quais o CE é parte) e, principalmente na democratização das relações no interior de cada CMEI, organizando os espaços institucionais a fim de promover a emancipação humana e, conseqüentemente, buscar a transformação da comunidade local a partir da sua participação ativa nos espaços escolares, contemplando a participação de todos os envolvidos no processo educacional na efetivação da proposta pedagógica e, garantindo assim, o direito à educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, I. L. **Participação: relação instituição educativa e família na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2003.
- BARROSO, J. (Org.). **O Estudo da Escola**. Coleção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora, 1996.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia – uma defesa das regras do jogo**. Tradução de: Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS. **Memória da Rede Municipal de Ensino de Curitiba**. v. 30, n.133. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, mar. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Critérios para um Atendimento em Creches que os Direitos Fundamentais das Crianças**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>>. Acesso em: 20/07/2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. **Senado Federal**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 06/07/2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.
- BRASIL. Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Resolução CNE/CEB 5/2009**. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2298&Itemid=>>. Acesso em: 24/10/2011.
- BRASIL. Lei n.º 11.114/2005, de 16 de maio de 2005. Altera a Lei nº 9.394 (LDB), de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. **Planalto.gov.br**, Brasília, DF, 16 mai. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12624%3Aensino-fundamental&Itemid=859>. Acesso em: 24/10/2011.
- BRASIL. Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Planalto.gov.br**, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 06/07/2011.

CAMARGO, R. **Gestão Democrática e Nova Qualidade de Ensino: O Conselho de Escola e o Projeto da Interdisciplinaridade nas Escolas Municipais da Cidade de São Paulo (1989-1992)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo – FEUSP, São Paulo, 1997.

CARMINATI, M. B. **Democratizando a Gestão: Os conselhos de escola e as eleições de diretores na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CARNEIRO, R. U. C. **Formação em Serviço sobre Gestão de Escolas Inclusivas para Diretores de Escolas de Educação Infantil**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

CORREA, B. C. **Possibilidades de Participação Familiar e Qualidade na Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo – FEUSP, São Paulo, 2001.

CORREA, B. C. **Democratização da Gestão Escolar na Educação Infantil: Um caso e seus múltiplos significados**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo – FEUSP, São Paulo, 2006.

CORREA, B. C.; GARCIA, T. O. (Org.). **Políticas Educacionais e Organização do Trabalho na Escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Proposta Pedagógica de 0 a 6 anos**. Curitiba: IPPUC, 1994.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Diretrizes Curriculares – O Currículo em Construção**. Curitiba: SME, 2001-2004.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Proposta de Implantação de Conselho nos Centros Municipais de Educação Infantil** (mimeo). Curitiba: SME, 2004.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **A Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba: SME, 2004.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Subsídios para a elaboração do Regimento do CMEI** (mimeo). Curitiba: SME, 2005.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba**. Curitiba: SME, 2006.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Relatório das Ações Desenvolvidas no Período de 2005 – 2008**. Curitiba: SME, 2008.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Manual do Programa de Descentralização**. Curitiba: SME, 2008. Disponível em: <<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/downloads/arquivos/7053/download7053.pdf>>. Acesso em: 21/08/2012.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Parâmetros e Indicadores de Qualidade para os Centros Municipais de Educação Infantil**. Curitiba: SME, 2009.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Manual do Conselho Centro Municipal de Educação Infantil**. Curitiba: SME, 2012.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Planilhão 2011**. Curitiba: SME, 2011. Disponível em: <<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/templates/informacoeseducacionais/planilhao/Resumo.xls>>. Acesso em: 13/08/2012.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Planilhão 2012**. Curitiba: SME, 2012. Disponível em: <http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/templates/informacoeseducacionais/planilhao/Geral_da_Rede.xls>. Acesso em: 13/08/2012.

CURITIBA. Lei n.º 10.190 de 28 de junho de 2001. Institui o plano de carreira do Magistério Público Municipal. **Lei n.º 10.190**, Curitiba, PR, 28 jun. 2006. Disponível em: <<http://rh24h.curitiba.pr.gov.br/Documentos/lei10190.pdf>>. Acesso em: 20/08/2012.

CURITIBA. Lei n.º 12.083 de 19 de dezembro de 2006. Reestrutura as carreiras de educador. **Lei n.º 12.083**, Curitiba, PR, 19 dez. 2006. Disponível em: <<http://rh24h.curitiba.pr.gov.br/Documentos/lei12083-06.pdf>>. Acesso em: 20/08/2012.

CURITIBA. Lei n.º 12.090 de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino. **Lei nº 12.090**, Curitiba, PR, 19 dez. 2006. Disponível em: <http://cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/conselho/arquivosPDF/LEI_12090_2006.pdf?PHPSESSID=96efbe7c7f5b7edc2371b6b3058a0f93>. Acesso em: 20/08/2012.

CURY, C. R. J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, n.º 116, p. 245-262, julho/2002.

DINIZ, M. H. **Dicionário jurídico**. v. 4. São Paulo: Saraiva, 1998.

DUARTE, C. S. **A educação como um direito fundamental de natureza social**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 691-713, out. 2007.

FLORENZANO, M. **Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no ocidente**. São Paulo: Lua Nova, 2007.

FRANCO, D. S. **Gestão de Creches para além da Assistência Social - Transição e percurso na Prefeitura de São Paulo de 2001 a 2004.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo – FEUSP, São Paulo, 2009.

FREITAS, A. L. M. **A participação dos pais na implementação dos Conselhos de Escola: um mecanismo da gestão democrática.** Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2000.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica.** 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2007 – (Coleção questões da nossa época; v. 84).

GONÇALVES, L. M. M. **Práticas de gestão em educação infantil: Análise de uma experiência.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2003.

HASCKEL, S. **Gestão Democrática na Educação Infantil: A eleição para diretor de creche.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ISAIA, C. V. **A participação infantil nos processos de gestão na escola da primeira infância.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

KUHLMANN Jr., M. **Histórias da educação infantil brasileira.** Revista Brasileira de Educação, nº 14 – Especial, mai./jun./jul./ago. 2000.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica.** 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

MANTAGUTE, E. L. I. **Educar a Infância: Estudo sobre as primeiras creches públicas da rede municipal de educação de Curitiba (1977-1986).** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MAPA de Curitiba. Curitiba, Paraná: Viagem de Férias. Disponível em: <<http://www.viagemdeferias.com/curitiba/turismo/mapa-curitiba.php>>. Acesso em: 06/02/2012.

MARTIM, D. F. F. P. **Educação Infantil: A relação do Centro de Educação Infantil com a comunidade na construção do projeto pedagógico.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2007.

MARTINEZ, S. L. F. **Educação Infantil: Reflexões sobre a participação dos pais.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2005.

MELLO, M. P. R. A. **Gestão Democrática nas Escolas Municipais de Educação Infantil de Piracicaba Possibilidades e Limites.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2001.

MENDES, E. C. C. S. **A Gestão em unidades de educação infantil: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santos, Santos, 2007.

MENDONÇA, E. F. **Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil**. Educação & Sociedade, ano XXII, n.º 75, Agosto/2001, p. 84-108.

MENEZES, M. E. C. **Participação: Princípio Fundamental no Processo de Gestão Democrática**. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MUTIM, A. L. B. **Gestão Escolar Participativa: Sonho e Realidade**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, S. A. L. **Formação para a participação: perspectivas freireanas para a educação infantil no município de Diadema, São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação - Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PARANÁ. Deliberação n.º 02/2005, aprovada em 06 de junho de 2005. Estabelece Normas e Princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Paraná. **Deliberação n.º 02/2005 do Conselho Estadual de Educação**. Disponível em: <[http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/cbc5269bb92e77c70325701b006b19ca/\\$FILE/_88himoqb2clp631u6dsg30chd68o30d8_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/cbc5269bb92e77c70325701b006b19ca/$FILE/_88himoqb2clp631u6dsg30chd68o30d8_.pdf)>. Acesso em: 19/08/2012.

PARO, V. H. **Estrutura da Escola e Prática Educacional Democrática**. In: 30ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2007, Caxambu. Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu: ANPED, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-2780--Int.pdf>>. Acesso em: 25/09/2008.

PARO, V. H. **Estrutura da Escola e Educação como Prática Democrática**. In: CORREA, B. C.; GARCIA, T. O. (Org.). **Políticas Educacionais e Organização do Trabalho na Escola**. São Paulo : Xamã, 2008.

PINTO, J. M. R. **Administração e Liberdade: Um estudo do Conselho de Escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

PRATA, Maria R. S. **A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade**. In: SciELO - Scientific Electronic Library Online, Revista Brasileira de Educação, ano 09, n.29. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/pdf/rbedu/n28/a09n29.pdf>>. Acesso em: 25/09/2008.

REIS, M. G. F. A. **A Gestão das Creches Municipais de São Carlos na Visão das Diretoras: da assistência à educação (1999-2004)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SOCZEK, M. B. **Políticas Públicas para a Educação Infantil no Município de Curitiba (1997 – 2004)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SOUSA, S. N. **Gestão Democrática: A rede municipal de creches de Cuiabá frente ao desafio da participação efetiva**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

SOUZA, A. R. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, A. **Explorando e Construindo um Conceito de Gestão Escolar Democrática**. Educação em Revista. v.25. Belo Horizonte, dezembro de 2009, n.º03.

TRONNOLONE, M. **A GESTÃO DE CRECHE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: DIRETORES EM CONTEXTO**. Dissertação (Mestrado em Educação - Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

VIEIRA, Evaldo. **A Política e as bases do direito educacional**. Cadernos Cedes, ano XXI, n.º 55, novembro/2001.

WEBER, M. **Economia y Sociedad – Esbozo de sociologia comprensiva**. IX. La institución estatal racional y los partidos políticos y parlamentos modernos (sociologia del Estado), p. 1047-1117. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO A SER APLICADO À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	150
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO APLICADO À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	152
APÊNDICE C - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO A SER APLICADO ÀS DIRETORAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI) DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	156
APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO APLICADO NO PRÉ-TESTE	161
APÊNDICE E – FICHA DE DADOS DOS CONSELHOS ESCOLARES DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	163
APÊNDICE F – IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBA	165

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO DE SONDAGEM A SER APLICADO
À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Tema da pesquisa: A Democratização da Gestão Escolar: Conselhos Escolares dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI).

Mestranda: Cíntia Caldonazo Wendler.

Orientador: Professor Dr. Ângelo Ricardo de Souza.

**Roteiro de questionário de sondagem a ser aplicado à Secretaria Municipal da
Educação, Departamento de Educação Infantil do município de Curitiba**

1- Em que ano e como se deu o processo de implantação dos Conselhos nos Centros Municipais de Educação Infantil?

2- Este processo de implantação ocorreu gradativamente, de acordo com o interesse de cada unidade de Educação Infantil, ou foi fruto de proposta política do município?

3- Como surgiu a ideia de organizar os Conselhos nos CMEI? Como entrou esta proposta na agenda do município?

4- A Secretaria Municipal de Educação organizou algum documento orientador para a formação e implantação dos Conselhos?

5- Ao longo destes 6 anos, como você percebe o trabalho dos Conselhos?

6- Quais alternativas surgiram para o desenvolvimento do trabalho ao longo deste período?

7- As unidades conduzem as ações deste colegiado de acordo com os princípios da Gestão Democrática?

8- Atualmente, a Secretaria Municipal da Educação conta com quantos Conselhos implantados em CMEI e como se dá o processo de implantação dos novos Conselhos?

9- O processo de preenchimento de cargos em vacância e/ou constituição de novo Conselho passa por acompanhamento da SME? De que forma isto ocorre?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO APLICADO À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Tema da pesquisa: A Democratização da Gestão Escolar: Conselhos Escolares dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI).

Mestranda: Cíntia Caldonazo Wendler.

Orientador: Professor Dr. Ângelo Ricardo de Souza.

**Questionário de sondagem aplicado à Secretaria Municipal da Educação,
Departamento de Educação Infantil, do município de Curitiba, em 21/09/2010**

1- Em que ano e como se deu o processo de implantação dos Conselhos nos Centros Municipais de Educação Infantil?

Foi no ano de 2004, quando a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, cumprindo a legislação vigente para a educação básica, apresentou aos gestores dos CMEI a proposta de implantação de órgãos colegiados – os Conselhos de CMEI.

Houve certa resistência por parte dos gestores, porém a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba estabeleceu como diretriz essa meta com o objetivo de ampliar a participação das famílias na educação das crianças e para que fossem asseguradas as ações de cuidado e educação nos espaços dos CMEI, já que muitos profissionais, inclusive diretores, ainda permaneciam com uma visão muito assistencialista da educação das crianças pequenas.

2- Este processo de implantação ocorreu gradativamente, de acordo com o interesse de cada unidade de Educação Infantil, ou foi fruto de proposta política do município?

Os CMEI tiveram um prazo, até o final de 2004, para a organização de seus Conselhos, tendo como justificativa o exposto no item 01.

3- Como surgiu a ideia de organizar os Conselhos nos CMEIs? Como entrou esta proposta na agenda do município?

De acordo com as orientações legais para a educação básica e, a partir da passagem da educação infantil, da extinta Secretaria Municipal da Criança, para a Secretaria Municipal da Educação.

Legislação que amparou a implantação dos Conselhos nos CMEI de Curitiba:

- Constituição de 1988 – Carta Magna
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei n.º 9394/96
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (1998)
- Plano Nacional de Educação – Lei n.º 10172/2001

As Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Infantil de Curitiba (2006) vieram confirmar, no eixo Ação Compartilhada, a participação da comunidade em órgãos colegiados: Conselho e APPF(Associação de Pais, Professores e Funcionários).

4- A Secretaria Municipal de Educação organizou algum documento orientador para a formação e implantação dos Conselhos?

Aconteceram doze encontros com representantes da SME e dos CMEI para a elaboração de um documento de orientação quanto à estrutura e ao funcionamento do Conselho e também para a definição das atribuições desse órgão de gestão democrática. Após esse período, cada diretora de CMEI, Presidente do Conselho, ampliou a discussão em nível local, envolvendo também a comunidade educativa e a unidade de saúde de referência. Em seguida, a Gerência de Gestão Escolar, do Departamento de Ensino Fundamental, realizou capacitação para os conselheiros dos 140 CMEI, sendo que de um total de 1149 conselheiros eleitos, 969 estiveram presentes nas capacitações.

5- Ao longo destes 6 anos, como você percebe o trabalho dos Conselhos?

O trabalho pedagógico vem se constituindo com maior qualidade, ocorre maior compreensão das famílias nas ações de cuidado e educação e maior comprometimento da comunidade educativa quanto às deliberações do Conselho. Enfim, percebemos avanços

importantes quanto ao papel do gestor e a transparência nas ações desenvolvidas, resultado das atribuições do Conselho.

6- Quais alternativas surgiram para o desenvolvimento do trabalho ao longo deste período?

- Formação continuada para gestores e pedagogos com proposta de atividades e/ou projetos de envolvimento da comunidade educativa;
- Formação continuada para todos os conselheiros (demais segmentos), com proposta de atividades, ampliadas para os seus pares;
- Visitas de orientação;
- Participação do Departamento de Educação Infantil em reuniões do Conselho;
- Organização de seminários desde o ano de 2005, com palestras afins e trocas de experiências;
- Avaliação anual das ações desenvolvidas pelo Departamento de Educação Infantil e pelo próprio Conselho local;
- Pauta para o curso dos diretores iniciantes na função;
- Pauta para o curso de integração funcional dos educadores;
- O Conselho organizando a avaliação dos Parâmetros e Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil de Curitiba.

7- As unidades conduzem as ações deste colegiado de acordo com os princípios da Gestão Democrática?

O gestor tem papel fundamental na construção de uma gestão democrática e participativa. Observamos que alguns não conseguem entender os avanços que a ação pedagógica pode ter quando a comunidade educativa tem uma participação efetiva; outros são autoritários, não conseguem mudar essa postura, e manipulam os conselheiros.

Quando o gestor é acessível a novas propostas, tem clareza de que a instituição é da comunidade e de que todos são responsáveis pelo desenvolvimento da criança, os avanços são evidentes: o grupo é estável na instituição e o trabalho pedagógico se desenvolve com maior qualidade.

8- Atualmente, a Secretaria Municipal da Educação conta com quantos Conselhos implantados em CMEI e como se dá o processo de implantação dos novos Conselhos?

Atualmente temos 171 CMEI e todos já têm Conselho implantado. Assim que o CMEI é inaugurado, o Departamento de Educação Infantil realiza visita para orientar a organização do Conselho. Como a instituição auxiliar tem tido uma longa demora na sua efetivação, o Conselho tem se constituído sem a representatividade da APPF, deixando para incluir esse segmento após a sua implantação.

9- O processo de preenchimento de cargos em vacância e/ou constituição de novo Conselho passa por acompanhamento da SME? De que forma isto ocorre?

A SME, através do Departamento de Educação Infantil, orienta por ofício o preenchimento dos cargos vagos no início de cada ano, faz acompanhamento e atualiza os dados arquivados virtualmente, no Departamento. Da mesma forma, a constituição de novo mandato também é orientada pelo Departamento em reuniões, material informativo e acompanhamento das profissionais do Departamento, responsáveis por essa área, cuidando do prazo e procedimentos corretos.

APÊNDICE C - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO A SER APLICADO ÀS DIRETORAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI) DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Tema da pesquisa: A Democratização da Gestão Escolar: Conselhos Escolares dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI).

Mestranda: Cíntia Caldonazo Wendler.

Orientador: Professor Dr. Ângelo Ricardo de Souza.

Prezadas(os) Diretoras(os),

Tendo em vista a abrangência das discussões a respeito da Gestão Democrática, percebe-se a necessidade em desenvolver estudos aplicados a espaços de Educação Infantil, que permitam avaliar os impactos das políticas educacionais com vistas à democratização da gestão.

Assim, o objetivo dessa pesquisa é o de coletar dados que oportunizem compreender o processo de estruturação e de implantação dos Conselhos de CMEI na rede municipal de ensino de Curitiba.

Cabe salientar, que a identificação do respondente somente será utilizada para mantermos um registro do retorno dos mesmos, bem como, para a tabulação da data de início dos Conselhos Escolares em cada unidade de Educação Infantil. Este material ao compor os anexos da dissertação terá a identificação mantida em sigilo.

O presente documento apresenta em seu conteúdo três questões abertas (11, 12 e 13), que estão estruturadas com uma frase inicial, para que você as complemente descrevendo como o processo se dá na prática. E a questão 14 é um espaço para tecer comentários a respeito do trabalho com o Conselho de CMEI, os quais julgue não terem sido contemplados nas questões de modo geral.

Solicitamos que este material seja devolvido à Secretaria Municipal da Educação / Departamento de Educação Infantil / A/C Maria Eunice ou Sandra / Assunto: Pesquisa – Cíntia, via malote do dia 01/09.

Certos de sua contribuição agradecemos antecipadamente.

Cíntia Caldonazo Wendler / Ângelo Ricardo de Souza

CMEI: _____ NRE: _____ Ano de implantação do Conselho: _____

1) Abaixo se encontram alguns instrumentos que podem ser considerados no processo de democratização da gestão em unidades educacionais. Defina o grau de importância de cada um deles neste processo, assinalando a alternativa que considere mais próxima à realidade.

a) Implantação de Conselhos Escolares.

() Nada importante () Dispensável () Importante () Muito Importante () Indispensável

b) Escolha de diretores por meio de eleição.

() Nada importante () Dispensável () Importante () Muito Importante () Indispensável

c) Ampliação das possibilidades de participação das famílias no interior das unidades.

() Nada importante () Dispensável () Importante () Muito Importante () Indispensável

d) Realização de mutirões, onde a comunidade em geral possa participar contribuindo em melhorias na infraestrutura da unidade.

() Nada importante () Dispensável () Importante () Muito Importante () Indispensável

e) Descentralização dos recursos financeiros, cabendo à instituição o gerenciamento da aplicação destes.

() Nada importante () Dispensável () Importante () Muito Importante () Indispensável

f) Outros. Quais? _____

2) E quais destes instrumentos já foram implementados na unidade em que atua? (Marque de acordo com o grau de implementação de cada instrumento na instituição em que atua.)

a) Implantação de Conselhos Escolares.

() Não existe () Em processo de discussão () Existe, formalmente () Existe, em atuação

b) Escolha de diretores por meio de eleição.

() Não existe () Em processo de discussão () Existe, formalmente () Existe, em atuação

c) Ampliação das possibilidades de participação das famílias no interior das unidades.

() Não existe () Em processo de discussão () Existe, formalmente () Existe, em atuação

d) Realização de mutirões, onde a comunidade em geral possa participar contribuindo em melhorias na infraestrutura da unidade.

() Não existe () Em processo de discussão () Existe, formalmente () Existe, em atuação

e) Descentralização dos recursos financeiros, cabendo à instituição o gerenciamento da aplicação destes.

() Não existe () Em processo de discussão () Existe, formalmente () Existe, em atuação

f) Outros. Quais? _____

() Não existe () Em processo de discussão () Existe, formalmente () Existe, em atuação

3) Dentre os segmentos que compõem o Conselho do CMEI, destaque o grau de participação de cada um deles, considerando não somente a presença em reuniões, mas também as interferências, sugestões e apontamentos realizados em todo o processo participativo.

a) Direção:	() Não participa	() Frequenta as reuniões	() Participa votando	() Participa efetivamente
b) Pedagogo:	() Não participa	() Frequenta as reuniões	() Participa votando	() Participa efetivamente
c) Professores:	() Não participa	() Frequenta as reuniões	() Participa votando	() Participa efetivamente
d) Educadores:	() Não participa	() Frequenta as reuniões	() Participa votando	() Participa efetivamente
e) Famílias:	() Não participa	() Frequenta as reuniões	() Participa votando	() Participa efetivamente
f) Unidade de saúde:	() Não participa	() Frequenta as reuniões	() Participa votando	() Participa efetivamente
g) Associação de Pais e Funcionários:	() Não participa	() Frequenta as reuniões	() Participa votando	() Participa efetivamente
h) Instituições comunitárias:	() Não participa	() Frequenta as reuniões	() Participa votando	() Participa efetivamente
i) Outro. Qual?	() Não participa	() Frequenta as reuniões	() Participa votando	() Participa efetivamente

Em caso da predominância de maior ou menor participação de algum dos segmentos, justifique sua resposta:

4) Com base no documento que subsidia a elaboração do Regimento do CMEI, destacamos algumas atribuições do Conselho do Centro Municipal de Educação Infantil. Avalie as atribuições elencadas a seguir, escalonando-as de acordo com a ordem de prioridade (maior e menor frequência de ocorrência) considerada no processo de desenvolvimento do trabalho deste órgão colegiado.

- a) Participar da elaboração, reelaboração, execução e avaliação da Proposta Pedagógica e do Regimento do Centro Municipal de Educação Infantil;
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
- b) Participar do processo de construção do Plano de Ação, acompanhando e avaliando sua execução;
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
- c) Participar da análise de solicitações de matrículas, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal da Educação;
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
- d) Acompanhar a organização do CMEI, para que sejam mantidos a qualidade de atendimento, a prevenção de acidentes e o bem-estar das crianças;
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
- e) Participar da elaboração do calendário e acompanhar o seu desenvolvimento;
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
- f) Promover e incentivar o processo de integração entre CMEI, família e comunidades;
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
- g) Definir e acompanhar, em conjunto com a APF, o plano de aplicação de recursos financeiros, priorizando a aquisição de materiais pedagógicos e brinquedos;
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
- h) Aprovar a prestação de contas e emitir parecer, registrando-o em livro ata próprio;
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
- i) Desenvolver ações que orientem os pais na educação das crianças, na prevenção de violência contra elas e na garantia de seus direitos fundamentais;
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
- j) Estabelecer critérios para a participação dos profissionais em cursos e/ou outros eventos que visam à atualização e ao aperfeiçoamento, atendendo diretrizes da SME.
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece

5) Em relação à possível participação das crianças no processo de tomada de decisões, marque uma que mais se aproxima à sua realidade:

- a) ☐ As crianças participam em assembléias, reuniões ou conselhos mirins.
- b) ☐ As crianças estão presentes por meio da participação das famílias no processo de tomada de decisões.
- c) ☐ As crianças não participam deste espaço, pois na faixa etária em questão possuem uma capacidade argumentativa não condizente às discussões realizadas.
- d) ☐ As crianças estão presentes no discurso dos profissionais que desenvolvem o trabalho pedagógico diretamente com elas.
- e) ☐ Outra. Qual? _____

6) As reuniões ordinárias do Conselho, aquelas previstas de acordo com o Regimento, respeitam uma periodicidade? Qual é a frequência com que elas acontecem?

- a) ☐ Pelo menos uma vez a cada mês.
- b) ☐ Pelo menos uma vez a cada dois meses.
- c) ☐ Pelo menos uma vez a cada três meses.
- d) ☐ Pelo menos uma vez a cada seis meses.
- e) ☐ Pelo menos uma vez a cada ano.

7) Com o objetivo de subsidiar cada segmento que compõe o Conselho, para que consiga efetivar o princípio da representatividade, quais condições são oferecidas pela instituição de educação infantil? Se condizente com a realidade, marque mais de uma opção.

- a) ☐ Aviso de reunião do Conselho com 48 horas de antecedência.
- b) ☐ Disponibilização da pauta antecipadamente.

- c) ☐ Disponibilização de espaço físico para que cada representante possa reunir seus pares.
 d) ☐ Implantação de caixa de sugestões para que as famílias possam opinar a respeito de diversos assuntos.
 e) ☐ O representante aborda as famílias no portão da unidade para ouvir as opiniões.
 f) ☐ Outra. Qual? _____

8) Diante de sua realidade, de que forma pode-se situar a maioria das ações desenvolvidas atualmente pelo Conselho? Avalie cada uma das alternativas.

- a) Organização de festas, eventos e atividade de integração das famílias com a unidade.
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
 b) Realização de estudo e debate sobre diversos temas referentes à educação.
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
 c) Definição da aplicação dos recursos financeiros, prestação de contas e plano de aplicação de recursos.
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
 d) Participação no processo de matrícula das crianças, incluindo visita domiciliar e discussão das necessidades de vagas, considerando-se os critérios estabelecidos pela mantenedora.
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece
 e) Outro. Qual? _____
☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Acontece ☐ Acontece com frequência ☐ Sempre acontece

9) Durante o processo de tomada de decisões é comum surgirem algumas tensões ou conflitos resultantes da interação entre o CMEI e a comunidade educativa, de que forma isto é avaliado? Marque a alternativa mais condizente com a realidade.

- a) ☐ Normalmente não ocorrem conflitos, pois todos os participantes conseguem entrar em consenso com facilidade, definindo o que é melhor para a maioria.
 b) ☐ Os conflitos são necessários para que ocorra uma construção coletiva, pois diversos olhares ampliam o processo de tomada de decisões.
 c) ☐ Mesmo após amplo debate, geralmente as sugestões trazidas pela direção da instituição são as escolhidas, por demonstrar maior conhecimento da realidade.
 d) ☐ Nos processos de tomada de decisões é realizada a votação por aclamação (levantando a mão se concorda ou não).
 e) ☐ Outra. Qual? _____

10) O processo de eleição de novos representantes do Conselho, bem como, o preenchimento dos cargos em vacância, ocorre:

- a) ☐ por meio de assembléias com toda a comunidade educativa, onde todos participam da votação dos representantes.
 b) ☐ por meio de sondagem prévia realizada com algumas pessoas que tenham perfil, seguida de reunião para votação.
 c) ☐ por meio de reuniões de cada segmento, onde os interessados demonstram o interesse e em seguida é realizada a votação por aclamação.
 d) ☐ por meio de formação de chapas, seguida de eleição por voto secreto.
 e) ☐ outra. Qual? _____

11) Faz parte do processo de tomada de decisões do colegiado a definição de metas a serem colocadas em prática, bem como, a quem compete o desenvolvimento e o acompanhamento de tais ações. No Conselho da instituição em questão, este processo se estrutura...

12) A autonomia atribuída ao Conselho de CMEI no processo de tomada de decisões, pode ser considerada como...

13) Avaliando, enquanto dirigente desta instituição, a implantação do Conselho no Centro Municipal de Educação Infantil e sua relação com a prática da gestão, pode-se considerar que...

14) Espaço para comentários que queira fazer:

APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE SONDAGEM APLICADO NO PRÉ-TESTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Tema da pesquisa: A Democratização da Gestão Escolar: Conselhos Escolares dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI).

Mestranda: Cíntia Caldonazo Wendler.

Orientador: Professor Dr. Ângelo Ricardo de Souza.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

1) Com relação à clareza das questões formuladas, pode-se afirmar que o questionário anteriormente aplicado é:

() Nada claro () Difícil entendimento (X) Claro () Fácil entendimento

2) Com relação à objetividade das questões formuladas, pode-se afirmar que o questionário anteriormente aplicado é:

() Subjetivo () Parcialmente subjetivo () Parcialmente objetivo (X) Objetivo

3) Ao analisar a maior parte das questões a você apresentadas por meio do questionário, elas possibilitam um olhar além das alternativas colocadas pelo entrevistador?

() Nunca () Às vezes () Acontece (X) Acontece com frequência () Sempre acontece

4) O questionário na sua totalidade induz o entrevistado a um conceito prévio de democratização da gestão?

() Nunca (X) Às vezes () Acontece () Acontece com frequência () Sempre acontece

5) A maneira com que foram formuladas as questões induz o entrevistado a tomar como verdadeira uma resposta?

() Nunca () Às vezes () Acontece () Acontece com frequência (X) Sempre acontece

6) Ao considerar que este questionário de sondagem tem por objetivo coletar dados a respeito do processo de implementação dos conselhos escolares em instituições de Educação Infantil do município de Curitiba, pode-se afirmar que:

() Não cumpre com o propósito () Cumpre parcialmente (X) Cumpre com o propósito

7) Ao se remeter ao trabalho realizado com os conselhos escolares inseridos em instituições de Educação Infantil, você considera que alguma questão deixou de ser feita?

a) (X) Não, o questionário possibilita uma visão ampla do trabalho realizado.

b) () Sim, o questionário poderia ter abordado outras temáticas, como _____

8) Espaço para comentários que queira fazer:

Questão 9 (letra c) – Possui características que me parecem errada, a qual eu não escolheria.

O mesmo aconteceu na questão 5 (letra c).

Questão 11 – Fiquei em dúvida quando li a primeira vez.

**APÊNDICE E – FICHA DE DADOS DOS CONSELHOS ESCOLARES DOS
CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO EDUCACIONAL
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

FICHA DE DADOS DO CONSELHO DO CMEI

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL _____

NÚCLEO: _____

DATA DE POSSE DO CONSELHO: ____/____/____

PRESIDENTE: _____

N.º	SEGMENTO	CONSELHEIRO TITULAR
01	Educador	
02	Educador	
03	Pedagogo	
04	Professor	
05	Profissionais	
06	Pai/Mãe APF	
07	Pai/Mãe	
08	Pai/Mãe	
09	Pai/Mãe	
10	Unidade de Saúde	

Nº	SEGMENTO	CONSELHEIRO SUPLENTE
01	Educador	
02	Profissionais	
03	Pai/Mãe	
04	Pai/Mãe	
05	Pai/Mãe APF	
06	Unidade de saúde	

Data:

Responsável pelas informações:

**APÊNDICE F – IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NOS CENTROS
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBA**

NRE - BAIRRO NOVO		
	CMEI	ANO DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
01	Bairro Novo	30/09/2004
02	Ciro Frare	16/12/2008
03	Coqueiros	26/08/2004
04	Conjunto São João Del Rey	17/09/2004 ou 22/06/2004*
05	Doutor Arnaldo Carnasciali	12/12/2008
06	Jequitibá	22/10/2004
07	Lala Schneider	12/11/2007
08	Moradas Olinda	06/07/2004
09	Novo Horizonte	06/10/2004
10	Parigot de Souza	07/05/2004
11	Rio Negro	08/07/2004
12	Salgueiro	17/06/2004
13	Santa Izabel	09/09/2004
14	Sítio Cercado VI	Não consta
15	Sonho de Criança	07/08/2004
16	Sylvia Orthof	Não consta
17	Tia Chiquita	03/07/2004
18	Vila Osternack	24/09/2004
19	Vila Vitória	25/08/2004
20	Xapinhal II	15/10/2004

* Em consulta aos arquivos da SME, cada tabela apresentava uma data de implantação para o Conselho deste CMEI, o que não irá interferir nos resultados pois considerar-se-á o ano.

NRE - BOA VISTA		
	CMEI	ANO DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
01	Abaeté	07/05/2004
02	Aliança (contraturno Sandino)	Não tem
03	Angela Dellattre	26/06/2004
04	Atuba	16/09/2004
05	Bairro Alto/Tarumã	13/09/2004
06	Boa Vista (contraturno A. Teixeira)	Não consta
07	Bracatinga	03/09/2004
08	Campo Alto	01/09/2004
09	Cantinho do Sol	29/07/2004
10	Cassiopéia	20/09/2004
11	Cinderela	31/08/2004
12	Irmã Dorothy Mae Stang	Não consta
13	Irmã Dulce	02/09/2004
14	Krachinski	31/08/2004
15	Liberdade	25/10/2004
16	Nossa Senhora de Fátima	24/11/2005
17	Santa Cândida	31/08/2004
18	Santa Efigênia	10/08/2004
19	Vila Califórnia	31/08/2004
20	Vila Diana	18/10/2004
21	Vila Leonice	04/06/2004
22	Vila Nori	16/09/2004
23	Cachoeira	Não consta

NRE - BOQUEIRÃO		
	CMEI	ANO DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
01	Clarice Rosa da Rocha	Não consta
02	Conjunto Araucária	01/06/2004
03	Demawe	01/07/2004
04	Escritor Elias José	2009
05	Érico Veríssimo	08/08/2004
06	Eucaliptos	02/06/2004
07	Fazenda Boqueirão	18/11/2004
08	Hortências	01/06/2004
09	Itamarati	19/06/2004
10	Jardim Esmeralda	03/06/2004
11	Jardim Paranaense	04/06/2004
12	Jardim Urano	04/06/2004
13	Meia Lua	08/06/2004
14	Moradias Belém	08/06/2004
15	Pantanal	20/04/2006
16	São José Operário	01/06/2004
17	Tapajós	15/06/2004
18	Tapajós II	06/07/2004
19	Tiradentes	05/08/2004
20	Vila Hauer	07/08/2004
21	Xaxim	01/06/2004

NRE - CAJURU		
	CMEI	ANO DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
01	Ana Proveller	05/07/2004
02	Autódromo	21/07/2004
03	Cajuru	24/05/2004
04	Caramuru	26/08/2004
05	Conjunto Araguaia	24/05/2004
06	Conjunto Iracema	07/07/2004
07	Conjunto Mercúrio	09/07/2004
08	Francisco Cunha Pereira Filho	Não consta
09	Moradas do Iguaçu	21/06/2005
10	Profª Teruko Beltrão	2009
11	Profº Osny Dacol	24/03/2008
12	Santo Antônio	20/05/2004
13	Solitude	24/09/2004
14	Trindade	24/05/2004
15	Uberaba	21/05/2004
16	Vila Camargo	05/10/2004
17	Vila Lorena	26/05/2004
18	Vó Nazareth	09/09/2004

NRE – CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA		
	CMEI	ANO DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
01	Barigüi	17/08/2004
02	Barigüi I	03/06/2004
03	CAIC Cândido Portinari	10/08/2004
04	Campo Alegre	01/09/2004
05	Conjunto Atenas II	22/06/2004
06	Conjunto Caiuá I	30/08/2004
07	Conjunto Caiuá II	31/08/2004
08	Conjunto Caiuá/Ilhéus	17/08/2004
09	Conjunto Cananéia	13/09/2004
10	Conjunto Ilha Bela	30/06/2004
11	Conjunto Itacolomi/Sabará	20/08/2004
12	Conjunto Itapema	14/09/2004
13	Conjunto Itatiaia	27/08/2004
14	Conjunto Marechal Rondon II	30/07/2004
15	Conjunto Nossa Senhora da Luz II	16/09/2004
16	Conjunto Oswaldo Cruz I	07/06/2004
17	Conjunto Oswaldo Cruz II	29/09/2004
18	Conjunto Paquetá	25/08/2004
19	Engenheiro Hugo Peretti	28/10/2008
20	Estação Barigüi	10/09/2004
21	Luz do Amanhã	09/08/2004

22	Miguel Arraes	Não consta
23	Moradas Augusta	28/06/2004
24	Nova Barigüi	17/08/2004
25	PE Vila Verde	29/11/2005
26	Porto Belo	17/08/2004
27	Porto Seguro	02/09/2004
28	Prof.º Osni Camargo Carvalho	Não consta
29	Quielse Crisostomo da Silva (Bela Vista do Passaúna)	17/03/2007
30	Santa Helena	14/09/2004
31	São José	25/07/2004
32	Tia Eva	12/08/2004
33	Ubatuba/Tambaú	25/08/2004
34	Vera Cruz II	16/08/2004
35	Vila Sandra	30/06/2004
36	Vila Verde	07/06/2004
37	Vitória Régia	2010

NRE - MATRIZ		
	CMEI	ANO DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
01	Servidores I	20/05/2004
02	Curitiba (Servidores II)	13/08/2004
03	Vila Torres	08/07/2004

NRE - PINHEIRINHO		
	CMEI	ANO DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
01	Cajueiro	09/03/2007
02	Caximba	22/09/2004
03	Dalagassa	04/06/2004
04	Dona Bertha	27/08/2004
05	Eraldo Kuster	Não consta
06	Erondy Silvério	2008
07	Fani Lerner	2011
08	Hermes Macedo	Não consta
09	Independência	07/06/2004
10	Jardim Paraná	26/05/2004
11	José Carlos Pisani	Não consta
12	Monteiro Lobato	01/10/2004
13	Moradias da Ordem	22/09/2004
14	Moradias Gramados	18/06/2004
15	Olga Benário Prestes	17/06/2004
16	Palmeiras	04/05/2004
17	Parque Industrial	10/08/2004
18	Pinheirinho	01/10/2004
19	Rurbana	15/05/2007
20	Santa Rita	20/09/2004
21	São Carlos	17/05/2004
22	Vila Ipiranga	02/09/2004
23	Vó Anna	16/12/2004
24	Xapinhall	13/09/2004

NRE - PORTÃO		
	CMEI	ANO DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
01	Carlos Alberto Pereira de Oliveira	Não consta
02	Colombo	10/08/2004
03	Estrela	02/09/2004
04	Fazendinha	18/08/2004
05	João Batista Fontana	Não consta
06	Pimpão	27/08/2004
07	Portão	Não consta
08	Santa Amélia	17/08/2004
09	Santa Quitéria	26/08/2004
10	Uberlândia	19/08/2004
11	Vila Fanny	18/08/2004
12	Vila Formosa	21/06/2004
13	Vila Leão	26/08/2004
14	Vila Lindóia	08/07/2004
15	Vila Parolin	25/08/2004
16	Vila Rigoni	04/06/2004
17	Vila Rosinha	04/08/2004
18	Nice Braga	Não consta

NRE – SANTA FELICIDADE		
	CMEI	ANO DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO
01	Butiatuvinha	22/05/2008
02	Conjunto Camponesa	11/08/2004
03	Conjunto Monteverdi	22/09/2004
04	Conjunto Piquiri	03/06/2004
05	Jardim Gabinete	07/07/2004
06	Jardim Saturno	01/12/2004
07	Profª Lygia Carneiro	07/06/2004
08	Profª Maria Viezzer Hermann (Vista Alegre)	08/06/2004
09	Santa Felicidade	04/06/2004
10	Santos Andrade	08/06/2004
11	São Braz	01/07/2004
12	Nelson Buffara	Não consta
13	São Leonardo	23/06/2004
14	União das Vilas	01/07/2004
15	Vila Real	10/08/2004
16	São João	Não consta

FONTE: A autora (2011)

NOTA: Arquivo da Secretaria Municipal da Educação/Departamento de Educação Infantil

ANEXOS

MAPAS

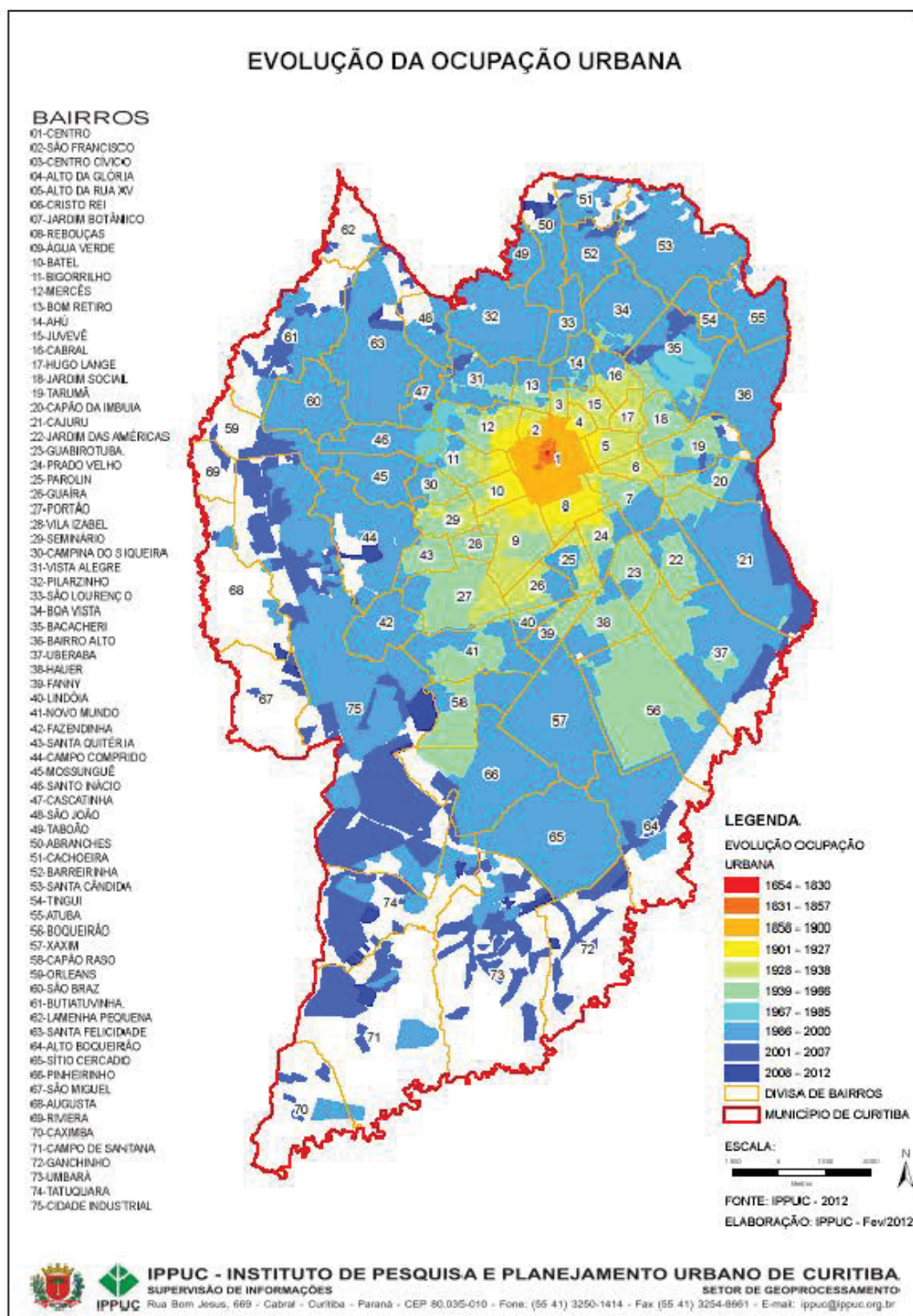
MAPA 1 - EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	176
MAPA 2 - DIVISÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA POR REGIONAIS	177

GRÁFICO

GRÁFICO - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA, 1977 – 2012	178
--	-----

MAPAS

MAPA 1 – EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

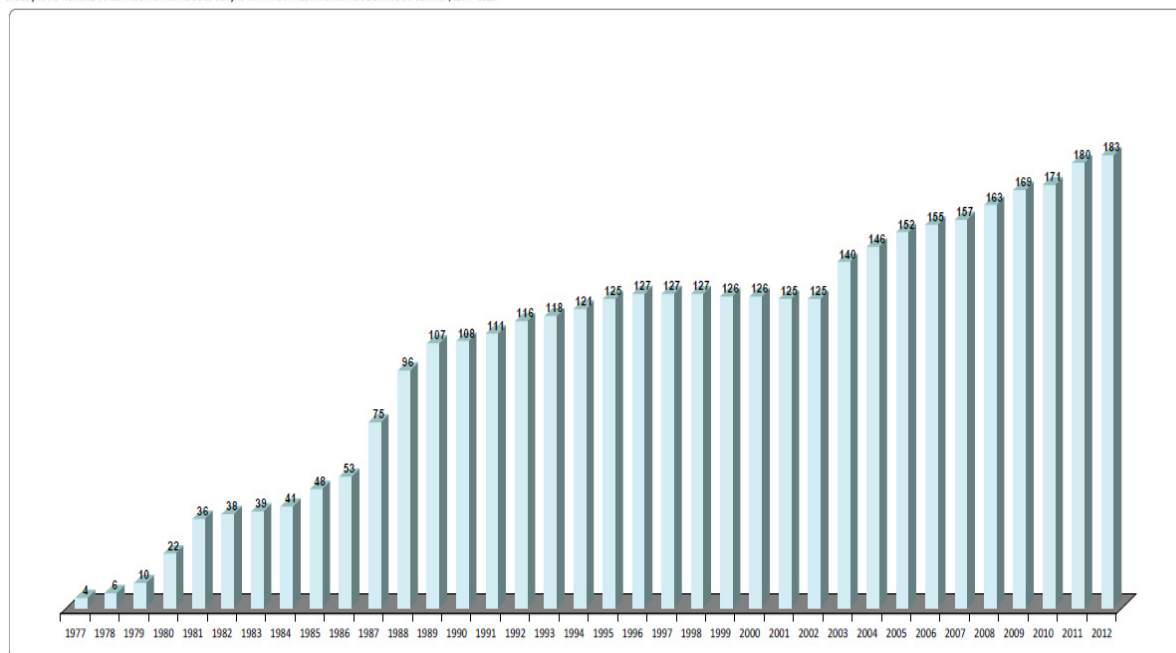


FONTE: <http://ippucweb.ippuc.org.br/ippucweb/sasi/home/default.php>

GRÁFICO

GRÁFICO – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA, 1977 – 2012

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA, 1977 - 2012



Fonte: SME/Departamento de Planejamento e Informações
Elaboração: Departamento de Planejamento e Informações

FONTE: SME/Departamento de Planejamento e Informações